

TIAGO ALEXANDRE CATARINO DE ALMEIDA

Arquitectura e Binário, 1940-1979
**As (in)visibilidades das mulheres na arquitectura
portuguesa**

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Alexandra Dias Santos Pedrosa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2017

TIAGO ALEXANDRE CATARINO DE ALMEIDA

Arquitectura e Binário, 1940-1979
**As (in)visibilidades das mulheres na arquitectura
portuguesa**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 18 de Outubro de 2017, perante o júri, nomeado pelo despacho de nomeação nº118/2017, de Abril, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Pedro Carlos Bobone Ressano Garcia

Arguente: Professora Doutora Maria Luísa Alves de Paiva Meneses de Sequeira

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Alexandra Dias Santos Pedrosa

Arguente: Professora Doutora Maria Luísa Alves de Paiva Meneses de Sequeira

Vogal: Professora Doutora Catarina Isabel Santos Patrício Leitão

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2017

Agradecimentos

À minha família e particularmente à minha mulher pela dedicação e paciência.

À Professora Doutora Patrícia Santos Pedrosa pela disponibilidade e apoio.

Grato por tudo.

Resumo

Esta tese tem como objectivo contribuir para a história das mulheres na arquitectura portuguesa, procurando traçar uma parte do seu percurso através da visibilidade das mulheres na imprensa da especialidade, em particular nas publicações realizadas nas revistas *Arquitectura* e *Binário* no período compreendido entre 1940 e 1979. É propósito desta dissertação procurar entender, através da análise do momento de publicação e da frequência e constância destas publicações no espaço de tempo em estudo, a evolução do envolvimento e aceitação da mulher no mundo da arquitetura em Portugal, procurando estabelecer uma relação com o contexto social, económico e político vivido no País ao longo das décadas em estudo.

Numa primeira fase, é efectuada uma contextualização histórica da arquitetura em Portugal, seguida de uma recapitulização das publicações em arquitectura portuguesa. O tema da mulher é abordado através de noções da evolução do papel da mulher na Europa e posteriormente abordado o percurso do papel da mulher na sociedade portuguesa e na arquitetura em Portugal. Por fim, é apresentada a pesquisa efectuada nas duas publicações em estudo e analisados os resultados obtidos.

Palavras-Chave: Arquitectura; Arquitectas; Revistas; Portugal; Século XX

Abstract

This thesis aims to contribute to the history of women in portuguese architecture by tracing a part of their path through the visibility of women in the specialized press, particularly in the articles that were published in *Arquitectura* and *Binário* magazines between 1940 and 1979. It is the goal of this dissertation to understand, through an analysis of the moment of publication, frequency and constancy of these publications in the period of time under study, the evolution of the involvement and acceptance of the woman in the field of architecture in Portugal, looking forward to establish a relation with the social, economic and political context of the country through the period of time under study.

In a first phase, a historical contextualization of the architecture in Portugal is carried out, followed by a recapitulation of the publications in portugese architecture. The theme of the woman is approached through notions of the evolution of the role of women in Europe and later is addressed the course of the role of women in Portuguese society and architecture in Portugal. Finally, the research carried out in the two publications under study is presented and the results obtained are analyzed.

Key Words: Architecture; Women Architects; Magazines; Portugal; 20th Century

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I.....	11
1.1. Arquitectura em Portugal no século XX.....	11
1.2. Arquitectura e publicações portuguesas.....	31
CAPÍTULO II.....	41
2.1. A mulher na sociedade europeia.....	41
2.2. A mulher em Portugal.....	53
CAPÍTULO III.....	66
3.1. Presença das mulheres nas revistas <i>Arquitectura e Binário</i> de 1940 a 1959.....	66
3.2. Presença das mulheres nas revistas <i>Arquitectura e Binário</i> de 1960 a 1979.....	71
CONCLUSÃO.....	93
BIBLIOGRAFIA.....	95
ANEXOS.....	101

Introdução

A imprensa estabelece-se desde sempre como um veículo de transmissão da realidade e um elemento condicionador da mentalidade e opinião. Do mesmo modo, as publicações periódicas de arquitectura estabelecem-se ao longo da história da arquitectura portuguesa como veículos de difusão de movimentos e ideologias, condicionando o crescimento e a evolução da disciplina. (Reis, 2007, p. 12)

O tema da presença das mulheres na arquitectura é actual e pertinente, mesmo num mundo em que tantos obstáculos têm sido transpostos e eliminados no sentido de atingir o objectivo da igualdade de direitos e de oportunidades entre géneros, ainda permanecem barreiras invisíveis e difíceis de atravessar, particularmente no campo da arquitectura. (Monteiro, 2015, p. 57)

Em Portugal, o tema da presença das mulheres na arquitectura portuguesa é abordado na revista *Joelho 01*, em Março de 2010, com a iniciativa *Mulheres na Arquitectura – Colóquio, Exposição, Publicação*. Inteiramente dedicada às mulheres arquitectas, esta edição propõe-se recapitular a presença das mulheres na arquitectura do século XX, focando arquitectas internacionais, entre elas Lina Bo Bardi, Ray Eames e Alison Smithson, e portuguesas – Maria José Marques da Silva e Maria Carlota Quintanilha – em dois ensaios sobre o tema e 13 estudos sobre arquitectas do século XX, assim como alguns trabalhos de investigação elaborados por mulheres recém-licenciadas. (Figueira, 2010, pp. 6-7)

No ano seguinte, o *Jornal Arquitectos* dedica também por completo o nº 242 da edição *Ser* às mulheres na arquitectura, intitulando-se esta edição *Ser Mulher*. Incluem-se nesta publicação diversos temas relacionados com a mulher arquitecta, apresentando-se em “perfis mais velhos” a arquitecta Maria Carlota Quintanilha, através de entrevista à própria e por meio dos testemunhos de Luis Tinoco e António Matos Veloso, abordando a obra da arquitecta exercida principalmente nas colónias ultramarinas e que constitui um importante contributo para a arquitectura no Estado Novo. (Milheiro, 2011a)

Esta edição aborda também em “perfis mais novos” a colaboração das irmãs Catarina Almada Negreiros e Rita Almada Negreiros, fundadoras dos Ateliers de Santa Catarina, um espaço colectivo de colaboração interdisciplinar que reúne arquitectura, design, urbanismo, artesplásticas e audiovisual em trabalhos de arquitectura que se incluem e se expandem além do convencional. (Gonçalves, 2011)

No editorial desta publicação, Ana Vaz Milheiro apresenta a edição “não como defesa da condição feminina mas para debater os estudos de género em arquitectura, que se tornaram populares com o relativismo pós-moderno e que em Portugal entraram tardiamente”. Aborda o tema dos estudos de género citando Simone de Beauvoir, que defende que a mulher não é uma minoria étnica, racial ou religiosa mas cerca de metade da população mundial, apresentando a necessidade de encará-la de forma não marginal nos estudos de género em arquitectura. (Milheiro, 2011b)

É pertinente mencionar, também em 2011, o primeiro ensaio académico sobre o tema, com a dissertação *O espaço das mulheres na arquitectura*, de Susete Machado, em que se propõe analisar a relação do género feminino, em particular, com a arquitectura, de modo a enquadrar o seu percurso num mundo marcadamente masculino, ao nível social, cultural e arquitectónico. É desenvolvido o tema da posição da mulher na sociedade e na profissão e a sua relação com o elemento casa, a que se segue uma secção sobre a forma como a mulher se relaciona com o espaço e por fim são apresentadas entrevistas sobre este tema efectuadas junto de 10 arquitetos e analisados os dados recolhidos. (Machado, 2011, p. 9)

No ano seguinte destaca-se igualmente a dissertação de Lia Antunes: *Arquitectura: substantivo feminino, contribuição para uma história das mulheres na arquitectura*, onde é proposto explorar as formas como as mulheres vivenciam e ocupam o espaço como utilizadoras, apresentando-se a problemática da construção da cidade e da arquitectura como práticas em grande parte masculinas. Posteriormente na dissertação surge uma proposta de reformulação da arquitectura, de modo a incluir as perspectivas das arquitectas, finalizando-se com o debate aberto sobre o conceito da possibilidade de uma arquitectura feminina, com características próprias e que conduza a novas questões, soluções e práticas arquitectónicas. (Antunes, 2012)

Igualmente em 2012 é apresentada a tese de doutoramento de Maria do Carmo Marques Pires, com o tema *O Atelier de Arquitectura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins – Visibilidade e Memória*, onde são apresentados os percursos da colaboração do casal de arquitectos, resultado de pesquisa, compilação e análise dos projectos de arquitectura e urbanismo decorrentes do atelier do casal e registos de vida, de modo a permitir estabelecer uma base para futuras investigações. O foco de investigação aprofundada sobre a pioneira Maria José Marques da Silva, a segunda mulher diplomada em arquitectura em Portugal e primeira pela Escola de Belas Artes do Porto,

constitui uma importante contribuição para a história das mulheres na arquitectura portuguesa. (Pires, 2012, p. 4)

Em 2013, Rita Portela apresenta *Feminino Tropical*, um estudo que se foca na intercessão de Feminismo e Arquitectura concentrando-se numa investigação e análise da obra da arquitecta e urbanista Maria Emília Marques Caria, a primeira arquitecta a trabalhar no Ministério do Ultramar, com o objectivo de analisar a obra da arquitecta e traçar o seu perfil, assim como do seu pensamento arquitectónico e urbanístico. (Portela, 2013, p. 106)

Patrícia Santos Pedrosa tem desenvolvido, como investigadora, o tema das questões de género em arquitectura e publicado diversos ensaios sobre o tema. No primeiro, *Being a Female Architect in Portugal: A short Introduction to a Long Road*, é feita uma contextualização do País no decorrer do século XX, focando aspectos da presença e participação das mulheres na arquitectura, prática profissional e ensino, sendo estabelecida uma analogia entre a entrada das mulheres no mundo da arquitectura e o percurso do próprio País, que só na década de 1970 se tornou uma democracia. São apresentadas as duas primeiras arquitectas portuguesas, Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva e abordados os respectivos percursos, após o que é debatida a situação da mulher arquitecta em Portugal na actualidade. (Pedrosa, 2010, p. 234)

Em 2013 são publicadas em *Le Dictionnaire Universel des Créatrices* três entradas sobre arquitectas portuguesas, cuja elaboração é igualmente da autoria de Pedrosa, com os títulos: Architects Portugal (depuis le début du xx siècle) onde é feita uma breve recapitulação da presença das mulheres na profissão e apresentadas as mulheres pioneiras na arquitectura portuguesa. (Pedrosa, 2013, pp. 244)

No mesmo ano publica no Boletim dos Arquitectos o artigo *Arquitectura: Profissão e Emprego*, onde aborda a necessidade de uma reformulação da disciplina e da ampliação do campo disciplinar, face às alterações que sugerem uma alteração da própria identidade da profissão. Aborda a questão da presença das mulheres na arquitectura, de início tardio e ocupando posições descentralizadas, que se estabelecem em posição de vantagem face à necessária nova abordagem menos convencional e de estabelecer distintas fronteiras e uma renovada identidade na profissão. (Pedrosa, 2013, p. 22)

Em *Arquitectas: Ensaio para um Manual Revolucionário*, publicado em 2014 no site Arte Capital, o objectivo é, tendo como ponto de partida os reduzidos conhecimentos sobre as

arquitectas portuguesas da história e da actualidade, desenvolver um percurso, procurando compreender os modos de actuação viáveis para se concretizar a realidade de uma revolução na arquitectura. (Pedrosa, 2014)

Nesse mesmo ano publica o ensaio *Women Architects in Portugal, A Long and Winding Road*, parte integrante do livro *Arquitectas redefiniendo la profesión*, onde enquadra o contexto político português desde 1920 e até 1974, escreve sobre o ensino das Artes e da Arquitectura em Portugal e aborda a questão do acesso à profissão, assim como a experiência das pioneiras na arquitectura nacional Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva. (Pedrosa, 2014, p. 99)

É no sentido de possibilitar um enriquecimento do panorama arquitectónico português que esta dissertação se efectua, com o objectivo de contribuir para a ainda pouco conhecida história das mulheres na arquitectura em Portugal, uma trajectória não à margem, mas parte integrante e fundamental de um percurso global, marcadamente mas não exclusivamente masculino.

Capítulo I.

Neste primeiro capítulo é efectuada uma contextualização histórica da arquitectura em Portugal, procurando traçar de forma breve o percurso da disciplina desde o início do século XX até à década de 1980, através das alterações sociais, políticas e económicas que condicionaram os vários momentos da história do País e influenciaram a produção arquitónica e o pensamento crítico na arquitectura em Portugal.

1.1. Arquitectura em Portugal no século XX

A história da Arquitectura em Portugal encontra-se intimamente ligada à história de Portugal e da própria Europa, sendo o seu percurso evolutivo grandemente influenciado por toda a conjuntura que envolve o desenrolar dos eventos que constituem a malha histórica portuguesa. (Pereira,) O século XIX foi marcado pela Revolução Industrial, o que deu origem a um período de acelerado progresso económico e tecnológico, de expansão colonial por parte de países como o Reino Unido e a Holanda e de modificações na estrutura de organização dos trabalhadores. Este processo de desenvolvimento foi tal que terminado o governo da Rainha Vitória, a busca por novos territórios para colonizar e escoar a grande produção europeia deu origem a acesas disputas entre as potências industrializadas da Europa, causando uma vaga crescente de conflitos que acabou por culminar no eclodir da I Guerra Mundial, em 1914. (Dourado, 2013)

De facto, o período de transição do século XIX para o século XX define a separação de duas épocas, verificando-se uma fractura na civilização, dominada pela ascensão do materialismo que vai suscitar o debate arte/técnica e, de forma incisiva, isolar em campos opostos a arquitectura e a engenharia que até então tinham um percurso comum. De modo generalizado, observa-se que a adesão a uma estética mais industrial e associada à maquinaria foi inicialmente reservada a edifícios utilitários, o que indica uma hesitação na aceitação das técnicas modernas, verificando-se por parte dos arquitectos um demorar ainda no lado artístico da arquitectura, procurando esconder a estrutura sob o estilo de acordo com o que tinha até então sido academicamente aceite, em meio ao confronto entre arte e engenharia, com as suas novas técnicas e novos materiais. Este contexto leva então o arquitecto a isolar-se profissionalmente dos colegas da construção, estabelecendo-se, de

algum modo, como artista, passando o engenheiro a encabeçar o processo de criação deste novo movimento, impulsionado pela inovação da máquina. (Tostões, 1995, p. 507)

Neste período em Portugal, verifica-se um crescimento demográfico e um incremento da industrialização, ao mesmo tempo que se intensifica o debate político entra as várias fracções monárquicas e o, cada vez mais poderoso, partido republicano, coincidindo com as divisões entre as classes burguesas e a emergência de um operariado organizado, são índices significativos dessa situação que se espalha sobretudo em Lisboa. (Silva, 1997, p. 15)

Este é então um momento de intranquilidade, encontrando-se a Nação a recuperar da depressão financeira de 1890 e simultaneamente a atravessar um período de crescente instabilidade política, comum à restante Europa e que teve repercussão em todas as áreas incluindo a arte. Com o País dividido, embora apontando para o futuro, havia uma grande procura por estabilidade e essa âncora foi por muitos encontrada no passado histórico e nas tradições. (Silva, 1997, p. 15)

A cultura portuguesa do momento revelava uma grande afeição para com a nostalgia histórica, engrandecendo o passado e quase que desprezando o presente, surgindo daqui uma preferência que valoriza o teor orgânico dos bairros medievais, na sua forma de malha densa e sinuosa. Neste contexto, e apesar do crescente desenvolvimento industrial e internacionalização da economia, Portugal continuava imerso num sentimento de perda dos valores que constituíam a identidade do País e esta preocupação reflectiu-se nas ideologias republicanas, na literatura, na filosofia e nas artes. (Silva, 1997, p. 15)

Na viragem do século a arquitectura era encarada como uma das Belas-Artes, na qual o desenho da fachada possuía em si mesmo um valor simbólico, e onde eram usadas formas enriquecidas de significado de acordo com um sentido estético decorativo e próximo à cenografia. O modelo de aprendizagem era francês e representado em Lisboa por José Luís Monteiro (1849-1942) e a este associavam-se, sem intenção de oposição, movimentos nostálgicos de revivalismo histórico em que era promovido o estilo manuelino de que são exemplos a fachada da Estação do Rossio, de 1886-1887, o Jazigo dos Benfeitores da Misericórdia, de 1905 e a Câmara Municipal de Sintra, de 1908. (Silva, 1997, p. 16)

Um pouco mais tardiamente mas ainda de forma contemporânea, surge o movimento que

se opõe ao neo clássico e que defende o Românico como o verdadeiro estilo nacional. O retrocesso à arquitectura medieval, na sua austeridade e solidez, denota afirmação da primazia da estrutura face à ornamentação e transparece uma atitude de patriotismo introspectivo de que são reflexo obras como o Túmulo Valmor (1900) de Álvaro Machado (1874-1944) e a Igreja de Santa Luzia em Viana do Castelo (1903) de Miguel Ventura Terra (1866-1919). (Silva, 1997, p. 16)

A viragem do século mostra-se caracterizada por uma passagem, ainda que gradual, de um paradigma urbano para um outro mais rural, da ornamentação exterior quase cénica para a contenção estética, numa busca pelo rigor e estabilidade dos valores estruturais num verdadeiro foco nacionalista, ainda que permeável às influências europeias. (Silva, 1997, pp. 15-16)

O ano de 1900 constitui, de facto um ponto de viragem na história da arquitectura portuguesa com a observação consciente do surgimento de um novo tempo e espaço. (Tostões, 1995, p. 508) Exemplo disso, Lisboa afirmava-se num aparatoso alargamento da área urbana do qual as Avenidas Novas são o *ex-libris*. Estas constituíam uma reinterpretação do progressismo pombalino adaptada às preexistências e limitações dimensionais da própria cidade, desenvolvendo-se através de uma rede de inspiração haussmanniana ladeada pelos bairros tradicionais, ampliando para Norte a capital do País. O desenvolvimento das infraestruturas modernas - eletricidade, canalização de água e esgotos, transporte por meio de carris dos eléctricos, estava presente neste novo modelo urbanístico e vocacionou este espaço para a habitação da ameaçada classe da alta burguesia, sendo este modelo reproduzido, ainda que de forma aproximada, em outros pontos da capital e do País. (Silva, 1997, p.15)

É também neste momento que surge a primeira revista dedicada exclusivamente à arquitectura, *A Construção Moderna* (1900), com o intuito de divulgar os projectos mais recentes e estabelecendo a classe profissional dos arquitectos sob uma luz renovada, a que se segue no ano subsequente a criação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses. Esta última confere uma nova autonomia aos arquitectos ao separá-los dos arqueólogos a que estavam associados desde o surgimento da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses (1872). A questão da identidade é largamente debatida nas publicações da época (*A Construção Moderna*, 1900-1919), revelando a arbitrariedade dos estilos e nomeadamente dos estrangeirismos que demonstram falta de aproximação à

realidade portuguesa. (Tostões, 1995, p. 508)

Neste contexto cultural colocava-se, então, em causa a adequação não só dos estilos arquitectónicos internacionais, particularmente de inspiração francesa, expressos na arquitectura de Ventura Terra, mas também do revivalista e ostensivo neomanuelino, numa busca por nova expressão, mais autêntica e própria ao País. (Silva, 1997, p.16)

O ano de 1900 concentra um conjunto de obras que caracterizam, do ponto de vista da forma e do estilo, este momento de transição. São elas os projectos do Túmulo Valmor, já referido acima, do concurso do Pavilhão de Portugal para a *Exposição Internacional de Paris*, e do Elevador de Santa Justa. Na sua construção expressam, de forma evidente não só, a oposição de ideais do final de século como a evolução da aplicação do uso dos novos materiais ferro e vidro. É evidente neste final de século o confronto entre uma arquitectura mais cosmopolita e académica e outra enraizada nas tradições nacionais. (Tostões, 1995, p. 508)

Desta oposição se inicia o percurso da arquitectura portuguesa no século XX, composto por avanços e recuos, sendo as inovações seguidas de períodos de reflexão. (Tostões, 1995, pp. 508-509) É então contra esta arquitectura mais cosmopolita que se ergue outro conceito, mais orgânico e nacionalista e que alcançou bastante apoio no decorrer do episódio de selecção do Pavilhão Português na *Exposição Internacional de Paris*, mesmo tendo a escolha final recaído sobre a obra de sólida inspiração francesa de Ventura Terra. (Silva, 1997, p.17) Baseado na nostalgia e na procura metafísica das raízes culturais e intelectuais de Portugal, o conceito de Raul Lino (1879-1974) foi amplamente discutido no contexto do movimento nacionalista em que se inseria o seu autor e que se opunha à importação de modelos estrangeiros e alheios à tradição do País. (Tostões, 1995, p. 514)

Valorizava a inspiração decorrente da mescla cultural dos dois lados do Mediterrâneo, herdada das ocupações romana e árabe, e desenvolvida harmoniosamente no tempo, resultando numa composição consistente de arquitectura caiada que valoriza os alpendres, os espaços de transição e a frescura das sombras, organizada em torno de pátios interiores. As formulações de Lino acabariam por ser usadas ideologicamente como modelo anti urbano, em resposta à crescente exigência económica, construtiva e espacial do contexto português do século XX, ficando as edificações inspiradas neste modelo associadas à designação genérica de *Casa Portuguesa*. Modelo mais completo e bem

definido da sua visão é a casa própria, a *Casa do Cipreste*, em Sintra, de 1912. (Silva, 1997, p.17)

Defensor da dignidade e autenticidade do artesão em oposição à máquina, recusa de certa forma o urbanismo e combate a arquitectura moderna que se começa mais tarde a afirmar. Embora neste contexto a casa unifamiliar acabe por ser o foco principal, foi o prédio de rendimento que mostrou mais claramente os resultados associados ao crescimento demográfico e ao adensamento e extensão da malha urbana. (Tostões, 1995, p. 516)

Em Lisboa, este tipo de edifícios apresentava-se como dois protótipos fundamentais e de estilo diversificado: o primeiro, limitado a três pisos de um único fogo, bem articulado em termos de iluminação e qualidade funcional e apresentando fachadas de eficácia imagética, destina-se a alugueres abastados; e o segundo, de cinco ou mais andares divididos em vários fogos, verificando-se também ênfase na fachada, mas com plantas de qualidade mais reduzida, em que se verificam problemas de circulação, arejamento e iluminação, correspondendo a uma maior densificação do programa. (Silva, 1997, p.18)

Ainda no contexto dos modelos habitacionais, importa referir a problemática do alojamento proletário, comum tanto a Portugal como ao resto da Europa, consistindo na insuficiência de unidades habitacionais estando estas, na sua maioria, acumuladas nos antigos bairros medievais ou organizadas intencionalmente em alinhamentos muito modestos e densificados. Neste campo, os raros exemplos mais qualificados englobavam estruturas arquitectónicas e ornamentais, melhorando aspectos como o acesso e a circulação Vila Berta e Vila Estrela de Ouro. Outros programas, de que é exemplo o Bairro Social do Arco do Cego, levado a cabo pelo Estado Novo até o início da década de 1930, apresentavam tipologias habitacionais que variavam entre a casa unifamiliar em banda e o prédio colectivo com múltiplos fogos distribuídos por dois ou três andares, permitindo com a qualidade apresentada, a sua apropriação pela pequena e média burguesia. (Silva, 1997, p. 19)

Esta foi verdadeiramente uma época de transição, em que os valores da arquitectura na sua vertente artística e mais tradicional foram confrontados com os desafios da engenharia, do desenvolvimento industrial, dos novos materiais e do crescimento das cidades, sendo palco de um processo de adaptação e adequação às novas exigências que se elabora unindo os valores de disciplina e gosto pela história, com o avanço técnico e industrial,

absorvendo inspiração do exterior mas sem esquecer a cultura nacional. (Silva, 1997, p. 21)

1.1.1. DÉCADA DE 1920 – A ARQUITECTURA DE REGIME

Na década de 1920 os esquemas do século anterior vão gradualmente cedendo terreno a uma nova expressão baseada, ao nível da construção, na associação do ferro com o cimento – uma arquitectura de betão armado, de tendência mais geométrica e que abre novas perspectivas de articulação volumétrica e que vai contribuir para a definição da arquitectura moderna do século XX. Surge então uma nova linguagem modernista baseada nas novas técnicas industrializadas e nos novos materiais e que vem causar uma cesura/um corte com os padrões anteriores. Em meio a esta modernização, novas alterações se sucedem no panorama político português com a instauração em 1926 do regime de ditadura que mais tarde seria institucionalizado com a designação “Estado Novo” (1933) e que teve como figura central o ditador António de Oliveira Salazar, estendendo-se por um período de 48 anos e influenciando profundamente o País. (Tostões, 1995, p. 517)

Uma das principais características do Salazarismo foi a intensa acção na área das obras públicas, facilitada pela política de austeridade financeira implementada por Salazar enquanto Ministro das Finanças e pelo dinamismo do ministro Duarte Pacheco. Desenvolvida a custo de expropriação a baixo custo de grandes áreas de terreno destinadas não só a edifícios do estado mas também a expansões urbanas, esta promoção das obras públicas veio trazer um impulso importante à arquitectura portuguesa, no momento em que se adoptavam no País os elementos do modernismo. Nos primeiros anos do novo regime a atitude do estado para com a criação arquitectónica era de indiferença, sem haver qualquer interferência. Esta atitude indiferente permitiu aos arquitectos expressar livremente as suas ideias modernas na criação de diversos edifícios públicos. A linguagem moderna é usada livremente e adoptada a estrutura de betão armado como forma arquitectónica nos novos edifícios. Exemplo desta arquitectura e que assinala de forma física o modernismo na arquitectura portuguesa, é o edifício do Instituto Superior Técnico, de Pardal Monteiro (1927). (Pereira, 1997, p. 33)

Entretanto, no decorrer destes anos 20, continuava a expansão da cidade de Lisboa através da criação de bairros como o das Picoas, o Bairro França, mais direccionado à

pequena burguesia e bairros de luxo como o que fora construído junto ao Parque da Cidade.

No entanto a zona mais emblemática e de tendência da moda era a das Avenidas Novas, de estética definida por Norte Júnior e Pardal Monteiro (França, 1982), numa combinação de estilo ainda oitocentista, de sentido clássico e linhas curvas, com uma expressão mais geométrica e de linhas rectas associada ao estilo *arts décoratifs*. Este estilo, definido na Exposição de Paris em 1925, seria aplicado evolutivamente por Pardal Monteiro em produções como o prédio da Avenida da República (1923), a vivenda da Avenida 5 de Outubro (Prémio Valmor de 1929) e a Estação do Cais do Sodré (1928). (Pereira, 1997, p. 33)

1.1.2. OS ANOS 30 – ÉPOCA ÁUREA DAS OBRAS PÚBLICAS

A década de 30 inicia-se num Portugal governado pelo Estado Novo, interessado numa renovação simbólica e na afirmação do mito da sua actualidade. Desenvolve-se com uma política de obras públicas bem impulsionada e que proporciona condições muito favoráveis à intervenção e afirmação profissional dos arquitectos em grandes projectos públicos e modernistas. Deste modo e numa primeira fase de afirmação do poder estatal, o movimento historicista e regionalista tende a suspender-se, ao que se sobrepõe um recurso crescente a modelos internacionais, num modernismo conjugado com a monumentalidade associada à essência da obra pública. (Tostões, 1995, p. 521)

Ao longo desta década, o estilo *art déco* populariza-se de forma generalizada e sobretudo nos bairros Andrade, Inglaterra e Colónias e também no Bairro Azul da cidade de Lisboa mas também no Porto, principalmente em iniciativas particulares de que são exemplo a Farmácia Vitália de Manuel Marques (1932) e a Casa de Serralves (1925-1943).

Protagonista da primeira etapa das obras públicas e durante algum tempo o arquitecto da confiança do Engenheiro Duarte Pacheco, Pardal Monteiro foi o autor de diversos projectos de significativa importância neste período cujo estilo se definia na fronteira entre a modernidade e a monumentalidade, numa equilibrada simbiose entre a elegância e a austeridade. (Tostões, 1995, p. 524)

Autor de projectos como o Instituto Nacional de Estatística (1931), as Gares Marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos (1934), o edifício do Diário de Notícias (1936) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima (1938), desenvolve uma linguagem técnica e neutra que lhe permite manter-se, de certa forma, imune aos modelos revivalistas da década seguinte. (Tostões, 1995, pp. 522-523)

Exemplos deste momento áureo das obras públicas na história de Portugal são também os projectos nos Caminhos de Ferro, por Cottinelli Telmo, Casa da Moeda, por Jorge Segurado e o Edifício dos Correios, de Adelino Nunes (1903-1948). Fora do domínio das obras públicas outros nomes há, dignos de reconhecimento, como é o caso de Cassiano Branco, com o seu trabalho em diversos prédios de rendimento, influenciando grandemente a imagem da cidade, trazendo renovação através de inventivas intervenções na fachada. É nesta tipologia que mais manifesta a criatividade no uso das potencialidades plásticas do betão armado. Da sua autoria são também projetos como o Cineteatro Éden (1930 – 2ª proposta, não construída), e o Hotel Vitória (1934), onde se evidencia a capacidade de integração das ideias vanguardistas europeias. (Tostões, 1995, p. 520)

Com o final da década encontravam-se muito reduzidas as possibilidades de continuidade deste “efémero” ciclo modernista, cujo internacionalismo se mostrava incompatível com o crescente nacionalismo que se mostrava cada vez mais não se limitando unicamente aos grupos de pressão mas passando a integrar o discurso de Salazar, Duarte Pacheco e António Ferro. (Tostões, 2004, pp. 116-117)

Neste contexto, a base social e cultural do regime, no seu conservadorismo e culto da tradição como um dos seus mais importantes dogmas, não tardou a manifestar-se e os edifícios de estética moderna e internacional rapidamente desencadearam críticas e protestos vindos do próprio governo. (Pereira, 1997, p. 33)

Os novos edifícios eram categorizados como inadequados ao clima do País e opostos ao “carácter do povo português”, numa atitude de condenação para com a internacionalização da nova arquitetura, que iria acabar por condenar esta característica e considerá-la como subversiva e até comunista. Como fundamentos para esta oposição apoiavam-se, por exemplo, na dimensão ampla das janelas, inspiradas em modelos da Europa central e do norte, que não seriam adequados por não apresentarem protecção para o sol excessivo do verão em Portugal, assim como na incipiência das técnicas usadas na impermeabilização

de coberturas horizontais, que resultavam em frequentes infiltrações de águas da chuva. Assim, em Portugal, este início despertar da arquitectura moderna e de inspiração nas correntes internacionais acabou por ser gradualmente restringido, dando primazia a uma arquitectura mais próxima às ideologias dos sectores conservadores da sociedade portuguesa. (Pereira, 1997, p. 33) Numa tentativa ainda de avançar com a abordagem moderna mas integrada na estética tradicional portuguesa, deu-se em 1935 o manifesto “um estilo moderno e português”, no entanto, não obteve sucesso. (Pereira, 1997, p. 34)

1.1.3. PORTUGAL E O FASCISMO

Em 1936 teve início a Guerra Civil em Espanha, o que despoletou em Portugal um processo acelerado de fascização, também influenciado pelo governo do III Reich, na Alemanha, onde se inspiraram na criação de diversas instituições como milícias militarizadas, polícia mais repressiva, campos de concentração e organizações para abranger os tempos livres dos trabalhadores. (Pereira, 1997, p. 34)

Foi desenvolvido um contexto onde a arte poderia ser manipulada como um instrumento de propaganda ideológica e onde a arquitectura era usada como forma de expressão de uma política de obras públicas unida com as ideologias do regime e os valores nacionalistas. Exemplo deste tipo de arquitectura é a Praça do Areeiro, pelo Arquitecto Cristino da Silva, 1938. O estreitar das relações entre a ditadura portuguesa e os restantes fascistas europeus, particularmente o alemão, com a sua tecnologia de maior prestígio e poder de propaganda, foi elemento influenciador e manifesto ao nível da construção e da arquitectura. (Pereira, 1997, p. 34) O ano de 1938 é marcado pelo regresso de Duarte Pacheco ao ministério das Obras Públicas, estabelecendo-se um controlo mais apertado no qual as criações arquitectónicas eram constrangidas a um modelo imposto pelo governo, o que conduziu, de forma restrita, o desenvolvimento das novas ideias de estilo. É neste contexto que se desenvolve uma conjugação das formas do modernismo europeu com o nacionalismo salazarista. (Pereira, 1997, p. 35)

São deste período os projectos Portugal dos Pequenitos (1937) e Hotel do Luso (1938), de Cassiano Branco, obras em que se retoma um revivalismo regionalista e também o Coliseu do Porto (1939), a sua última obra moderna. (Tostões, 1995, p. 522) É também nesta altura que uma nova geração de arquitectos passa a integrar os serviços técnicos chefiados por Duarte Pacheco. De entre eles destacam-se Faria da Costa (1906-1971), responsável pelo

Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938-1940), e Keil do Amaral - o 1º prémio do concurso para o Pavilhão Português na *Exposição Internacional de Paris* em 1937, onde apresenta uma abordagem de «modernismo temperado de tradição», tendo também sido encarregue da planificação do Parque Florestal da cidade, assim como de todas os elementos de apoio (1938-1949). (Tostões, 1995, p. 524)

É realizado também nesta altura o Plano Director da cidade para Lisboa, pelo urbanista russo De Groer, traçando-se medidas para uma conveniente expansão da cidade, com a criação de infra-estruturas apropriadas, a elaboração de um desenho urbano coerente e a definição de vias principais que conectavam a capital às áreas subjacentes, numa composição articulada com a realização de importantes equipamentos associados ao aeroporto, projeto também de Keil do Amaral (1938-1943). (Tostões, 1995, p. 524)

Derivado do relacionamento entre a ditadura portuguesa e os restantes fascistas europeus assiste-se ao envolvimento de arquitectos e engenheiros alemães, convocados ao País com o intuito de projectar o ousado complexo desportivo do Jamor e a auto-estrada que faria a conexão com Lisboa. O estádio nacional é um exemplo onde é notória esta influência germânica, particularmente na estrutura da tribuna, mesmo tendo este sido projectada por arquitecto português. Outro edifício que demonstra esta influência é o Hospital de Santa Maria, que acabou por ser construído somente após o término da II Guerra Mundial, e cujo projecto foi encomendado ao Arquitecto Hermann Diestel, de Hamburgo, e que representa uma reprodução do projeto Klinik da Cidade Universitária de Berlim, que acabou por não ser construído. Ainda neste contexto, em 1941 foi apresentada em Lisboa uma exposição da Moderna Arquitectura Alemã, por Albert Speer, arquitecto de eleição do próprio Fuher, tendo obtido grande êxito e repercussão. (Pereira, 1997, p. 34)

Na faculdade, a arquitectura alemã era ensinada e enaltecida por Cristino da Silva como a arquitectura do futuro, contrariamente à corrente modernista de que tantos insistiam em continuar adeptos.

Deste arquitecto é também a grandiosa obra da Praça dos Restauradores, um dos edifícios onde a influência nazi é mais evidente. Embora não de forma tão agressiva como na Alemanha nazi, estes modelos eram impostos, como “ideais portugueses”, aos arquitectos por meio de métodos administrativos e intimidatórios, tornando-se obrigatórios em encomendas oficiais a partir de 1940. Todos os edifícios públicos eram coordenados pelo

Ministério das Obras Públicas, o que permitia um controlo total sobre os projectos, de modo a que fossem de acordo com as ideologias do Estado, que já se encontravam de tal forma aceites e enraizadas que muitas vezes nem era necessário efectuar reformulações. (Pereira, 1997, p. 34)

O modelo de estilo imposto conceptualizava a arquitectura como cenografia e pretendia transmitir o poder do Estado e os ideais de ordem e autoridade. Traduzia-se, nos grandes edifícios públicos tais como tribunais, universidades e cineteatros, em classicismo e monumentalidade, aproximando-se aos modelos totalitários italianos e alemães. Nas aldeias e pequenas cidades os elementos dominantes na arquitectura são de carácter rural – cunhais, telhados e beirados em destaque, cornijas e molduras dos vãos em pedra trabalhada. (Pereira, 1997, p. 36)

São exemplos destes, os quartéis da Guarda Nacional, o edifício dos Correios e da Caixa Geral de Depósitos, as casas apalaçadas e os bairros de habitação social. Em edifícios de dimensão intermédia e de cariz público mas situados em localização de maior importância, como cidades capital de distrito e também em prédios urbanos de habitação, verifica-se uma abordagem híbrida deste modelo. (Pereira, 1997, p. 36)

A viragem no panorama bélico e o adivinhar de uma derrota quase eminente por parte dos alemães, levou a ditadura de Salazar, até então declarada como neutra, a demonstrar uma maior inclinação para com os Aliados, dando abertura para o estabelecimento de bases aéreas nos Açores. Após a derrota definitiva do nazi-fascismo em 1945, houve a necessidade, por pressão quer pelas potências vencedoras, quer, internamente, pela opinião que se levantava clamando por liberdade, de desenvolver uma fachada mais democrática, pelo que foi encerrado o campo de concentração de Cabo Verde e abertas eleições para o Parlamento a partidos da oposição, embora de forma muito limitada. (Pereira, 1997, p. 37)

É iniciado um processo de industrialização num esforço evidente para combater a miséria em que se encontrava grande parte do povo português e a própria cultura começa a disfrutar de um ambiente mais desafogado. Neste contexto, adivinha-se o abandono das imposições colocadas aos arquitectos, mas tal aconteceria apenas a partir de 1948 e somente de forma parcial em resposta à manifestação de desagrado contra o controlo exibido pelo estado sobre a criação estilística. O facto do regime ditatorial se ir

desembaraçando de formas mais ostensivas de manipulação e controlo ideológico acabou por abrir caminho ao retorno da arquitectura moderna. A arquitectura dos anos 40 insere-se neste contexto, extinguindo-se no decorrer da década seguinte. (Pereira, 1997, p. 38)

1.1.4. ANOS 50 – ARQUITECTURA MODERNA

Em 1948 realiza-se o I Congresso Nacional de Arquitectura num contexto de agitação cultural pós – guerra, no meio de uma instabilidade política e de uma oposição confiante no apoio das democracias europeias e crente na possibilidade de se alterar o panorama político português. De modo contrário ao almejado, e graças à implementação de medidas policiais e da própria actuação dos aliados, o regime ditatorial conseguiu a consolidação e manteve-se no poder até 1974. (Tostões, 1997, p. 41)

Neste contexto surgem as Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT) que, centralizadas em Keil do Amaral, adquirem e editam a revista *Arquitectura*. No ano seguinte aparece a portuguesa Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM), com que mantinha contacto. (Tostões, 1997, p. 42) No ano de 1947, Fernando Távora publica o ensaio, *O Problema da Casa Portuguesa*, onde fala abertamente da arquitectura moderna estabelecendo a ligação com a casa popular. (Tostões, 1995, p. 530)

O Congresso de 1948 tem grandes repercussões, e os arquitectos portugueses reunidos reivindicam a arquitectura moderna e expressam uma vontade colectiva de mudança. Este é considerado um ponto de viragem na arquitectura portuguesa, um momento de resistência e uma oportunidade de desenvolvimento de uma nova geração moderna, numa reconquista da liberdade de expressão dos arquitectos. (Tostões, 1995, p. 530)

O regime ditatorial tende a reagir de forma pouco convicta face ao movimento colectivo decorrente do Congresso de 1948 sendo as atitudes tomadas resumidas a posições pontuais de força com o indeferimento de alguns projectos e a algumas perseguições pessoais.

No desenrolar da década de 50 passará a transigir e a condescender gradualmente com as reivindicações deste grupo profissional e convidará alguns destes arquitectos a tomar as rédeas de projectos públicos. (Tostões, 1997, p. 42)

A expressão desta ruptura com o anterior modelo restringidor vai primeiramente

manifestar-se no Porto, cidade afastada do foco de poder político e onde o dinamismo da encomenda privada vai estimular o desenvolvimento da nova linguagem moderna no contexto do pós-guerra. Em Lisboa, só no princípio dos anos 50 surgem novas perspectivas para os jovens arquitectos exprimirem as tendências da modernidade (Tostões, 1995, p. 532) e é no Bairro de Alvalade, a partir do final dos anos 40, com iniciativa da Câmara Municipal e plano de Faria da Costa que esta transformação da capital vai ser manifesta. De forma inédita em projectos oficiais de habitação social, os edifícios colectivos apoiados numa série de equipamentos sociais contrariavam a abordagem enraizada na simbologia da ruralidade que constituía a ideologia do Estado Novo, de casas unifamiliares com logradouro. (Tostões, 1997, p. 45)

Outras propostas se seguiriam, de que se destaca o projecto radicalista, ainda que não concretizado mas posteriormente publicado na revista *Arquitectura* (1953), da equipa de Celestino de Castro, Hernâni Gandra, João Simões, Francisco Castro Rodrigues e José Huertas Lobo para a Avenida dos Estados Unidos da América. A proposta envolvia blocos em altura (8 pisos), com distribuição dos fogos em galeria alternada e conectada a uma coluna de acessos única, organizando as habitações em duplex, com pé-direito mínimo de 2,40m. (Tostões, 1997, p. 45) Esta década constitui um período áureo na arquitectura em Portugal, um tempo de mudança em duas fases que se articulam sequencialmente. Numa primeira fase é retomado o movimento da geração modernista do final dos anos 20, sem ruptura com a tradição, propiciando-se então o desenvolvimento e avaliação do “método internacional” sob a luz de novos métodos formais e de uma nova forma de pensar a arquitectura. (Tostões, 1995, p. 532)

Nas criações arquitectónicas portuguesas dos anos 50 é principalmente o campo da habitação que manifesta maior inovação, tanto ao nível do programa, que responde e revela melhor a estrutura da sociedade em que se encontra imerso, como da conceptualização do espaço. Graças à aplicação moderna, a habitação colectiva adquire nova dignidade, começando a ser pensada como elemento que se repete em função dos valores urbanos, definindo a teoria funcionalista. (Tostões, 1995, p. 532)

São os novos bairros que apresentam uma imagem da cidade mais contemporânea, de urbe civilizada e internacional. Parte integrante e significativa da modernização da cidade de Lisboa é, em 1952, a construção do maior e mais moderno hotel da capital – o Hotel Ritz, projecto da responsabilidade de Pardal Monteiro (1987 - 1957), de carácter forte e monumental, como que suspenso sobre o vale do Parque Eduardo VII. Também neste ano

seria elaborado o projecto mais internacional de Keil do Amaral – a Feira das Indústrias Portuguesas (1952-1957), que proporcionou uma conexão próxima ao sistema de construção permitindo o desenvolver natural da linguagem funcionalista. (Tostões, 1995, p. 536)

Diversos programas tornam então evidente uma afirmação contemporânea e de algum internacionalismo, com estruturas arrojadas a marcarem com novidade os anos 50, de que é exemplo o Pavilhão dos Desportos (1951) no Porto. (Tostões, 1997, p. 47) A partir de 1956, uma jovem geração de arquitectos (Nuno Portas, Frederico Sant'Ana, Carlos Duarte, Gomes da Silva, Hestnes Ferreira, António Pinto Freitas, entre outros) inicia, na revista *Arquitectura*, uma nova fase, de publicação e crítica das principais obras, atitude determinante no acompanhamento da futura produção arquitectónica. (Tostões, 2004, p. 141)

As áreas mais resistentes à corrente moderna vão situar-se nos campos político e religioso, num panorama de transformação mais lenta de mentalidades e costumes. Em edifícios associados à esfera pública tais como palácios de justiça, cidades universitárias e igrejas denotam uma tendência para prolongar ainda os modelos anteriores. As Igrejas de São João de Deus, Santo Condestável e São João de Brito dão mostra a esta permanência, ao passo que em edifícios mais periféricos se verifica já alguma contaminação moderna Igreja de Moscavide de Freitas Leal e João de Almeida e Igreja de Águas de Teotónio Pereira. Contrariamente, uma maior liberdade de linguagem é manifestada nos edifícios dos cinemas como o São Jorge, de Fernando Silva, de 1947, o Império e o Monumental, e nos edifícios hoteleiros, evidenciando também aqui uma novidade no panorama social, nos novos hábitos de uma sociedade tendendo para o consumismo, associados à ideia tão na moda de 'estado de bem-estar' e que se encontra no centro do que seria a explosão turística dos anos 60. (Tostões, 1997, p. 47)

Também de Teotónio Pereira (1922-2016) em colaboração com Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929) é o bloco das Águas Livres, projectado em 1953 e que representa um ponto de amadurecimento do *estilo internacional* aplicado a uma obra de grandes dimensões em Lisboa.

De forma inovadora, tem patente uma organização versátil, fluidez de espaço e função, com galerias de acesso aos serviços e espaços comuns que são enriquecidos via uso de

obras pictóricas e de escultura. Era preocupação de Teotónio Pereira a busca da autenticidade na arquitectura portuguesa, num conciliar da modernidade com a tradição rural, procurando um sentido coerente com a realidade da reconstrução industrializada e massificada do pós-guerra integrada no desenvolvimento industrial e económico em Portugal e, como tal, resistindo às inovações mais superficiais. (Tostões, 1995, p. 537)

1.1.5. A TRANSIÇÃO PARA OS ANOS 60

O final da década de 50 em Lisboa é marcado por duas obras significativas para a cidade e para a arquitectura portuguesas – a sede da Fundação Calouste Gulbenkian e a Igreja do Sagrado Coração de Jesus. Nesta última, promovida em 1961 através de concurso, a equipa de Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida consegue marcar uma nova imagem no campo religioso e desenvolver um novo conceito na intervenção urbana, anunciando expressivamente a nova década de 60. (Tostões, 203, p. 542)

Ao espaço, trabalhado a partir de um todo do qual vão decorrer vários espaços de valor intimista distinto, vai corresponder, no exterior, um notável entendimento do sentido colectivo do espaço urbano. A obra da sede da Fundação Calouste Gulbenkian, iniciada em 1959 também através de concurso, vai reunir uma equipa da geração pós-Congresso – Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy Jervis d'Athougia. (Tostões, 203, p. 543)

Desenvolvida, assumidamente, como objecto arquitectónico, a sede da Fundação Calouste Gulbenkian atinge o ponto inteligente de simbiose entre a monumentalidade e a representatividade desejadas e os valores da escala humana que serviam de modelo à configuração deste espaço moderno e civilizado. Um conjunto de volumes, de carácter seco e racionalizado, encontram-se subtilmente aderentes ao terreno por embasamentos reentrantes e que transmitem a ideia de o edifício estar suspenso na Natureza, são sujeitos a uma dominante horizontal e a uma articulação que revela a ideologia de contenção proposta, que se manifesta na cuidadosa integração no parque envolvente, planeado por Ribeiro Teles. (Tostões, 1995, p. 543)

A ideia de serenidade poética conseguida, resulta da rigidez de volume em conjugação, de modo paradoxal, com a maleabilidade volumétrica e de espaço. É uma obra de princípios racionalistas, adoptando os preceitos do movimento moderno, numa continuidade orgânica plena de fluidez que reclama o valor sereno da Natureza do lugar e revela a verdade

estrutural do edifício na textura assumida dos materiais. (Tostões, 1995, p. 544) Será posteriormente, na personalidade de Siza Vieira, figura principal da geração da maturidade moderna, que é possível ver confirmada a capacidade de articular a continuidade criativa do movimento moderno com o espaço existencial e a plenitude da experiência vivida, num diálogo que revela a relação entre arquitectura e paisagem. (Tostões, 1995, p. 545)

Relançando de um modo inédito na moderna arquitectura portuguesa o uso de materiais tradicionais, procura o intelectual com o sensual e sensorial, e pondera sobre o local, envolvimento, o que conduz a um método de projectar aberto e a uma arquitectura livremente criada e fundamentada na articulação e movimento dos edifícios, adaptados organicamente e, assim, valorizando as potencialidades da forma existente. Deste modo, não estabelecendo modelos, desenvolve um novo conceito, um novo método, com capacidade para interpretar cada caso e lugar concreto, definindo a arquitectura da diversidade que vai caracterizar de um modo geral a produção arquitectónica a partir dos anos 60. (Tostões, 1995, p. 546)

Depois da primeira geração moderna, definida ao longo dos anos 20 e 30 e manifestando um frágil funcionalismo preso ao eclectismo, foi sem dúvida nos anos 50 que sucederam as mais determinantes rupturas com os modelos anteriores. (Tostões, 2004, p. 145) No início dos anos 60, Nuno Portas debate a questão do património moderno, num balanço crítico da modernidade e da resposta portuguesa a este desafio, que ficou registado primeiramente na série *pioneiros de uma renovação* no *Jornal de Letras e Artes* e depois na revista *Arquitetura*, com a rubrica *antes que, mesmo o pouco que temos...*. Pela primeira vez a arquitectura portuguesa do século XX era anunciada como património em perigo e que necessita de ser protegido. Entre as obras catalogadas como ameaçadas encontravam-se o Animatógrafo, o Café Portugal e o Hotel Vitória. Nuno Portas denunciava a passividade cultural de artistas e críticos de arte, e a cumplicidade dos arquitectos que subestimavam a “solidariedade da aventura criadora” e apontava como causa principal a ignorância derivada das lacunas da formação escolar a nível histórico das gerações mais recentes. (Tostões, 2004, p. 9)

Entretanto, em 1967, o historiador, sociólogo e crítico de arte José-Augusto França, que colaborava desde 1957 com a revista *Arquitectura* iniciava o primeiro levantamento patrimonial definindo as áreas de preservação patrimonial da cidade de Lisboa. (Tostões, 2004, p. 145)

Este é um período onde se evidencia um contexto político e social em profunda mudança, em grande parte associada ao fenómeno decorrente da crescente liderança americana no processo de globalização económica e mediática, generalizado em todo o ocidente e que anuncia o advento inevitável de uma crescente liberalização. A década de 60 é marcada pela pluralidade e por um esforço de desenvolvimento industrial impulsionado pelo regime, mas também pela ruptura que acompanhou o eclodir da guerra das colónias Africanas. Associadas a esta conjuntura de crise político-social e guerra colonial estão as rupturas estéticas dos anos 60 e da fase final de desagregação do regime fascista. (Tostões, 2004, p. 145)

1.1.6. OS ANOS DE 1970

No seguimento do fracasso da liberalização do regime, as expectativas de alterações a nível político-social e de resolução do problema da guerra colonial não se concretizaram. O regime acabou por entrar num processo sem volta de desagregação das suas estruturas, uma vez que este contexto originou um clima favorável à oposição e à agitação social, num processo crescente que desembocou na revolução que trouxe o término definitivo à ditadura em Portugal. O golpe militar de 25 de Abril de 1974 conduziu o País a um período intenso de exaltação da revolução e impulsionou os processos de descolonização e definição de um novo modelo social e político. O clima nacional imediatamente após Abril era festivo e de manifesto apoio ao Movimento das Forças Armadas, num êxtase de liberdade popular a que se seguiu um momento de contestação, pleno de agitação social e reivindicações. (Reis, 2007, p. 21)

A democracia parlamentar só viria a concretizar-se em 1976 com a eleição do 1º Governo Constitucional e com a nova Constituição da República, após um período de intensa participação popular, incerteza e instabilidade política. (Reis, 2007, p. 21) A revolução do 25 de Abril, embora profundamente significativa para o País, é no panorama cultural, artístico e arquitectónico de importância maioritariamente como referência histórica, social e política, e não tanto estética, artística ou cultural.

Esta nova época caracterizou-se pela crítica, incisiva e directa, sob forma de organizações colectivas de artistas, manifestos, acções de rua, manifestando o anseio de alertar a comunidade para o atraso cultural português. (Reis, 2007, p. 16) A profunda alteração do

panorama do País por meio da revolução de 1974 não provocou ruptura nas intervenções urbanas e arquitectónicas dos arquitectos portugueses, servindo mesmo na sua conjuntura como ponto de partida para o desenvolvimento de uma acção de continuidade. As linguagens e tipologias são um reflexo do debate em curso que propõe o alargamento das referências associadas ao neo-realismo e uma maior abertura às experiências na área da habitação popular de baixo custo. (Costa, 1997, p. 65)

Nesta sequência e na ânsia vivida de servir o povo, intensificam-se os programas em curso pelo Fundo de Fomento à Habitação e surge mais tarde o programa alternativo de Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), novidade de curta duração (Agosto 1974 a Outubro 1976) mas que desencadeou um dos mais empolgantes processos da arquitectura do século XX e contribuiu para a estabilização das múltiplas acções de apropriação de casas nas zonas urbanas que se seguiu imediatamente à revolução. (Costa, 1997, p. 65)

Experiência pioneira no contexto europeu, o SAAL propunha a constituição e actuação, por intermédio das câmaras municipais, de brigadas técnicas chefiadas por arquitectos que, em colaboração com as populações, tinham como objectivo encarar e resolver as necessidades habitacionais de comunidades desfavorecidas por todo o País. Esta iniciativa permitiu reinventar a prática da arquitectura, efectuando uma mudança de foco, uma vez que todos os processos envolvidos – desde o levantamento das condições de vida, ao apoio às comissões de moradores, ao projecto arquitectónico, passando pelo acompanhamento das expropriações dos terrenos – eram conduzidos com os moradores, projectando-se com eles e não unicamente para eles. (Costa, 1997, p. 67)

No seu curto percurso, o SAAL concluiria cerca de 170 projectos que envolveram mais de 40.000 famílias de Norte a Sul, e se integravam naquilo que foi designado por urbanistas reformistas italianos como uma *terceira geração de planos* elaborados não para expansão mas para consolidação e ordenamento da cidade. A importância desta iniciativa é reconhecida pela crítica europeia, de que decorre a convocação de Alvaro Siza para projectos nacionais (Porto e Évora) e internacionais (Berlim e Haia) que vão constituir expressiva concretização de uma reflexão sobre processos colectivos geradores de transformação social. (Costa, 1997, p. 66)

1.1.7. DE 1974 À DÉCADA DE 80

Nesta linha temporal de doze anos, delimitada pela revolução militar de 25 de Abril de 1974 e a adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1 de Janeiro de 1986, o país esteve entregue a si próprio e não se integrou em sistemas político-económicos como as ditaduras europeias ocidentais ou a própria comunidade económica europeia. O sistema político mudara, a economia reestruturara-se e a sociedade alterara-se a nível de costumes, mentalidades e valores, numa construção e consolidação democráticas associadas a uma preparação da adesão europeia. (Reis, 2007, pp. 15-16)

Este foi, sem dúvida, um período de mudanças, representando para alguns um momento de afastamento, graças ao desmantelar dos grupos económicos, as nacionalizações, a saída de capital para o estrangeiro e a falta de mercado para a actividade imobiliária. (Almeida, 1997, p. 73)

Os novos arquitectos dispersam-se pelo País ou são absorvidos por gabinetes pré-existentes. Na segunda parte da década de 70, a prática arquitectónica começa a manifestar um formalismo em que o projecto se foca na resolução interna dos problemas que as formas colocam em si próprias. É o revivalismo na forma de recuperação das raízes do modernismo, história figurativa e vernaculismo, tornando-se este recurso cada vez mais frequente. (Almeida, 1997, p. 73)

No Norte do País, no entanto, formou-se um núcleo coeso na vontade de prosseguir numa via ligada à modernidade do século XX e contrariando os revivalismos anti modernos que se afirmavam na europa. (Almeida, 1997, p. 76) Até meados dos anos 80 verifica-se a crescente urbanização das periferias urbanas, de promoção maioritariamente privada, sem planos de ordenamento regional ou municipal, numa expansão descontrolada do território que deixou a maioria das povoações carente de equipamentos, espaços públicos e infra-estruturas. (Almeida, 1997, p. 74)

Na década de 80 viu-se surgir uma crescente onda de preocupação junto da opinião pública no que diz respeito ao património arquitectónico, processo onde permanece como obra significativa de arquitectura A Casa dos Bicos, intervenção resultante de um misto de restauro, invenção cenográfica e de espaço, e reinvenção formal. (Almeida, 1997, p. 80) Nos anos posteriores a 1985, muitos dos autores preponderantes nas décadas de 50 e 60

voltam a surgir com renovado vigor, vendo ser-lhes atribuídas várias obras de prestígio, em meio a um momento de pluralidade de estilos que multiplicam as linhas de evolução nesta época. (Almeida, 1997, p. 82)

A história da arquitectura portuguesa do século XX revela um percurso pontuado de avanços e recuos, partindo de uma oposição de início de século entre uma arquitectura mais cosmopolita e outra mais nacionalista, resultando numa evolução condicionada pelo surgimento de novos materiais e técnicas, pelas restringidoras ideologias políticas do Estado Novo e pelos movimentos e influências internacionais, difundidos, em grande parte, pelas revistas da especialidade.

Na seguinte secção é abordada a evolução do panorama editorial português no que respeita às publicações de arquitectura desde a viragem do século XX até aos final da década de 1980, procurando estabelecer uma ligação com o contexto histórico, político e sócio-económico vivido e focando brevemente o seu papel na história da arquitectura.

1.2. Arquitectura e publicações portuguesas

Em meio à conjuntura que envolveu a viragem do século e o início do século XX, a imprensa estabeleceu-se como uma importante ferramenta de difusão dos principais movimentos no âmbito da arquitectura e, a evolução das publicações sobre esta área em Portugal, apresenta um percurso paralelo à história do próprio País, sendo influenciada de forma significativa pelos acontecimentos que foram moldando a sociedade. No início do século XX observa-se uma expansão e delimitação do arquitecto a nível sócio-profissional, face ao desenvolvimento urbano e à implantação na sociedade de uma nova burguesia, que encara a habitação como prestígio social e que recorre ao arquitecto para uma obra de qualidade.

É dentro deste conceito que surge, em Fevereiro de 1900 *A Construção Moderna* (1900-1919), estabelecendo-se como a primeira publicação periódica portuguesa vinculada especificamente à arquitectura e construção civil.

Apresentando-se num formato interdisciplinar, não se dirigia unicamente a especialistas e englobava o que em Portugal se sabia fazer em termos de arquitectura, técnicas e estudos relativos a construção, divulgação de projectos de edificações de todos os géneros e projectos de engenharia, tornando-se “um repositório de trabalho útil” e de construções dignas de registo. Com a direcção técnica do Engenheiro José Manuel Melo de Mattos e do Arquitecto Rosendo Carvalheira, manteve as suas publicações constantes até 1919, numa complementaridade de saberes que impulsionaria a circulação de ideias e actualização dos progressos da área da arquitectura e construção. (Gomes, 1981, p. 1)



Fig. 1: Capa de *A Construção Moderna*, Nº1, 1900

Em 1902 é fundada a Sociedade dos Architectos Portugueses, dando-se a separação entre architectos e arqueólogos, até aí participantes no mesmo organismo (Real Associação dos Architectos e arqueólogos portugueses) e inicia-se a reivindicação pela posição do architecto como classe profissional e no artístico e intelectual do País. (Gomes, 1981, p. 1)

É nesta fase de expansão sócio-profissional da classe dos architectos que surgem duas publicações restritas à área da arquitectura: o *Annuario*, boletim da Sociedade dos Architectos Portugueses, publicado entre 1905 e 1910 e a revista *Architectura Portuguesa*, publicada de forma não regular entre 1908 e 1958.

O *Annuario*, centrado nas questões da classe profissional, abordava temas como biografias, interesses gerais da classe dos architectos, exposição de trabalhos associativos, assuntos técnicos (concursos, prémios, exposições, história), legislação técnica e assuntos de natureza diversa (património, eventos, visitas, questões sociais). Tendo como comissão redactora Alfredo d'Ascensão Machado, João Lino de Carvalho, Francisco Carlos Parente, Alfredo M. Costa Campos e José Alexandre Soares, é a única publicação onde é documentada esta nova consciência face à classe profissional emergente dos architectos. (Gomes, 1981, p. 1)



Fig. 2: Capa de *Annuário* da Sociedade dos Architectos Portugueses, Nº1, 1905



Fig. 3: Capa de *A Architectura Portuguesa*, 1ª série, 1908

Já a revista *Architectura Portuguesa* (1908-1929), fundada em 1908 e dirigida por Eduardo A. Nunes Collares, procurava focar e documentar a produção arquitectónica nacional, efectuando a reposição das construções existentes, e onde o projecto do architecto era apresentado intercaladamente com o de construtor civil. Tal como em *A Construção Moderna*, para além de alguns importantes projectos de equipamento, publica preferencialmente os projectos de habitações unifamiliares em que o projectista é apresentado num segundo plano em relação ao proprietário, observando-se nesta publicação o domínio do tema da arquitectura tradicionalista portuguesa, tanto nos editoriais como nos projectos seleccionados e rubricas patrimoniais. A evolução da cultura arquitectónica portuguesa na viragem do século XX evidencia o contributo destas publicações inaugurais na autonomização da crítica disciplinar e na emancipação da classe profissional dos architectos. (Gomes, 1981, p. 1)

Em particular as revistas *A Construção Moderna* e *Arquitectura Portuguesa* foram meios de promoção da arquitectura, concedendo-lhe crédito e incitando a aceitação da “propriedade artística” do arquitecto.

Na década de 20 a actividade editorial regista uma ligeira diminuição, mantendo-se apenas a *Arquitectura Portuguesa* como a única revista especializada e observando-se consequentemente um direccionamento do fluxo de valores e ideologias arquitectónicas para a corrente tradicionalista portuguesa. (Gomes, 1981, p. 1)

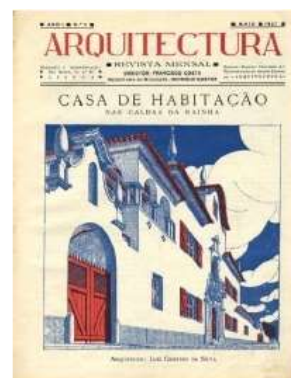


Fig. 4: Capa de *Arquitectura*, 1ª série, 1927

Entre 1927 e 1947 assiste-se a uma expansão do panorama editorial que passa a integrar as revistas: *Arquitectura* (1927-1988) e *Arquitectos* (1930 - 1942), sendo o aparecimento e manutenção das publicações durante este período fortemente influenciados pela situação política, facto evidente na convergência em torno dos ideais nacionalistas que se verifica nas publicações. (Gomes, 1981, p. 6)

A revista *Arquitectura*, fundada em 1927 e dirigida por Francisco Costa, manteve-se em publicação (ainda que irregular) até 1938, tendo sido interrompida durante a 2ª Guerra Mundial. Abrangendo vários componentes da disciplina arquitectónica, apresentava-se desconectada dos principais movimentos de arquitectura nacionais e internacionais, de natureza “anti-moderna” e como tal mais nacionalista e tradicional nesta sua 1ª Série.

Com a implantação do Regime Estado Novo (1926) e consequente política de obras públicas, assiste-se ao crescimento da participação e do prestígio social do arquitecto e ao alargamento do exercício da profissão ao planeamento urbano mantendo-se, no entanto e ainda por largo tempo, a encomenda individual de habitação unifamiliar, cujos projectos são preferencialmente baseados no conceito nacionalista Casa Portuguesa. Ainda em 1928 e no seguimento das alterações decorrentes da implementação do novo Regime, publica-se uma nova série da revista *A Arquitectura Portuguesa*. Esta 2ª Série, dirigida por António Rodrigues S.Nunes e publicada entre 1930 e 1934, tem expressa uma busca por



Fig. 5: Capa de *A Arquitectura Portuguesa*, 2ª série, 1930

renovação, verificando-se duplicação das páginas e passando a apresentar nos seus conteúdos as Exposições Internacionais de Arte. (Gomes, 1981, p. 6)

Não deixa, contudo, de fazer a defesa da 'Casa Portuguesa' e acaba por se mostrar permeável aos ideais do Estado Novo, nomeadamente através da publicação de editoriais afectos ao Regime e divulgando projectos de carácter nacionalista, alguns influenciados pelo totalitarismo italiano. (Gomes, 1981, p. 6)



Fig. 6: Capa de *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação*, 3ª série, 1935

Esta permeabilidade da revista *Arquitectura Portuguesa* aos ideais do Estado Novo é evidente também na sua 3ª Série, com início em 1935, em que acontece a fusão com a publicação *Cerâmica e Edificação*, passando a estar ligada à Fábrica de Cerâmica Lusitânea. Com nova apresentação e novo formato, a revista denota novo carácter, transparecendo no seu editorial a ligação à indústria portuguesa e ao espírito do regime político no poder. (Gomes, 1981, p. 6)



Fig. 7: Capa de *Revista Oficial Do Sindicato Nacional Dos Arquitectos*, N.º2, 1938

Nos seus conteúdos apresenta projectos de Raul Peres Martins, João Faria Costa, Cassiano Branco, João Simões, Veloso Reis Camelo, Jorge Segurado, Amílcar Pinto, Adelino Nunes, entre outros. Esta série terá a sua última publicação em 1951. (Gomes, 1981, p. 6)

De forma idêntica, os ideais do Estado Novo permeiam também a revista *Arquitectos*, publicação oficial do SNA (Sindicato Nacional dos Arquitectos - designação da Sociedade dos Arquitectos Portugueses desde 1933, por imposição do Estado) e que se inicia em Fevereiro de 1938 sob a direcção de Cottinelli Telmo, no momento em que Pardal Monteiro foi Presidente da Direcção do SNA. A revista constituiu um importante meio de exposição da produção arquitectónica europeia e desempenhou um papel fundamental na divulgação das correntes de arquitectura existentes no País com a apresentação de projectos modernistas (Instituto Superior Técnico e Escola do Alfeite), pró-Estado Novo (Pavilhões da Exposição do Mundo Português) e pró-Regionalistas (Edifício dos CTT de Alcobaça). Com

uma qualidade editorial que a distinguia das outras publicações da altura, a revista contou com a colaboração dos arquitectos mais importantes da segunda e terceira geração. (Gomes, 1981, p. 6)

A sua publicação é interrompida em 1940 (após grande divulgação da exposição do mundo português), quando o seu director assume a direcção das obras da exposição, para voltar a surgir em 1942 com o último número dedicado à arquitectura da Grã-Bretanha.

O final da 2ª Guerra mundial impulsionou uma dinâmica nos meios culturais e intelectuais da sociedade portuguesa que resultou no desenvolvimento de novas iniciativas e que motivou novas orientações na prática e cultura arquitectónica em Portugal. Este contexto impulsiona e dinamiza uma nova geração de arquitectos que se afirma no 1º Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, e de que decorrem iniciativas como a formação do grupo ICAT (Iniciativas culturais arte e técnica), fundado em 1946 em Lisboa e de que faziam parte cerca de trinta arquitectos entre os quais Jacobetty Rosa, Adelino Nunes, João Simões, Raul Tojal, Faria da Costa e Keil do Amaral.

É também em 1946, no seio da conjuntura político-social que acompanhou o final Segunda Guerra Mundial que reaparece a revista *Arquitectura*, dirigida ainda por Francisco Costa nesta sua 2ª Série. No entanto, será apenas no ano seguinte que o seu conteúdo sofre um salto qualitativo, contando com a participação de arquitectos do ICAT, para o qual passa a propriedade do periódico e que, com um espírito mais aberto, fazem uma renovação da revista, tornando-a repositório dos ideais da nova geração, espaço de debate da prática arquitectónica em Portugal e veículo de divulgação dos modelos modernistas internacionais. Sob este novo formato, mantém-se em publicação até 1956. (Gomes, 1981, p. 6)



Fig. 8: Capa de *Arquitectura*, 2ª série, 1946



Fig. 9: Capa de *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação*, 4ª série, 1952



Fig. 10: Capa de *Binário*, 3ª série, 1958

Este impulso de renovação acaba por influenciar a revista *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, que se desconecta dos interesses corporativistas e inicia, em 1952, sob a direcção de Júlio Martins, uma política editorial focada na especialidade arquitectónica, acabando por se tornar um espaço de difusão do estilo internacional. (Gomes, 1981, p. 7)

No final da década de 50, o panorama editorial português atravessa um período de redefinição, dando-se início a uma nova série da revista *Arquitectura* (1957), dirigida por Frederico Sant'Ana, observando-se a extinção da *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação* (1958). Regista-se também a edição de duas novas publicações – *Atrium* (1959-1960), publicação efémera que se focou na difusão internacional da arquitectura portuguesa e *Binário* (1958), fundada pelo Arqº Manuel Tainha e seu irmão o Eng. Jovito Tainha, de abordagem técnica e menos crítica, que pretendia envolver a visão global da *Arquitectura* com a visão especializada da Engenharia Civil, focando a complementaridade entre a arquitectura e outras especialidades, reflectindo e divulgando, numa primeira fase, grandes realizações internacionais lado a lado com projectos nacionais. Embora registando mudanças em termos de direcção, a revista manteve-se em publicação até 1988. (Gomes, 1981, p. 7)

É neste período que a revista *Arquitectura* pretende impor uma maior qualidade, traduzida na orientação gráfica e na escolha do material publicado, dando-se grande projecção aos projectos nacionais de arquitectura moderna (Fernando Silva, Keil do Amaral, Carlos Ramos). Não deixando de se manter atenta ao contexto internacional, centrou-se na realidade arquitectónica em Portugal, incidindo nos temas da habitação e do planeamento, nesta 3ª série que se inicia em 1957 sob a direcção Frederico Sant'Ana e se estende por 17 anos. (Reis, 2007, p. 102)

De facto, toda a conjuntura socio-política que envolve este período - a abertura provocada pela 2ª Guerra Mundial, o decorrente desenvolvimento europeu, os Congressos de 1948 e posteriormente a partir de 1953, direcciona o foco da nova geração, o que se sente nos periódicos de arquitectura através de uma maior aproximação aos modelos internacionais. (Gomes, 1981, p. 7)

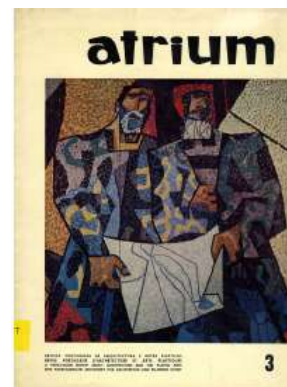


Fig. 11: Capa de *Atrium*, Nº1, 1959



Fig. 12: Capa de *Arquitectura*, 3ª série, 1957

É nesta fase que surgem várias outras publicações não exclusivamente ligadas à arquitectura mas abordando as áreas da cultura, da construção e equipamento. Entre elas está a revista *Colóquio*, propriedade da Fundação Calouste Gulbenkian, e publicada pela primeira vez em Janeiro de 1959, agrupando temas abrangentes nas áreas das artes e letras e abordando a arquitectura essencialmente a nível histórico. Procurando fomentar e apoiar a cultura em Portugal nos seus vários níveis. Manteve-se em publicação neste formato até Dezembro de 1970, data a partir da qual se desdobrou em *Colóquio Artes* e *Colóquio Letras*. (Gomes, 1981, p. 7)



Fig. 13: Capa de *Colóquio*, Nº1, 1959

Nos anos 60 e 70 verifica-se um surto de expansão nas grandes cidades e aumento da actividade das empresas imobiliárias, o que se traduziu no desenvolvimento de projectos associados quer ao crescimento habitacional nas áreas metropolitanas quer ao crescimento empresarial e comercial, como edifícios de escritórios e sedes de empresas. As revistas mantêm o seu carácter eminentemente moderno e voltado para as realidades internacional e nacional, abordando agora e sobretudo os projectos dessas novas realizações. Desse fenómeno de expansão a que estão ligados os mais importantes grupos financeiros, surgem os gabinetes que desencadeiam ao nível profissional um fenómeno de assalariamento da classe. No ensino, são feitas contestações e procurados novos horizontes, quer pelos próprios arquitectos, nomeadamente expondo esta questão na revista *Arquitectura*, quer pelos estudantes que revelam novas publicações como *Ver* (1965) e *Boletim ESBAP* (1968). (Gomes, 1981, p. 7)

Já no início da década de 70, dirigida por Gil Magno Leite e seguindo um formato técnico, surge *A Propriedade* (1970-1975), publicação que apresentou temáticas de habitação colectiva e planeamento urbano, expondo vários modelos em que é evidente a inspiração internacional, nomeadamente francesa.

As alterações decorrentes da revolução de 1974 reflectem-se no campo da arquitectura: uma grande parte dos gabinetes de projecto desaparece como consequência do colapso das actividades imobiliárias, o que leva a uma procura acrescida por ocupação no Estado e autarquias. (Gomes, 1981, p. 7)



Fig. 14: Capa de *A Propriedade*, Nº1, 1970

A criação do projecto SAAL e dos GAT's acaba por empregar parte desses arquitectos e ainda grande contingente de recém-formados; a vertente de ensino vai ser também procurada, seja como recurso ou voluntariamente, por um grande número de profissionais. A liberdade trazida pelo novo contexto político antevia um momento de expansão na área das publicações especializadas, o que acabou por não acontecer, observando-se o oposto – um período, ainda que transitório, de decaimento e escassez no número e actividade do panorama editorial. (Gomes, 1981, p. 7)

É no decorrer deste momento que se conclui a publicação de *A Propriedade* (1975) e *Binário* (1977), e que se suspende a revista *Arquitectura* de 1974 a 1979.

Perto do desfecho deste período é publicada a primeira edição da revista *Cidade/Campo – Cadernos da Habitação ao Território* (1978-1979), dirigida por Fernando Gonçalves, entre outros. Num momento em que as fontes de informação eram escassas e principalmente de origem estrangeira, esta publicação restringiu-se a apenas 2 números e apresentou uma abordagem à acção SAAL (1974-1976), que apesar de incompleta, é um dos poucos documentos referentes a este projecto.

Surgem também neste período, diversas publicações ligadas à descentralização regional e urbana, como *Poder Local* e *Cadernos Municipais*, e que passam a constituir um veículo de informação, sobretudo a nível regional. (Gomes, 1981, p. 7)

Em Junho de 1979 edita-se uma nova série da revista *Arquitectura*, (1979-1984) dirigida por José Ressano Garcia Lamas, que se procura ajustar a um País agora democrático, introduzindo uma nova geração de arquitectos, apresentando um olhar crítico em relação ao estilo internacional e abordando temas fundamentais no contexto português como urbanismo e património.

Em Fevereiro de 1978 legaliza-se a Associação dos Arquitectos Portugueses, (nova designação do Sindicato Nacional dos Arquitectos) criando-se um contexto favorável à publicação, em 1981, de *JORNAL Arquitectos*, sob a direcção de António Mattos, periódico que se propõe ser a voz dos arquitectos, a classe



Fig. 15: Capa de *Arquitectura*, 4ª série, 1979



Fig. 16: Capa de *Jornal Arquitectos*, Nº1, 1981

dedicada à arquitectura e ao urbanismo, promovendo a dignificação profissional, o desenvolvimento ao nível deontológico da prática da arquitectura e estabelecendo-se como ponto de conexão entre os arquitectos e entre estes e a sociedade em que se inserem. O último número desta série data de 1983, mantendo-se a publicação sob nova direcção, facto que se repetiria várias vezes ao longo do seu percurso e que acabaria por trazer alguma inconstância editorial e lesar a sua identidade. (Reis, 2007, pp. 111-112)

Após breve ausência, a revista *Arquitectura* apresenta em 1985 uma nova série, reestruturada e sob novo formato, adoptando a designação *Arquitectura Portuguesa*. Mais actual e internacional, apresenta-se também mais abrangente ao nível das temáticas e incluindo um maior número de conteúdos de natureza gráfica. Esta série incuiria 12 números, encerrando-se definitivamente a publicação da revista em 1988. (Reis, 2007, pp. 114-115)



Fig. 17: Capa de *Arquitectura*, 5ª série, 1985

Do início do século XX ao final da década de 80, observa-se uma evolução gradual da imprensa periódica de arquitectura em Portugal, sendo evidentes neste percurso vários estágios que se relacionam intimamente com o contexto político, social e cultural do próprio País. Numa fase inicial exerce a sua influência promovendo o reconhecimento e inclusão da classe arquitectónica na sociedade; segue-se um momento de maior condicionamento ideológico imposto pelo regime político mas também de actividade e de creditação da profissão; logo após, um estágio de mais liberdade e abertura, de maior maturidade editorial, onde é dinamizado o debate e ampliado o conhecimento; por fim, uma fase de menor quantidade no panorama editorial mas de adaptação da prática editorial ao contexto português.

Capítulo II.

Num estudo sobre a visibilidade das mulheres na arquitectura torna-se pertinente rever o papel e a posição ocupada pelas mulheres no decorrer da história, e a evolução destes mesmos conceitos no desenvolver da sociedade e da cultura, assim como os factores que condicionaram ou impulsionaram essa mesma evolução. Assim, neste capítulo é efectuada uma breve recapitulação da evolução do papel da mulher na sociedade europeia e dos factores que influenciaram e condicionaram este percurso. Procurando traçar uma trajectória da mulher ao longo da história da Europa, desde a viragem do século XX e focando de seguida em particular o panorama português, tentando desta maneira entender o contexto e os elementos que condicionam a evolução da presença feminina no mundo da arquitectura em Portugal.

2.1. A Mulher na Sociedade Europeia

Desde as primeiras comunidades do mundo antigo estabeleceu-se uma separação entre ambiente público, associado ao homem, e ambiente privado, associado à mulher, atribuindo consequentemente, ao homem, o papel de figura principal da sociedade, associada ao domínio público, negligenciando a mulher como indivíduo. Assim e tomando por exemplo a Antiguidade Grega (5 e 4 a.C.) a mulher encontra-se relacionada com o ambiente da casa, encarregada das actividades domésticas, desprovida de direitos políticos ou jurídicos. Segundo o filósofo grego Aristóteles, à mulher faltava a plenitude racional, LOGOS, sendo seu dever permanecer em silêncio, não lhe permitindo integrar o processo democrático. Por seu lado, Platão colocava a mulher em posição de igualdade com o homem como parte da democracia e afirmava que as aptidões naturais não conheciam distinção por género, mas não deixava de definir a mulher como um ser inferior. (Silva, 2014, p.15)

É também da Antiguidade Grega que vem a crença que associa a mulher aos males da humanidade, descrita no mito da Caixa de Pandora. Neste sentido, a figura feminina era vista apenas como dona de casa, sendo as decisões relacionadas com a sua vida tomadas pelo seu pai ou tutor legal. As relações interpessoais e de partilha de conhecimento eram da exclusividade dos homens tendo as mulheres um papel social nulo, associado meramente à reprodução da espécie. (Silva, 2014, p.16)

Após a conquista da Grécia pelo rei Filipe da Macedónia (século 3 a.C.), pai de Alexandre o Grande, a mulher começa a ter maior acesso ao domínio público, o que se verifica também no decorrer do Império Romano, especialmente no seu declínio. Embora, tal como na Grécia, as mulheres tivessem um papel de submissão à figura masculina da família e permanecessem no ambiente doméstico, as mulheres romanas gozavam de muito mais autonomia, especialmente quando os homens estavam ausentes na guerra. Em criança eram educadas lado a lado com os rapazes na arte, na música e na dança e mais tarde separadas destes, sendo instruídas na administração da casa e seu orçamento. O matrimónio precoce trazia-lhes independência e autoridade, e embora politicamente sem poder, possuíam maior liberdade que as mulheres gregas. (Silva, 2014, pp. 17-18)

As invasões do Império Romano por diversos povos hunos, germânicos e mais tarde árabes e vikings e o consequente declínio e queda de Roma desencadearam um processo de divisão territorial que viria a originar uma nova organização social, política e económica – o Feudalismo (início nos séculos IX e X). Construída sob influência dos povos invasores e sua cultura, esta nova sociedade encontrava-se unida debaixo do domínio da Igreja Católica, a maior e mais poderosa instituição deste período da história, o que lhe conferia alguma uniformidade cultural. Na mentalidade da Igreja a mulher estaria associada com o pecado original e, conseqüentemente, conotada como a origem dos males da humanidade, devendo ser afastada do conhecimento, da cultura e da política. No entanto, apesar de oprimida, a mulher acabaria por ser um elemento fundamental no desenvolvimento da sociedade feudal, cabendo-lhe a responsabilidade de manutenção e administração dos feudos nos momentos de ausência da população masculina devido a guerras e Cruzadas. Em presença dos homens restringiam novamente a sua actividade ao cuidado do lar e à educação das crianças. (Silva, 2014, p.18)

No decorrer da Idade Média o domínio da Igreja Católica sobre a mentalidade da sociedade fortaleceu-se de forma notável e manifestou-se contra os indivíduos que ousavam agir contrariando os ensinamentos católicos, acabando por resultar num período de “Caça às Bruxas” de aproximadamente 4 séculos em que estas pessoas eram perseguidas e seriamente punidas, o que constituiu um árduo processo de repressão às formas contrárias ao papel social que a Igreja adoptava como normal. As principais atingidas foram mulheres, sendo 85% dos queimados em fogueiras. (Silva, 2014, p. 20)

Apesar da opressão, encontram-se registados os contributos femininos em variadas áreas como arte, teologia e ciência, encontrando-se estas mulheres ligadas principalmente ao clero como Hildegarda de Bingen (1098-1179) mas também às classes abastadas como

Cristina de Pisano (1364-1430), poetisa e filósofa defensora da educação das mulheres. (Leite, 2008, p. 15 e 176)

Contrariando o pensamento teocêntrico da Igreja Católica, a sociedade acaba por evoluir para uma mentalidade em que o Homem ocupava o centro da política e da cultura - o Renascimento. Nesta época de alargamento de horizontes e de florescimento da cultura a mentalidade da sociedade em relação à figura feminina e sua posição na comunidade não sofre alterações significativas. Nem mesmo a introdução de nova religião, com a Reforma Protestante, trouxe alterações à visão da mulher na sociedade, pois também aqui a figura feminina era vista num papel de submissão. (Silva, 2014, p. 20) No entanto, a partir desta época, na área da arquitectura começam a evidencia-se alguns nomes femininos, entre eles Katherine Briçonnet, francesa e de classe nobre, responsável por parte das decisões arquitectónicas e supervisão da construção do Château de Chenonceau entre 1513 e 1521 no Vale do Loire, em França. (Tayabas, 2016, p. 80)

Pautilla Bricci, arquitecta e pintora do século XVII, com alguns projectos arquitectónicos nas proximidades da cidade de Roma desenvolvidos em associação com o seu irmão, mas responsável isoladamente pela criação, na mesma cidade, de um palacete junto à Porta San Pancrazio e da capela de San Luigi na Igreja de San Luigi de' Francesi, sendo da sua autoria a pintura do altar desta mesma capela. Mary Townley, nascida no século XVIII e considerada uma das primeiras arquitectas a quem se atribui o desenho de vários edifícios, entre eles várias casas em Ramsgate, Inglaterra, sendo a sua obra mais conhecida a casa Townley; Sarah Losh, arquitecta inglesa nascida no final do séc. XVIII, responsável pelo desenho e construção de diversos edifícios, nomeadamente a Igreja de St. Mary em Wreay, Inglaterra. (Tayabas, 2016, p. 80)

A Revolução Francesa foi um marco político e ideológico para a civilização ocidental, resultado do descontentamento com a monarquia absolutista e das novas ideias do Iluminismo. A transformação da Sociedade Francesa rompeu definitivamente com os costumes seculares que submetiam os camponeses a obrigações feudais e deu protagonismo à classe social burguesa, que se vai evidenciar e comandar importantes desenvolvimentos durante o século XIX. É no decorrer da revolução francesa que nos deparamos com vivências e testemunhos que desmistificam a ideia de fragilidade da mulher, a quem era atribuída função maternal e de passividade face aos factos. Embora excluída da política e afastada da condição de cidadã, a sua participação constante foi importante nas ações e nas ideias, que levaram à efetivação dos propósitos dos revolucionários. (Martins, 2011, p. 2)

A Revolução Francesa, com os seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, representa um ponto de viragem na emancipação da mulher, uma vez que se começa a compreender e a defender a necessidade de direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de género, raça, religião ou classe social. É neste contexto que se registam importantes contribuições por parte do género feminino para a instauração e consolidação de um novo modelo político e social. A participação das mulheres nos movimentos revolucionários foi intensa e mais ampla, segundo indícios, mais o que ficou reconhecido na história, representando elas os diversos grupos, que de alguma maneira, acreditavam estar a lutar para modificar uma condição que as prejudicava e às suas famílias. (Schmidt, 2012, p.12)

Este período apresentou um desenvolvimento intenso ao nível da cultura e das ciências o que se concretizou num impulso inicial para a Revolução Industrial, verificada a partir do século XVIII principalmente em Inglaterra, com uma nova forma de economia e uma reorganização da sociedade, acompanhando a optimização dos processos de produção. (Silva, 2014, p. 20)

Este é um período de grande actividade, com as ideias do iluminismo de razão e progresso a acompanharem as mudanças do mundo ocidental – a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. A Revolução Industrial teve início neste momento final do século XVIII em Inglaterra e introduziu novos processos de manufactura, de produção de ferro, nova maquinaria, maior eficiência de produção com o uso crescente da energia a vapor e do carvão como novo combustível. Estabelece-se como ponto de viragem na história e na sociedade, influenciando a vida quotidiana e proporcionando um crescimento económico sem precedentes. (Lucas, 2002, pp. 109-110) As novas metodologias rapidamente se espalharam pela Europa originando novas classes sociais (operariado e burguesia) e uma expansão na produção que levou à criação de um vasto número de postos de trabalho, o que obrigou à introdução de mão de obra feminina que, embora em condições precárias de trabalho e remuneração, começa a estabelecer a sua presença eficaz em ambientes outrora exclusivamente masculinos. (Silva, 2014, p. 21)

Encontramos aqui mulheres a desempenhar as mesmas funções que qualquer outro trabalhador, muitas vezes trabalhando turnos duplos mas recebendo um salário inferior. O capitalismo crescente ignora as condições de trabalho dos funcionários e a ausência de leis que o regulamentem o trabalho nas indústrias engloba então uma população feminina menos instruída e que, necessitando de rendimentos para sobreviver, acaba por se sujeitar

às condições oferecidas. Já existia um grupo muito reduzido de leis que regulamentavam o trabalho da mulher desde 1874 (relativas, principalmente, ao limite inferior de idade para poder trabalhar e ao trabalho nocturno), mas por falta de órgão regulador, a lei não era cumprida além do que não havia organização sindical para o género feminino. Deste modo, e apesar da oposição existente e registando-se várias possibilidades de revogação, a lei do trabalho feminino foi aprovada em 2 de Novembro de 1892. (Silva, 2014, p. 23)

A viragem do século XVIII para o século XIX constitui um período de mudança e progresso, também no sentido em que a mentalidade de submissão das mulheres começa a ser posta em causa e é o momento em que nasce o movimento feminista que ganharia força e sucesso no século XX. A mulher começa a valorizar-se e a encarar-se como ser humano completo, procurando fugir da conotação que a restringe exclusivamente ao papel submisso de esposa e mãe para almejar uma posição de cidadã, trabalhadora e de indivíduo perante a sociedade. Neste período existia ainda uma definição muito pouco questionada da posição na sociedade das figuras masculinas e femininas – à mulher, continuava a dizer respeito a esfera interna e privada do lar, a função de ser esposa e mãe, de cuidar da casa e da educação das crianças; ao homem, estava associada a esfera pública, a economia, a política, os assuntos sociais e a actividade. Embora em alguns lares, devido à necessidade, as mulheres se vissem obrigadas a exercer algum tipo de trabalho ainda que temporariamente, estas duas esferas raramente se misturavam. (Schmidt, 2012, p. 8)

No entanto, com a Revolução Francesa passam a questionar-se o papel e os direitos da mulher na sociedade, verificando-se uma abertura na visão antiga em prol dos direitos femininos e conquistas na área dos direitos sobre o estado civil e o divórcio e da igualdade de direitos de autoridade paternal para o pai e para a mãe o que facilita o percurso para a conquista dos direitos civis. Opondo-se a este movimento, surgiram economias voltadas para a dona de casa, conferindo-lhe o papel de responsável pelo lar e sua gestão económica, numa abordagem com intenção de afastar a mulher do ambiente público e do mercado de trabalho que seria da responsabilidade dos homens (Silva, 2014, p. 25)

“As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar (em um) campo definido – pelos homens – como ‘naturalmente masculino’. Esses obstáculos não se limitavam ao

processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.” (Rago, 2001, p. 582)

Devido à elevada taxa de natalidade e ao aumento de esperança de vida, as famílias eram geralmente grandes. O declínio da empregabilidade na área da agricultura e o crescimento exponencial da indústria de manufatura originou um processo de migração de população jovem e particularmente de jovens mulheres, para as cidades. Esta rápida expansão da população urbana levou à constituição de comunidades que se agrupavam, quer por parentesco, quer por características comuns, como religião, etnia ou regionalidade. Embora anteriormente não tivesse sido comum existirem agregados familiares com mais do que duas gerações em co-habitação, na era Victoriana e especialmente nos distritos onde havia maior concentração de indústrias têxteis, a tendência era que avós, pais e filhos de tenra idade integrassem um mesmo agregado familiar, especialmente em famílias onde a Mãe exercia uma ocupação remunerada fora de casa. Deste modo, a grande maioria dos agregados acumulava rendimentos provenientes de múltiplas fontes, com as mulheres e jovens a contribuírem também com o salário do seu trabalho, mesmo sendo o seu trabalho geralmente mais irregular e a sua remuneração sempre mais baixa que a de um adulto do sexo masculino. Mesmo sendo o valor de remuneração masculino o ideal a aspirar, a verdade é que na prática muitas famílias estavam dependentes dos rendimentos derivados do trabalho de mulheres, especialmente nos ambientes familiares encabeçados por mulheres viúvas. (Hudson, 2011)

À medida que a expansão da manufatura industrializada avança, é acompanhada pela procura de mão de obra feminina e juvenil, muitas vezes imigrantes, particularmente em situações em que as novas tecnologias empregadas ou o tipo de trabalho era rejeitado pela mão de obra especializada masculina. Mesmo sob as legislações que regulamentavam as horas e condições de trabalho para mulheres e crianças e, ainda que em 1871 tenha sido aprovada a escolaridade obrigatória, no Reino Unido a grande maioria das mulheres nos dois terços da população que constituíam a classe mais pobre, trabalhavam ganhando um salário. Um dos maiores problemas com que nos deparamos ao procurar conhecer a história da mulher no mundo do trabalho prende-se com a ausência de informação viável. Embora os registos de censos e livros sejam em teoria as melhores fontes, na prática tal não se verifica sendo, por variadas razões, a informação encontrada muito mais precisa para os homens do que para as mulheres. Uma das razões que justificam esta afirmação relaciona-se com a classificação inconsistente atribuída ao trabalho feminino, particularmente quando

este envolve trabalho realizado na esfera doméstica ou na empresa da família, uma vez que este tipo de trabalho se encontra, por vezes, deliberadamente excluído dos registos. (Hudson, 2011)

Mais ainda, o trabalho feminino era muitas vezes realizado em regime de part-time e esporádico, não sendo encarado como suficientemente importante para ser declarado. Muitas vezes as mulheres preferiram manter segredo das suas ocupações remuneradas, não contando ao marido que trabalhavam. Por vezes a ausência de registo deve-se ao facto de o trabalho realizado ser de natureza ilegal (tal como a prostituição) ou levado a cabo em condições deploráveis e não reguladas. A própria mentalidade enraizada de que a ocupação primária da mulher seria a de esposa e mãe, levava a que as mulheres trabalhadoras não encarassem, muitas vezes a sua ocupação profissional como uma característica central que definia as suas vidas e como tal, frequentemente não a declaravam de modo a ficar registada. (Hudson, 2011)

Observam-se, no trabalho feminino, características como a sua variabilidade através do tempo e do espaço, a sua importância para a maioria das famílias e a sua relação persistente com determinados sectores e indústrias. A maior percentagem de trabalho feminino assalariado está associado a sectores desde sempre relacionados com as capacidades e tendências do próprio género, estabelecendo-se todos os tipos de ocupação remunerada realizada na esfera doméstica como o maior sector de emprego para as mulheres. Seguem-se a indústria têxtil e de fabrico de vestuário e calçado, a metalurgia e cerâmica e também numa variedade de estabelecimentos de pequeno comércio, especialmente nas cidades, como confeitaria, fabrico de cerveja, costura, lavandaria, limpeza e venda a retalho. (Hudson, 2011)

A presença feminina manifestava-se também nas minas de carvão e de estanho e fora das cidades, nas actividades relacionadas com a agricultura. (Anitha e Pearson, 2013) As viúvas geralmente tomavam conta dos negócios da família após a morte dos seus esposos e as mulheres que permaneciam solteiras encontravam emprego como governantas ou em comércio de natureza considerada adequada para empregar mulheres como chapelaria, mercearia, gerência de hospedarias ou em aprovisionamento. As numerosas empresas familiares apresentavam uma oportunidade para esposas e filhas serem envolvidas no mundo comercial e os registos evidenciam a participação activa destas mulheres em funções como contabilidade, gestão de correspondência e venda a retalho. (Hudson, 2011) Considerando o trabalho realizado em ambiente doméstico, este passaria principalmente por actividades como finalização de artigos de vestuário e calçado para a indústria têxtil,

serviços de lavandaria e preparação de produtos alimentares a serem vendidos nos mercados ou em comércio de rua. A qualquer destas ocupações profissionais era acrescido o trabalho doméstico não remunerado de cozinha, limpeza, cuidar das crianças e velhos e, muitas vezes, de criação de animais e cultivo de produtos hortícolas que constituíam, em muitos casos, elementos fundamentais na subsistência familiar. (Anitha & Pearson, 2013)

A amplitude de envolvimento feminino em trabalho remunerado constituía uma constante variável quanto à região e quanto ao sector de empregabilidade, exercendo um poderoso impacto nas diferenças regionais das relações interpessoais de género dentro das famílias e da própria comunidade em que se encontravam inseridas, assim como na política local e no sindicalismo. A recentemente adquirida capacidade da mulher ganhar um salário atribuía-lhe maior influência familiar e na comunidade, particularmente nas decisões de consumo, sendo também responsável pelo crescimento exponencial do consumo de produtos relacionados com o meio familiar (alimentos, vestuário, artigos têxteis) pois o facto de a mulher trabalhar fora do ambiente doméstico reduzia em muito o tempo de que dispunha para manufacturar este tipo de produtos, o que se verificou num impacto e mudanças significativas na economia. Com o progredir do século XIX observa-se uma evolução diferenciadora de género-específica nesta área, conduzida de modo a resultar num maior controlo e disciplina no local de trabalho. As posições de supervisão eram quase exclusivamente assumidas por homens estando também entregues a estes os empregos que implicavam a operação de maquinaria mais sofisticada e dispendiosa, acabando estes por monopolizar os lugares mais bem remunerados e de maior status. Do mesmo modo, a expansão de indústrias designadas pesadas como a metalurgia, exploração mineira, indústrias de engenharia e de construção naval originou sectores que empregavam quase exclusivamente trabalhadores masculinos, reforçando a posição do homem como providenciador de sustento para o agregado familiar. (Hudson, 2011)

O facto de as mulheres receberem remuneração inferior aos homens no desempenho das mesmas funções criava grandes dificuldades económicas à população feminina empregada, à qual não foi autorizada participação nas uniões sindicais que se começaram a organizar a partir de 1850, primeiramente entre os trabalhadores com salários mais elevados e seguidamente integrando um maior leque de assalariados e exercendo a sua representação. A desigualdade de salário permaneceu a norma, tendo a população feminina trabalhadora organizado greves e outras formas de manifestação, apoiadas por reformadores sociais, exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho. (Anitha & Pearson, 2013)

Na *Architectural Association School of Architecture* fundada em Londres em 1847, a questão

da admissão de mulheres foi colocada em 1893 e novamente em 1905, tendo sido rejeitada em ambas as ocasiões para se tornar uma realidade apenas em 1918. (Bottoms, 2010)

A grande maioria das classes médias e altas não exerciam nenhum tipo de ocupação remunerada com excepção para actividades designadas por 'respeitáveis' tais como governanta, professora de música ou até enfermeira, esperando-se geralmente das mulheres destas classes que casassem e se ocupassem da casa e da descendência. Profissões como as da área da advocacia e da medicina permaneceram vedadas às mulheres na maior parte do século XIX. (Anitha & Pearson, 2013) É neste período que se regista, na Finlândia, a graduação de Signe Hornborg pelo Instituto Politécnico de Helsinki em 1890, considerada a primeira arquitecta diplomada do mundo, tendo sido graduada mediante uma permissão especial. (Tayabas, 2016, p. 82)

Com o advento da primeira guerra mundial, a ausência dos homens que se encontravam a combater fez com que houvesse a necessidade de preenchimento das vagas de trabalho, tendo estas sido entregues à população feminina. Novos postos de trabalho foram também criados como parte do esforço de guerra, tais como indústrias de munições, que devido à grande procura de armamento se tornaram no maior empregador de trabalhadores do sexo feminino no decorrer de 1918. Apesar de se ter verificado resistência inicial por parte do governo, quanto a empregar mulheres para realizar trabalho que era visto como exclusivamente masculino, a introdução do recrutamento em 1916 transformou em urgente a necessidade de trabalhadores do sexo feminino, tendo sido desenvolvidas pelo próprio governo, neste período, campanhas para as mulheres integrarem o esforço de guerra como trabalhadoras, o que levou então a população feminina a ocupar lugares que estariam reservados para os homens tais como guardas de caminho de ferro e revisores de bilhetes, condutores de autocarros e eléctricos, trabalhadores dos correios, polícias, bombeiros e funcionários dos estabelecimentos bancários. Algumas mulheres trabalhavam mesmo com maquinaria pesada ou de precisão em indústrias de engenharia, conduziam os veículos animais nas quintas e trabalhavam nos serviços civis. De toda a maneira, os seus salários eram sempre inferiores aos dos homens que desempenhavam as mesmas funções, o que originou as primeiras reivindicações por igualdade de salários. (Anitha & Pearson, 2013)

O facto de as mulheres desempenharem o mesmo tipo de trabalho por menos valor de remuneração fez despoletar o receio de que os empregadores preferissem manter empregada a população feminina em detrimento dos homens aquando do final do conflito. Não só isto não aconteceu, como o reduzido número de mulheres que não foram

despedidas para dar lugar aos trabalhadores masculino permaneceu sempre com salários inferiores. A luta pela igualdade salarial resultou em vários tipos de greves e manifestações por parte das mulheres trabalhadoras mas que, de modo geral, não originaram mudança pois o conceito de que a mulher seria sempre menos produtiva do que o homem permaneceu inalterado, quer a nível popular como governamental, o que se encontra evidenciado no relatório do Comité do Gabinete de Guerra sobre As Mulheres na Indústria, de 1917. No entanto, e apesar de não se conseguir a igualdade salarial, muitas das greves e manifestações levadas a cabo por melhores condições de trabalho e salários mais dignos foram bem sucedidas, resultando em melhoria na qualidade de vida das mulheres trabalhadoras. (Anitha & Pearson, 2013)

Com o término da I Guerra Mundial e o retorno dos combatentes, os empregos foram novamente ocupados por homens, tendo o número de trabalhadores do sexo feminino sofrido um declínio, particularmente na indústria e comércio. A Europa entrava num período de recessão que ocupou as décadas de 20 e 30 em que se verificavam taxas elevadas de desemprego. O descontentamento da população face às dificuldades da época levaram a que as mulheres que procuravam fazer uso das capacidades adquiridas nas indústrias para tentar encontrar trabalho remunerado, fossem encaradas com desagrado e até difamadas na imprensa por “ocuparem postos de trabalho de ex-militares”. Em acréscimo, apesar de no Reino Unido ter sido instaurado um fundo de apoio ao desemprego através do National Insurance Act (1911), as mulheres não o poderiam requerer se recusassem trabalhos de cariz doméstico e mesmo que lhe fosse atribuído este benefício social, seria sempre inferior ao valor atribuído aos desempregados do sexo masculino. (Anitha & Pearson, 2013)

Estas condicionantes levaram a um retorno da população feminina ao trabalho dito ‘feminino’ de lavandaria, confecção de vestuário e trabalho doméstico em geral, assim como em indústrias com poucas condições de trabalho e horários alargados. Contudo, novas indústrias e novas oportunidades de trabalho acabariam por ser criadas durante este período que englobou os anos 20 e 30 e em que a educação feminina tinha experimentado uma melhoria graças ao aumento da escolaridade obrigatória no Reino Unido e legislação em 1919 que facilitou o ingresso das mulheres nas universidades de modo a desenvolverem actividades profissionais como professoras, enfermeiras e, número restrito, médicas, tendo sido a população feminina da classe média quem mais beneficiou com este incremento de oportunidades. Em 1918, o *Representation of the People Act* foi aprovado, concedendo o direito ao voto às mulheres acima de 30 anos de idade que possuíssem uma ou mais casas. Em 1928, este direito foi estendido à todas as mulheres acima de vinte e um anos de idade

através do The Equal Franchise Act. (Anitha & Pearson, 2013)

O início da 2.^a Guerra Mundial trouxe consigo, de certa forma, uma repetição do panorama sentido na primeira guerra mundial, com as mulheres a preencherem os postos de trabalhos masculinos, sob os receios sindicalistas que procuravam assegurar o trabalho feminino como apenas temporário de modo a garantir a manutenção dos postos de trabalho e níveis de pagamento salarial dos combatentes no pós-guerra, mas corroboradas pela necessidade da economia do esforço de guerra, que as recrutava em campanhas governamentais. Este período trouxe também uma maior abertura à participação feminina em postos de trabalho que anteriormente lhe estavam vedados e vistos como exclusivamente masculinos, como as posições consideradas altamente especializadas nas indústrias de engenharia, metalúrgicas e de construção naval, dando origem novamente à questão da igualdade salarial. (Anitha & Pearson, 2013)

Contrariamente à época pós Primeira Guerra Mundial, neste período de pós guerra verifica-se uma expansão da economia, o que multiplica exponencialmente o número de postos de trabalho levando o governo britânico a lançar campanhas com o intuito de encorajar a população feminina a integrar ou a permanecer no mercado de trabalho, promovendo mesmo a imigração destas, como parte do esforço de recuperação. O aumento da percentagem de mulheres no mercado de trabalho foi significativo nas décadas de 50 e 60 não deixando a sua produção de ser considerada “trabalho secundário” e semelhantemente a sua remuneração tida como secundária para o orçamento familiar, permanecendo muitos postos de trabalho interditos a mulheres casadas embora esta situação se tenha reduzido no decorrer dos anos 60. Foi também nesta década que se conseguiram as primeiras vitórias para a igualdade salarial, nomeadamente para as professoras (1961), começando também a verificar-se o ingresso das mulheres nas organizações sindicais. A igualdade salarial em Inglaterra chegaria em 1970 com a aprovação de legislação que abrangia os sectores público e privado. (Anitha & Pearson, 2013).

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho europeu e particularmente no Reino Unido sofreu um aumento estável entre os anos de 1970 e o final do século XX, tendo este aumento sido, nas décadas de 70 e 80, em grande parte devido a trabalho em part-time. Registam-se desde os anos 1970 diversos avanços de modo a resolver as desigualdades e discriminação no ambiente de trabalho que têm afectado as mulheres ao longo da história. As mulheres têm por diversas vezes sido bem-sucedidas nas suas reivindicações, nomeadamente por direitos relacionados com maternidade e direito familiar,

na luta contra o assédio sexual no trabalho e pela igualdade salarial. Simultaneamente, as mulheres têm feito a sua voz ser ouvida nas uniões sindicais, associações historicamente dirigidas por homens e que, regra geral, negligenciavam as necessidades das mulheres trabalhadoras. No entanto, e apesar de se registarem excepções, ao observarmos na actualidade o mercado de trabalho como um todo, a presença das mulheres continua a ser evidente em larga escala em postos de trabalho específicos, considerados "trabalho de mulheres", em que a participação masculina é diminuta e que geralmente envolvem piores condições e baixa remuneração. (Anitha & Pearson, 2013).

Ao longo da história as mulheres têm desenvolvido um percurso marcado por diversas condicionantes, muitas vezes adversas, e por uma mentalidade geral que pretende mantê-las na esfera doméstica, não profissional e não participante da vida pública. Os efeitos das revoluções francesa e industrial trouxeram consigo profundas alterações para o papel da mulher na sociedade, permitindo gradualmente um desprendimento da mentalidade anterior e um avançar na aquisição de um papel cada vez mais ativo e com maior visibilidade na esfera pública e profissional e na sociedade em geral. Este processo inicialmente lento, torna-se mais acelerado nas últimas décadas, sobretudo após as conquistas dos vários direitos das mulheres e principalmente do direito de voto, com maior acesso ao mercado de trabalho, incluindo posições de chefia e maior representatividade na sociedade, embora sem atingir, mesmo na atualidade, a igualdade de oportunidades entre géneros. (Machado, 2011, p. 218)

É abordado no ponto seguinte o papel da mulher na sociedade e na arquitectura em Portugal, num breve resumo de um percurso, sem dúvida, condicionado pelas influências internacionais mas, principalmente, conduzido pelas circunstâncias particulares que envolveram o desenvolvimento do País e da arquitectura portuguesa. São apresentadas de forma sucinta, quatro arquitectas portuguesas, pioneiras na arquitectura em Portugal a vários níveis e cujo legado veio enriquecer o panorama arquitectónico português e contribuir para dissolver barreiras e preconceitos há muito enraizados.

2.2. A Mulher em Portugal

Em Portugal, entre a segunda metade do século XIX e o princípio do século XX, vive-se ainda em monarquia e o conceito associado à figura feminina permanece o de submissão ao marido, a quem pertence o direito de decisão e de propriedade. No entanto, e embora o País levasse um percurso com velocidade distinta da restante Europa, sentem-se as influências das correntes de emancipação feminina europeias que resultam no desenvolvimento de movimentos feministas portugueses, com reivindicações sobre educação, trabalho e o direito ao voto e intervenção política, assim como sobre direitos legais relacionados com casamento, divórcio e filiação. (Pedrosa, 2014, p.100)

No seguimento destes movimentos é fundado, em 1907, o Grupo Português de Estudos Feministas dirigido por Ana de Castro Osório, escritora e jornalista, com o intuito de instruir a mulher portuguesa e difundir os ideais da emancipação feminina. Este núcleo agregava mulheres de todos os estratos sociais: advogadas, escritoras, médicas, comerciantes, industriais, costureiras, domésticas e sobretudo professoras, e teve uma existência efémera, a que se seguiu em 1909 a formação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, por Ana de Castro Osório e António José de Almeida, com o apoio do Partido Republicano. (Monteiro, 2009)

Em 5 de Outubro de 1910, a implantação da república traz alterações ao código civil com novas leis sobre o casamento, a aprovação da lei do divórcio, o acesso feminino à função pública e o acesso de ambos os sexos à escolaridade obrigatória dos 7 aos 11 anos, não sendo, no entanto, a reivindicação pelo direito de voto satisfeita neste período. (Rebelo, 2005, p. 2)

Contudo, e aproveitando uma omissão na legislação que estabelecia serem eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos ou chefes de família que soubessem ler e escrever, a médica e apoiante feminista Carolina Beatriz Ângelo, viúva e chefe de família, exerceu o direito de voto em 1911, tornando-se a primeira mulher a votar no sul da Europa. Como consequência, a lei eleitoral foi redefinida em 1913, estabelecendo que os eleitores aceites seriam apenas os do sexo masculino. (Monteiro, 2009) Apesar dos obstáculos emergentes e de não terem obtido todo o apoio desejado pelo novo governo, o movimento feminista continuou em desenvolvimento, registando-se a formação de novas associações como a «Associação de Propaganda Feminista» (1911), o «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas» (1914), a «Associação Feminina de Propaganda Democrática» (1915) e a

«Cruzada das Mulheres Portuguesas» (1916) que mantiveram activas e crescentes as reivindicações pelos direitos femininos. (Monteiro, 2009)

Desde a criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto, no seguimento da Reforma da Instrução Pública levada a cabo por Passos Manuel em 1836, que a disciplina de Arquitectura era leccionada sob o sistema francês da *École des Beaux Arts*, compreendendo as aulas de Desenho Histórico, Pintura Histórica, Escultura, Arquitectura Civil e Naval e Gravura Histórica. (Moniz, 2011, p. 90) No entanto, e embora as mulheres tenham principiado a ingressar as academias de belas-arts desde 1879, a sua escolha académica recaía sobre a área de desenho, sendo a disciplina de arquitectura excluída das suas escolhas, provavelmente por não representar um percurso académico que resultasse numa carreira profissional considerada desejável e adequada a uma mulher. Por sua vez, a frequência das aulas de desenho e pintura estava de acordo com o conceito enraizado na sociedade da altura de que estas actividades, tal como a música, constituíam passatempos adequados para as mulheres. (Pedrosa, 2014, p. 103) Será apenas em 1915 que primeiramente encontramos uma mulher, Luiza Ferreira de Mattos e Silva, inscrita no Curso de Arquitectura, embora não exista evidência de que tenha finalizado os seus estudos e obtido o diploma. (Pedrosa, 2014, p. 105)

É nesta fase que eclode, na Europa, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com uma participação portuguesa de pequenas dimensões, sendo este um período de recessão económica a par com o que se passava na restante Europa, mas não apresentando o País, contrariamente ao que se passava nos vizinhos europeus, necessidade de trabalho feminino para ocupar os postos de trabalho vagos pelos combatentes – as mulheres trabalhadoras exerciam as suas funções primariamente por necessidade de ordem económica e não como resultado de exigências sócio-políticas. (Pedrosa, 2010, p. 234)

Segue-se uma fase de desenvolvimento e expansão dos ideais feministas em Portugal, com a realização de Congressos em 1924 e 1928, e que coincidiu temporalmente com o período de instabilidade política que culminou, em 1926, na implantação do novo regime político que veio a dificultar as reivindicações deste movimento. O Estado Novo, regime ditatorial governado quase até ao seu final por Oliveira Salazar, defendia uma visão rural da sociedade em que as mulheres eram convocadas a regressar à família de modo a desempenharem o papel tradicional de esposa e mãe. Os anos 1930 trouxeram consigo a consolidação do regime e as mulheres viram grandemente dificultada a sua organização em modo associativo, (Pedrosa, 2014,p.101) a não ser que os ideais que as unissem

estruturalmente estivessem de acordo com a visão estatal de mulher portuguesa - tradicional e orientada para a família – e, do mesmo, modo multiplicaram-se os obstáculos para as mulheres que tentavam seguir carreiras profissionais, exceptuando enfermeiras e professoras, carreiras consideradas adequadas ao sexo feminino (Pedrosa, 2010, p. 234) O voto é concedido, pela primeira vez – embora com limitações – no ano de 1931, (Decreto nº19:694) e posteriormente alargadas, as suas limitações, em 1933 e 1946. (Baptista, 2013, p. 8)

As ideologias sobre o papel da mulher na sociedade portuguesa mantêm-se e consolidam-se no decorrer da década de 1940, restringindo ainda mais a mulher ao ambiente doméstico e familiar, num país dominado por um regime ditatorial e imerso na crise económica que englobava toda a Europa. É neste contexto, em 1942, que a primeira arquitecta portuguesa, Maria José Estanco (1905-1999), recebe o seu diploma em Arquitectura. (Pedrosa, 2014, p. 104) Natural de Loulé, no Algarve, onde frequentou a escola primária e o liceu – aqui sentindo já a escassez de mulheres a completarem os seus estudos fora da escolaridade obrigatória estabelecida pelo regime de Salazar (3ºano para as mulheres), veio depois morar para Lisboa com a Mãe, onde se inscreveu no Curso de Habilitação para o Magistério Liceal de Desenho no ano letivo 1922/1923, leccionado simultaneamente na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Belas Artes de Lisboa. Observa-se nesta época um aumento do número de estudantes a ingressar o ensino superior e que se mantém crescente de forma gradual apesar do rigoroso processo selectivo usado e da elevada restrição ao ensino superior, registando-se também uma maior presença das mulheres neste nível de ensino com cerca de 19% dos estudantes do ensino superior, até à década de 1940, a pertencerem ao sexo feminino. (Roxo, 2016, p. 75)

Em 1926, Maria José Estanco conclui o curso de Ensino Liceal e neste mesmo ano inscreve-se no Curso Especial de Pintura, na Aula do Professor Carlos Reis, que acabou por interromper no ano seguinte, para viajar para o Brasil com a Mãe, onde permaneceu por 2 anos. Durante a vivência neste País, teve a oportunidade de ver nascer de raiz a cidade de Marília, a nordeste de São Paulo e de interagir com o Engenheiro Anselmo Meiller, responsável pelo planeamento da nova cidade. (Roxo, 2016, pp. 76-77) O facto de acompanhar o desenho urbano da cidade de Marília levou Maria José Estanco a repensar as suas escolhas de percurso académico e, ao regressar a Portugal, em 1929, matriculou-se no curso de Arquitectura que concluiu com distinção em 1935. (Pedrosa, 2010, p. 235) Foi neste mesmo ano que casou com o pintor Raimundo da Silva Machado da Luz com quem

teve um único filho, Manuel José Estanco Machado da Luz, que se viria também a formar arquitecto pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa. (Roxo, 2016, p. 81)

Em 1942 submete o pedido para ser admitida às provas do CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto) que viria a efectuar ainda nesse ano com o projecto “Um Jardim-Escola no Algarve”, para a elaboração do qual efectuou várias visitas ao Jardim Escola João de Deus, de modo a compreender a realidade das necessidades das crianças portuguesas. (Roxo, 2016, p. 81)

A notícia de que se tinha formado a primeira mulher Arquitecta em Portugal correu veloz pela imprensa nacional e mais tarde a Revista Arquitectura Portuguesa, Cerâmica e Edificação viria a publicar o projecto “Um Jardim-Escola no Algarve” com destaque na capa e cinco páginas no interior contendo pormenores sobre o projecto, incluindo vários desenhos da arquitecta, (Pedrosa, 2010, p. 235) no seu 120º número, em 1945. (Roxo, 2016, p. 86)

Se na área académica Maria José Estanco não sentiu nenhum tipo de discriminação por ser mulher, tal não se viria a verificar no desenvolvimento da sua prática profissional, em que este facto despoletou inúmeros obstáculos. As tentativas de ingressar em ateliers de arquitectura foram sucessivamente infrutíferas pois na mentalidade da época o facto de pertencer ao sexo feminino lançava a dúvida sobre as capacidades da arquitecta, (Roxo, 2016, p.86) o que era fomentado na imprensa em geral, com publicações humorísticas sobre hipotéticas edificações da autoria de Maria José Estanco que não seriam capazes de permanecer de pé. (Pedrosa, 2010, p.235) Saiu também frustrada a sua tentativa de colaborar com a Câmara Municipal de Lisboa, pela impossibilidade de uma mulher obter a Carta Militar, requisito obrigatório para os arquitectos que trabalhavam para esta entidade, o que evidencia que neste momento da história, o facto de ter um diploma de arquitectura não era de forma alguma garantia de acesso à prática profissional. (Roxo, 2016, p. 86)

Complementou a sua formação com a frequência do Curso de Urbanologia e elabora e constrói o seu único projecto, encomenda da amiga Maria da Conceição Duarte, da casa de veraneio em São Pedro de Moel, em 1947 e 1948, no seguimento dos ideais da “casa portuguesa” de Raul Lino. (Roxo, 2016, p. 89)

Foi ainda, durante a frequência do curso de Arquitectura, que Maria José Estanco iniciou aquela que acabaria por ser a sua profissão, a de professora do ensino liceal de Desenho, que desempenhou de forma dedicada e determinada durante trinta e sete anos, dividindo-se entre os Liceus D. Filipa de Lencastre, Maria Amália Vaz de Carvalho e Passos Manuel em

Lisboa, o Liceu Rainha Santa Isabel, no Porto, e o Instituto de Odivelas, onde leccionou durante 23 anos, até se aposentar. (Roxo, 2016, p. 99)

No decorrer deste período houve pontualmente o desenvolvimento de outras actividades paralelamente à sua profissão de professora – Maria José Estanco desenhou algumas peças de mobiliário, colaborou com a revista *Modas e Bordados* apresentando temas sobre mobiliário e decoração, desenhou e produziu jóias de esmalte que apresentava em várias exposições, deu voluntariamente explicações a várias pessoas e crê-se que tenha colaborado na elaboração de um Manual de Desenho a pedido do Estado Maior e em conjunto com um professor do Colégio Militar, embora não existam registos que provem a sua co-autoria neste projecto, o que era comum nesta época para autoras do sexo feminino. (Roxo, 2016, p. 96)

Em 1987 regressa ao Brasil, voltando à cidade de Marília, que viu nascer, e contribui para a recolha de informação sobre a formação da cidade como pioneira presente nesse momento histórico. (Roxo, 2016, p. 99)

Pertenceu ao Concelho Português para a Paz e ao Movimento Democrático das Mulheres (MDM) que a viria a homenagear em 1993, atribuindo-lhe a Medalha de Distinção de Honra do MDM como sinal de reconhecimento pela sua participação na luta pela emancipação da mulher em Portugal e pelos direitos das mulheres portuguesas. De personalidade forte e determinada, a primeira mulher Arquitecta em Portugal teve uma experiência difícil na tentativa de integrar a prática profissional na Arquitectura, e o facto de não exercer a profissão leva a que não tenhamos da sua parte um legado arquitectónico significativo. Contudo, o seu contributo para a Arquitectura em Portugal é válido e importantíssima a abertura que o seu percurso proporcionou para as mulheres portuguesas que queriam escolher a arquitectura como profissão. (Roxo, 2016, p. 100)

Numa época em que, segundo a declaração oficial do Estado, o papel da mulher devia ser exclusivamente de dedicação ao lar e à família, a procura de uma carreira profissional, especialmente na área da arquitectura, em que à própria profissão faltava definição e reconhecimento em Portugal, constituía uma tarefa árdua e exigia determinação e empenho acima da média. (Monteiro, 2015, p. 59)

Contemporânea da primeira Arquitecta, Maria José Marques da Silva



Fig. 18 - Maria José Marques da Silva – FIMS 1943

(1914-1994) faz parte do pequeno grupo de pioneiras na Arquitectura em Portugal e destas, é aquela que, devido ao seu contexto familiar, conseguiu um percurso profissional que lhe permitiu uma maior contribuição para a profissão.

Nascida a 1914, no Porto, Maria José Marques da Silva era a segunda filha do Arquitecto José Marques da Silva e de Maria Júlia Lopes Martins. O seu percurso académico passa pelo Liceu Carolina Michaëlis antes de se inscrever para frequentar o Curso de Arquitectura na Escola de Belas Artes do Porto. (Pires, 2012, p. 129), o que viria a acontecer entre 1933 e 1939, período em que o seu Pai, o Arq^o José Marques da Silva exercia cargo de direcção nos cursos de Arquitectura Civil e

Construção na Escola de Belas Artes do Porto. Em 1939 conclui o curso e inicia a preparação da tese enquanto efectua o tirocínio prático profissional obrigatório sob a orientação de seu Pai, durante o qual tem a responsabilidade da direcção da obra de construção num terreno em Barcelos, propriedade da família, com projecto do Arquitecto José Marques da Silva. (Pires, 2012, p. 140)

Em 1943 defende o seu projecto final CODA com o tema “A Casa-Oficina das Rendilheiras em Vila do Conde” obtendo o diploma com distinção e tornando-se a primeira arquitecta diplomada pela Escola de Belas Artes do Porto. (Pires, 2012, p. 142) 1943 é também o ano em que casa com o Arquitecto e Urbanista David Moreira da Silva (1909-2002) que conheceu no atelier do Pai, onde iniciou a sua actividade profissional e com quem viria a trabalhar em diversos projectos e a partilhar um atelier na cidade do Porto. (Bonnet et al, 2016, p. 76) O ano da sua graduação foi também o ano em que se inscreveu no Sindicato Nacional dos Arquitectos, tornando-se na primeira mulher a fazê-lo em Portugal. (Pedrosa, 2010, p. 236)

A prática profissional de Maria José Marques da Silva seria então desenvolvida em conjunto com o marido, embora muitas vezes a sua co-autoria não fosse reconhecida, no atelier do casal que se manteria por mais de cinquenta anos, (Pedrosa, 2010, p.236) e onde foram elaborados diversos projectos de planeamento urbano, de equipamento, de edifícios multifuncionais, habitação, peças de mobiliário e levada a cabo a finalização de projectos deixados incompletos por José Marques da Silva aquando do seu falecimento em 1947. (Bonnet et al, 2016, p. 77)

Das obras elaboradas em colaboração com David Moreira da Silva destacam-se os projectos urbanos de Águeda, Matosinhos, Moledo do Minho, Monte Real e Praia de Âncora,

assim como diversos edifícios, nomeadamente a sede da Cooperativa dos Pedreiros (1934-1939), o Palácio do Comércio (1944-1946), o prédio de rendimento «Trabalho e Reforma» (1949-1953) e a «Torre Miradouro» (1963-1969). (Didier et al, 2013, p. 2794) Encomendado pela Igreja destaca-se também o projecto para o Santuário de Nossa Senhora do Sameiro, em Braga. (Pires, 2012, p. 199)

A conclusão, pelo casal, dos projectos deixados incompletos após a morte do Arquitecto Marques da Silva engloba obras como o edifício da Sociedade Martins Sarmento, o Mercado Municipal, o Santuário da Penha e a Igreja de S.Torcato, em Guimarães, o prédio da Rua Barjona de Freitas, em Barcelos e o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, no Porto. (Pires, 2012, p. 460)

Entre o final da década de 70 e os anos 80 Maria José Marques da Silva presidiu à Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses tendo sido da sua responsabilidade a organização do 40.º Congresso da associação, realizado no Palácio da Bolsa em 1986. (U.Porto, 2009) Nos derradeiros anos da sua vida, Maria José Marques da Silva dedicou-se a valorizar a vida e obra de seu Pai, intervindo de modo a que se estabelecesse um legado testamentário para a Universidade do Porto de modo a ser criado o Instituto José Marques da Silva, actual Fundação que promove o estudo e a divulgação, tanto do património arquitectónico de José Marques da Silva como do acervo de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva. Maria José Marques da Silva morre no Porto, a 13 de Maio de 1994. (Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva)

Tanto Maria José Estanco como Maria Jose Marques da Silva foram pioneiras como mulheres na área da arquitectura e frequentaram os seus cursos no momento em que a Europa entrava em conflito. O advento da II Guerra Mundial encontra um Portugal de carácter neutro proclamado em relação ao conflito, o que proporciona um clima de normalidade ao País. Contrariamente aos países europeus, e semelhantemente ao sucedido na primeira guerra mundial. Portugal não precisa de recorrer a mão de obra feminina para colmatar a falta de trabalhadores masculinos pelo que mais uma vez, as mulheres trabalhadoras seguem uma necessidade económica do próprio agregado familiar e não uma imposição sócio-política. (Pedrosa. 2014, p. 109)

Com o final da Guerra, os anos de 1950 trouxeram a Portugal mudanças significativas ao nível da industrialização, cujo ritmo inicialmente lentou sofreu aceleração através da implementação do Plano de Fomento I assim como dos que se lhe seguiram, de onde

adveio reestruturação e modernização de infra-estruturas e transportes assim como uma primeira fase de electrificação, permitindo o envolvimento do País no panorama de comércio internacional. (Portela, 2013, p. 30) Sucede-se uma vaga de migração para as cidades a acompanhar o crescente desenvolvimento industrial, que geraria um elevado número de novos postos de trabalho que em grande parte (estimado 40%) viriam a ser ocupados por mulheres. A partir daqui, o País inicia uma fase de desenvolvimento em que perde algum do seu tradicionalismo e que resulta numa reestruturação das suas áreas de actividade e, consequentemente, da própria população activa. As alterações sociais e económicas vividas influenciam grandemente o papel da mulher na sociedade portuguesa, multiplicando as suas áreas de actuação, antes direccionadas à área doméstica - ser esposa, mãe e cuidadora do lar - para se exteriorizarem e abrangerem a esfera pública, com a mulher a trabalhar fora de casa, quer tivesse qualificações ou não. (Pedrosa. 2014, p. 103)

A criação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), mais tarde GUU – Gabinete de Urbanização Ultramarino) por Marcelo Caetano enquanto foi Ministro das Colónias, constituiu não só uma forma de o Estado promover o desenvolvimento do território ultramarino e assim tentar controlar a oposição à soberania portuguesa mas também uma oportunidade de trabalho num território em que se regista uma elevada demanda de projectos, para uma geração de arquitectos que vai dividir-se entre os que projectam a partir da Metrópole e os que vão emigrar para as províncias ultramarinas e intervir no próprio terreno. É neste contexto que se insere outra das mulheres pioneiras na arquitectura em Portugal – Maria Carlota Quintanilha. (Portela, 2013, p.125) Na segunda metade da década de 1940 o volume de mulheres inscritas nos cursos de arquitectura de Lisboa e Porto é ainda diminuto e mais reduzido ainda o número que depois de diplomadas vão exercer a profissão. (Pedrosa. 2010, p. 234)

Das mulheres que perseveraram no desenvolvimento profissional, uma grande maioria vai ser absorvida pelo ensino, vertente privilegiada pelo estado, e as que optam por exercer a profissão fazem-no maioritariamente em parcerias familiares, onde por vezes a co-autoria da mulher acaba por se perder ficando o reconhecimento para o marido, o que viria a constituir um obstáculo à própria definição e individualização da mulher arquitecta. (Fiuza, Milheiro & Portela, 2013, p. 1)

Maria Carlota de Carvalho e Quintanilha, nascida em 1923, é natural de Coimbra e filha de Aurélio Pereira da Silva Quintanilha, cientista e de Maria Suzana de Carvalho, bióloga. Após a separação dos pais, quando tinha 5 anos, é entregue à responsabilidade do Pai, cuja oposição política ao regime do Estado Novo resulta em instabilidade profissional, acabando por ter de abandonar os seus projectos de investigação em Portugal. Em 1928 parte para a Alemanha com a família, a que se junta mais tarde, a filha Maria Carlota. Entre 1935 e 1941, Aurélio Quintanilha vive em Paris e as filhas acabam por regressar a Portugal com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, ficando entregues à responsabilidade da Mãe. Após terminar os seus estudos no Liceu Feminino Filipa de Lencastre, onde a Mãe era professora, Maria Carlota Quintanilha inscreve-se no curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa. (Milheiro, 2011a)



Fig. 19 - Maria Carlota Quintanilha no dia do casamento. 28/04/1953 - *Jornal Arquitectos* 242 Ser Mulher

Contrariamente ao que sucede com Maria José Estanco que não se sentiu discriminada por ser mulher num curso tradicionalmente masculino, Maria Carlota Quintanilha sente, por este motivo, alguma animosidade no meio académico lisboeta, o que a leva a mudar-se para o Porto em 1948, onde vai concluir o curso na Escola de Belas Artes. Defende o CODA em 1953, com o Projecto Um Jardim Infantil para Vila Real, onde se evidencia uma preferência pela arquitectura moderna e onde se denota um conhecimento que lhe permitiu elaborar um projecto pensado para promover o desenvolvimento da criança tanto a nível motor como emocional. (Milheiro, 2011a)

O ano de 1953 é também aquele em que casa com o arquitecto João José Tinoco e embarcam para África, onde Tinoco desempenharia as funções de Arquitecto-Chefe da Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Cunene, em Missão que se prolongaria até 1956. A presença do casal em Angola prende-se com a política de colonização das regiões interiores do País por europeus, que era promovida através da criação de colonatos de inspiração rural. No contexto desta missão foram desenvolvidos por Tinoco obras como a Central Eléctrica do Biópio e dois blocos de habitação colectiva em Sá da Bandeira (actual Lubango), elaborados com a colaboração de Maria Carlota Quintanilha. Buscando uma vivência mais urbana, Quintanilha recorre ao pai, Aurélio Quintanilha que se encontrava, no momento, em Moçambique, a dirigir o Centro da Investigação Científica Algodoeira da Junta de Exportação do Algodão Colonial, de modo a conseguir uma colocação em Lourenço Marques (actual Maputo). (Milheiro, 2011a)

Parte para a capital Moçambicana em 1956 onde inicia uma carreira docente, ensinando Desenho e Geometria Descritiva em diversos estabelecimentos de ensino secundário como a Escola Comercial, a Escola Industrial, a Escola Preparatória Feminina de Lourenço Marques, a Escola Preparatória do Ensino Secundário General Joaquim José Machado e o Liceu de António Enes. Nesta cidade colabora com o marido João José Tinoco em diversos projectos - planos urbanos em Inhambane, João Belo e Maxine, os Palácios dos Governos dos Distritos e Repartições do Niassa em Vila Cabral (actual Lichinga) e de Cabo Delgado em Porto Amélia (actual Pemba), o Instituto do Algodão de Moçambique, a Aerogare de Porto Amélia e o Pavilhão da Agricultura na Exposição das Actividades Económicas de Moçambique. Da autoria de Maria Carlota Quintanilha e João José Tinoco, em colaboração com Alberto Soeiro, é também a Sede dos Serviços de Aeronáutica de Maputo e a Aerogare de Nampula. (Milheiro, 2011a)

Maria Carlota Quintanilha desenvolve também outros projectos sem a colaboração do marido, como o Instituto de Investigação Agronómico de Moçambique, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria e uma estância de repouso na Namaacha, assim como algumas obras para particulares. Regressa a Portugal em 1972, entrando ao serviço do Estado, actividade onde desenvolveu estudos arquitectónicos para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e assume funções de arquitecta do Ministério da Educação em 1973, contexto em que desenvolve alguns projectos de ampliação e intervenção em equipamentos escolares. Em 1989, seis anos depois do falecimento do marido, solicita a aposentação ao Ministério da Educação. À data com 93 anos, Maria Carlota Quintanilha vive em Lisboa e considera a sua actividade docente como o elemento mais representativo da sua carreira profissional. (Milheiro, 2011a)

À semelhança de Quintanilha mas integrando o grupo de arquitectos que projecta a partir da Metrópole para as províncias ultramarinas, Maria Emília Caria, natural de Santarém é outra das arquitectas diplomadas pela Escola de Belas Artes de Lisboa na década de 1950.

Inscrita no Sindicato Nacional dos Arquitectos, foi na Direcção dos Serviços de Habitação e Urbanismo da Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações que desenvolveu a sua prática profissional mais significativa, trabalhando em colaboração com o Engenheiro Eurico Machado na área do Urbanismo, funções que desempenharia por mais de vinte anos. Maria Emília Caria inclui-se no grupo de arquitectos que projecta para as províncias ultramarinas a partir da Metrópole e a sua actividade focou-se principalmente no arquipélago de Cabo

Verde e na Guiné-Bissau, territórios a que se deslocou diversas vezes tanto em missões de documentação como em avaliações de exequibilidade dos planos ou para elaboração de Relatórios de Urbanismo e Habitação. (Portela, 2013, p. 35)

Dos projectos em que colaborou destacam-se os estudos para localização de vários edifícios no Mindelo (1962), para a urbanização da Vila de Porto Novo na Ilha de Santo Antão (1965) participando de igual modo na elaboração do Relatório da Missão do Grupo de Trabalho Urbanismo e Habitação na Província de Cabo Verde (1964). Em Bissau colaborou no processo de documentação fotográfica da cidade, para a qual projectou vários planos parcelares, no projecto de reestruturação da zona escolar e da obra do edifício do Comando Chefe em Bissau. No fim da década de 1960 tem à sua responsabilidade a coordenação dos planos urbanos para Cabo Verde (Praia, Mindelo e Santa Maria) integrados no III Plano de Desenvolvimento (1968-1973) e posteriormente fica encarregue, em colaboração directa com o Arquitecto Fernando Schiappa de Campos do Estudo Prévio do Plano Director de Bissau. Após a extinção do Ministério do Ultramar, Maria Emília Caria terá colaborado no Ministério da Educação e viria a falecer em Julho de 2000. (Portela, 2013, pp. 34-35)

No ambiente de pós-guerra, por toda a Europa se tentava contrariar o padrão de uso de mão de obra feminina e infantil, disseminado de forma crescente graças aos reduzidos custos envolvidos. Em Portugal esta tentativa de gestão do mercado de trabalho era efectuada, associada à postura oficial do governo quanto à mulher portuguesa. No entanto, e mesmo com a proibição do acesso das mulheres a carreiras profissionais consideradas não adequadas como o direito, a diplomacia e a administração pública e as restrições relacionadas com o casamento aplicadas a profissionais das áreas ditas femininas como por exemplo a educação e a enfermagem, não foi possível travar o aumento da presença da mulher portuguesa no mercado de trabalho. (Portela, 2013, p. 33)

Estas alterações e novo estatuto da mulher tiveram repercussões no âmbito familiar, observando-se nos anos 60 uma diminuição do número de membros dos agregados familiares como resultado directo das novas famílias urbanas, nucleares e com menos descendência o que acaba por ameaçar o modelo familiar defendido pelo governo e consequentemente o papel por este atribuído à mulher. (Pedrosa, 2014, p. 103) Esta década trouxe consigo o consolidar das alterações sociais, económicas e culturais, observando-se procura por modernização e rompimento com a ruralidade tradicional defendida pelo regime em vigor que é pressionado pelas circunstâncias a uma maior liberalização, o que resulta para as mulheres em conquista de autonomia e outros direitos nos campos profissional,

educacional e na esfera pública. (Pedrosa, 2014, p. 103) Neste período observa-se também, decorrente da maior abertura e liberalização, um aumento significativo da presença feminina nas escolas de arquitectura, não sendo contudo esta presença patente na prática profissional. (Pedrosa, 2010, p. 234) Em 1969, a mulher casada passou a poder atravessar as fronteiras sem licença do marido e foi adoptada, embora sem ser aplicada, a norma «para trabalho igual, salário igual». (Pimentel, 2008)

A revolução de 1974 proporcionou a conquista de diversos direitos que as mulheres vinham reivindicando desde há muito tempo, como o direito de voto sem qualquer tipo de restrição ou discriminação, direitos de ordem conjugal e familiar, relacionados com a maternidade e com a igualdade no mundo do trabalho. A liberalização do papel da mulher portuguesa permite um desenvolvimento e evolução da população feminina observando-se crescimento na área da educação e nível de instrução. É de igual modo na década de 1970 que se verifica um aumento na profissionalização das mulheres na arquitectura, facto coincidente com a chegada da democracia ao País. (Pedrosa, 2010, p. 234)

O incremento no nível de educação feminino é um fenómeno que abrangeu toda a Europa mostrando-se particularmente evidente em Portugal, onde nos anos de 1980 a população universitária era maioritariamente feminina. É notória uma evolução mais lenta nas áreas de ensino mais técnicas ou tradicionalmente mais associadas ao mundo masculino, no entanto este aumento da presença feminina mantém-se estável, observando-se no ano lectivo de 1993/1994 percentagens significativas de estudantes mulheres nestes cursos, nomeadamente Engenharia (30,4%), Ciências da Computação (39%), Desporto (40%) e Arquitectura e Urbanismo (46%). (Ferreira, 1998, p. 4)

No mercado de trabalho português é evidente a partir de 1974 uma explosão do emprego feminino principalmente no sector terciário e na administração pública, acompanhado de abandono do sector primário. A presença feminina no sector terciário passa de 36% em 1974

para 56% em 1995, alcançando-se um valor global de 45% de representação feminina na população activa portuguesa em 1995. (Ferrerira, 1998, p. 6)

Actualmente, apesar de o padrão da presença feminina tanto no ensino superior como no mercado de trabalho em Portugal ser de crescimento, na arquitectura o aumento do número de mulheres diplomadas difere significativamente das mulheres na prática profissional, existindo, principalmente, um desequilíbrio no que respeita à presença feminina em

posições de destaque em ateliers, no ensino superior e em outras instituições representativas da arquitectura em Portugal. (Pedrosa, 2014, p. 110)

Paralelamente à trajetória da mulher na sociedade europeia, a mulher portuguesa vai ter um percurso mais lento, que parte no início do século XX de um papel de submissão, num Portugal ainda imerso na monarquia e em que a transformação em república apenas por curto espaço de tempo deu abertura aos movimentos feministas que começavam a ganhar força no País, antes de sucumbir a um governo ditatorial em que a mulher era direcionada exclusivamente para a esfera doméstica e familiar, de onde advêm múltiplos obstáculos para aquelas que procuram seguir uma carreira profissional. (Pedrosa, 2014, pp. 100-101)

No entanto, é neste contexto que surge a primeira arquiteta portuguesa, marcando uma posição pioneira que impulsionaria o crescimento da presença das mulheres no ensino e prática de arquitetura, em movimento lento mas gradualmente crescente, ainda que sempre menor na profissão do que no ensino, e mais evidente após as alterações sociais, políticas e económicas trazidas pelos anos 60 e que culminaram na revolução que trouxe nos anos 70 a democracia ao País. (Pedrosa, 2010, pp. 234-235)

Atualmente as mulheres marcam fortemente a sua presença nos cursos de arquitetura, no entanto, tal presença é muito menor no que diz respeito à prática profissional, verificando-se um desequilíbrio que necessita de ser compreendido e solucionado. (Pedrosa, 2010, p. 234)

Capítulo III.

Este capítulo vai apresentar os resultados da pesquisa efectuada tendo como base as revistas *Arquitectura e Binário* no período de tempo compreendido entre 1940 e 1979 e focando os artigos em que existe visibilidade das mulheres nos vários temas relacionados com a arquitectura, sendo posteriormente analisados os dados recolhidos.

3.1. Presença das mulheres nas revistas *Arquitectura e Binário* de 1940 a 1959

O discurso em arquitectura, tradicionalmente focado no género masculino como autor, não mostrou durante longo tempo abertura para a presença feminina. A visibilidade das mulheres nesta área começa a existir em meados do século XX, com as primeiras mulheres diplomadas em arquitectura. Até então, ainda que existisse produção arquitectónica de autoria feminina, esta não era reconhecida, sendo quase sempre absorvida em colaborações familiares, acabando o trabalho por ser creditado ao elemento masculino da colaboração. Deste modo, seriam elaborados e publicados inúmeros trabalhos em que existe a contribuição de mulheres, sem que tal fique registado ou seja possível provar. (Monteiro, 2015, p. 55)

Este trabalho foca-se na visibilidade das mulheres nas revistas *Arquitectura e Binário*, no período que se estende entre 1940 e 1979, no entanto, será pertinente incluir aqui também a primeira referência a uma mulher feita nas publicações periódicas de arquitectura, mesmo pertencendo a uma revista distinta das que se propõe estudar.

Deste modo, a primeira referência a uma mulher que encontramos na imprensa da especialidade foi publicada no número 87 da revista *Arquitectura Portuguesa* em Junho de 1942, em notícia que relata a atribuição, pela primeira vez em Portugal, do “diploma de arquitecto a uma senhora”. A breve notícia faz menção ao júri que presidiu às provas na Escola de Belas Artes de Lisboa, constituído pelo director da escola, “... pelos arquitectos Luiz Cunha, Pardal Monteiro, João António Piloto e Luiz Cristino da Silva e escultores Simões de Almeida, Leopoldo de Almeida e pintor Varela Aldemira...”. Inclui também referência ao título do projecto apresentado - “Um Jardim-Escola no Algarve” – enviando à arquitecta saudações pelo feito académico. (Roxo, 2016, p. 166)



Fig. 20: Capa da revista *A Arquitectura Portuguesa* nº87, 1942



Fig. 21: Pormenor da notícia sobre a primeira arquitecta portuguesa, revista *A Arquitectura Portuguesa* nº87, 1942

A mesma revista, em Março de 1945, vai publicar no seu 120º número nova referência a Maria José Estanco e trata de apresentar, com destaque na capa e extensão de 5 páginas no interior, o projecto CODA da primeira arquitecta portuguesa.

A capa desta publicação tem representada, da autoria de Maria José Estanco, uma perspectiva a óleo do seu projecto “Um Jardim-Escola no Algarve”, quadro que viria a ser oferecido ao Dr. João de Deus Ramos, a quem a arquitecta recorreu para obter uma percepção

mais realista das necessidades das crianças portuguesas na elaboração deste projecto.



Fig. 20: Perspectiva a óleo, da autoria de Maria José Estanco, do seu projecto “Um Jardim-Escola no Algarve” - revista *A Arquitectura Portuguesa* nº120, 1945

O resumo da memória descritiva retrata o projecto de escola para aproximadamente 100 crianças com o edifício implantado no centro de um terreno rectangular e ladeado por um jardim em todo o perímetro e que se desenvolve principalmente no lado posterior. O edifício apresenta-se dividido em quatro zonas: a zona pública, a zona onde as crianças têm as suas actividades e refeições, a zona de limpeza e a zona de serviço.

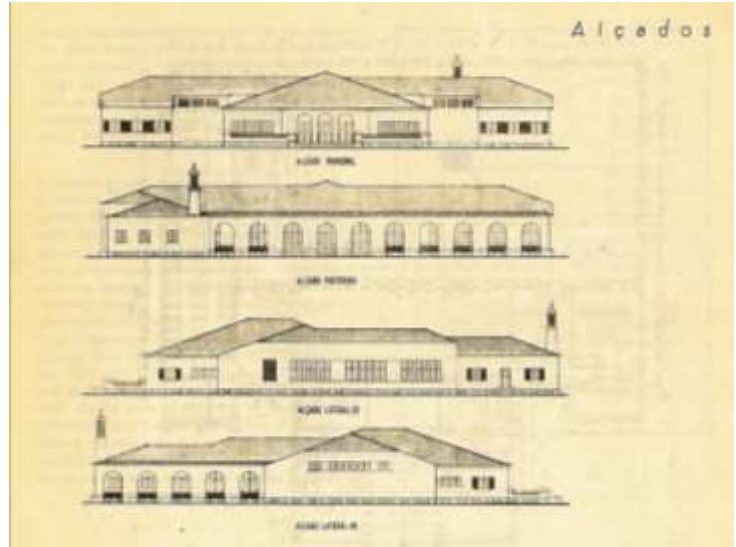


Fig.23: Alçados - projecto de Maria José Estanco "Um Jardim-Escola no Algarve" - revista *A Arquitectura Portuguesa* nº120, 1945

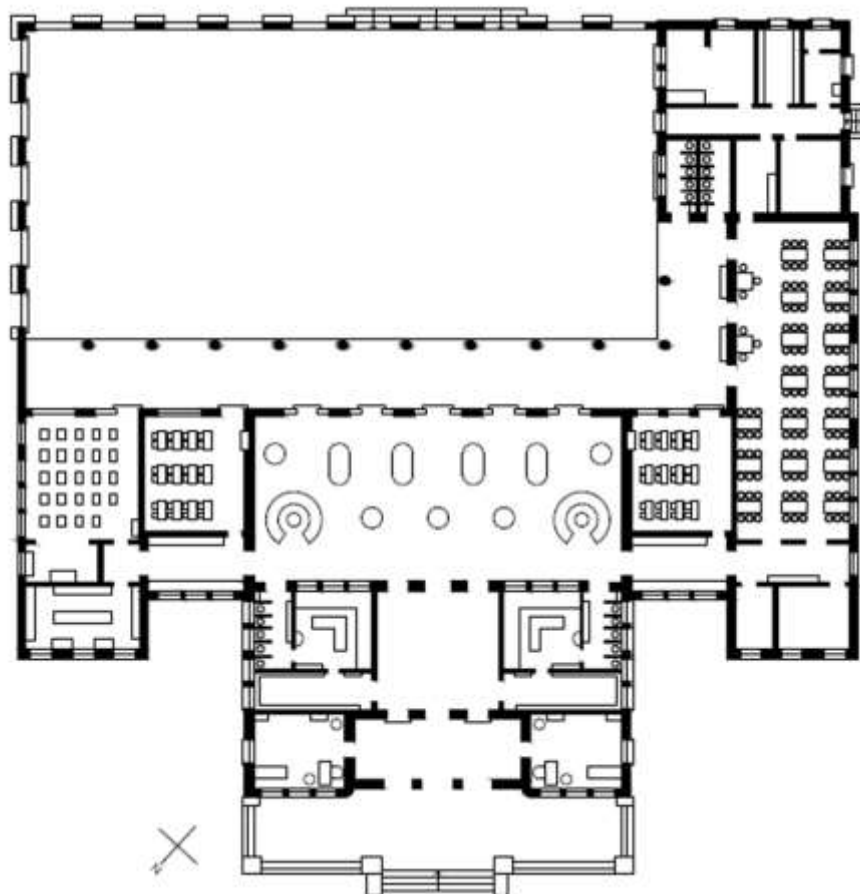


Fig.24: Planta do pavimento - projecto de Maria José Estanco "Um Jardim-Escola no Algarve" - revista *A Arquitectura Portuguesa* nº120, 1945

Deste constam as divisões: viveiro e duas salas de aula virados a SE para evitar os ventos

dominantes, sala de desenho e trabalhos manuais, refeitório, vestiários, cozinha, gabinete médico, quartos de isolamento e repouso, casas de banho entre outras.

As salas de aula e refeitório abrem para um alpendre no espaço rectangular fechado por um muro com beiral, numa aproximação ao pátio algarvio e de alguma forma lembrando os claustros das primeiras escolas conventuais. Todo o edifício seria caiado de branco com beirados em vermelho e os pavimentos seriam de tijoleira vermelha, com excepção das salas de aula, viveiro e quartos de isolamento, que seriam revestidos de cortiça. (Revista *Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, 1945, pp. 8-12)

Observa-se um intervalo algo significativo entre estas publicações e o primeiro artigo feminino registado numa das revistas em estudo, que surge no número 26 da revista *Arquitectura*, relativa aos meses de Agosto e Setembro de 1948, pela mão da escritora **Ilse Losa** e subordinado ao tema “A casa e a criança”. Nele a escritora escreve na condição de mãe, numa tentativa de chamar a atenção dos arquitectos para as necessidades da criança, de modo a que sejam tidas em conta no projecto de habitações e zonas verdes. Segundo Ilse Losa, aspectos como o rebaixamento de parapeitos para que a criança possa observar o mundo exterior mas sem que a janela se abra a esse nível; a existência de quartos designados para a criança brincar e estar à vontade, com



Fig.25: Capa da revista *Arquitectura* nº26 de Setembro de 1948

mobiliário à sua escala e bastante luz natural; a preocupação em construir escadas pouco íngremes e com corrimão, torneiras mais acessíveis, parapeitos das varandas mais altos e seguros; casas construídas de forma que a entrada se situe longe da estrada; e jardins pensados para a criança, com espaços relvados mais extensos e onde possa estar à vontade, são elementos fundamentais e com os quais se conseguiria grande benefício para a infância. Apresentando esta como uma questão de arquitectura e de urbanismo, apela aos arquitectos para que em projectos futuros possa ser dada a importância devida à criança. (Losa, 1948, pp. 16-18)

A próxima referência feminina nas revistas em estudo encontra-se igualmente na revista *Arquitectura*, cinco anos depois, no seu 47º número. O artigo, nesta publicação de Junho de 1953, é escrito por Júlio Pomar e constitui uma entrevista ao casal de escultores **Maria Barreira** e Vasco da Conceição, abordando questões como os interesses no mundo da escultura, temas e modalidades preferidos e forma como é encarado o trabalho de escultor e projecção futura, assim como o aspecto económico na vida de escultor.

Juntamente com o texto são apresentadas várias imagens de peças da autoria de cada um dos escultores. (Pomar, 1953, pp. 24-26)



Fig. 26: Escultora Maria Barreira – revista *Arquitectura* nº47, 1953, p.24



Fig.27, 28 e 29: Obras da autoria da escultora Maria Barreira – revista *Arquitectura* nº47, 1953, pp.24-26

A primeira referência feminina na revista *Binário* é publicada em Maio de 1958, no segundo número da revista. Neste, **Olga Guelf** traz um artigo com o título “Um apartamento por Alvin Lustig” em que apresenta, tal como o título indica, o apartamento da criação de Lustig, sua última decoração de um interior, de que louva a simplicidade, destacando a escultura em latão polido que actua como marco funcional na divisão dos espaços *entrada* e *zona de comer*. Refere a evidência nesta criação das características associadas a Alvin Lustig – desenho meticuloso dos volumes, controlo consciente dos planos, gosto pela invenção, concentração em formas geométricas – tendo sido esta obra elaborada já em estado de cegueira do artista. (Guelf, 1958, pp. 31-34)



Fig. 30: Pormenor do apartamento da autoria de Alvin Lustig focando a escultura de latão polido - – revista *Binário* nº2, 1958, p.31

3.2. Presença das mulheres nas revistas *Arquitectura e Binário* de 1960 a 1979

Dois anos passados, publica-se no número 68 da revista *Arquitectura*, de Julho de 1960, um artigo apresentando o trabalho escolar “Estudo para uma Escola de Magistério Primário em Vila Real” da autoria da estudante **Silvia Baudouin Viana de Lima**, publicado após o prematuro falecimento da estudante. Não foi no entanto possível ter acesso ao trabalho de Sílvia Viana de Lima, uma vez que na pesquisa efectuada algumas páginas do artigo se encontravam omissas. (Lima, 1960, p. 58)

Na revista *Binário* número 23, de Agosto do mesmo ano, a autora **Sigrid von Voss** (1960, pp. 287-288) escreve um artigo com o tema “A escola de construção mais influente do mundo – construção de um arquivo “Bauhaus” em Darmstadt – A arte começa na oficina”, onde fala sobre a fundação, na cidade alemã de Darmstadt, de um arquivo do Bauhaus, onde seria reunida e cientificamente aproveitada a informação referente à Bauhaus e ao qual o professor Walter Gropius, fundador e outrora director do Bauhaus de Weimar doou a sua colecção, reunida desde 1919.

Sigrid von Voss continua abordando a forma como Gropius sempre procurou divulgar a ideologia da escola de Bauhaus – a restituição de pintores, escultores e arquitectos ao artesanato, promovendo a abolição da barreira entre artífices e artistas - tanto na Alemanha através dos seus antigos colaboradores, como dos seus alunos na Harvard Graduate School of Design ou através dos colegas do Architects Collaborative, também fundado por si. Refere também a escolha da cidade de Darmstadt para a fundação do arquivo como não tendo sido aleatória, uma vez que é uma cidade que se estabelece como lar dos que se dedicam à beleza de formas na produção industrial e no artesanato desde a intervenção do Grão Duque Ernst Ludwig von Hessen que resultou na construção da Colónia de artistas Mathildenhöhe.

Na revista *Binário* número 29, de Fevereiro de 1961, a mesma autora apresenta o artigo “A cidade de amanhã posta à prova? Os ensinamentos do Bairro Hansa de Berlim – Inquilinos satisfeitos apesar de certos erros estáveis”, onde escreve sobre o nomeado Bairro Hansa, em Berlim, construído para habitação social e “segundo os mais modernos ditames da arquitectura e do urbanismo contemporâneo” e que deveria ser um exemplo de arquitectura funcional. Refere um inquérito realizado junto dos moradores, com o objectivo de inferir sobre a satisfação dos inquilinos, do qual resultam valores elevados de satisfação geral embora sejam apontados alguns erros de planeamento, particularmente ao nível da necessidade de maior espaço para arrumação, concluindo-se no entanto que o bairro foi

planeado com sucesso e que se estabelece como um exemplo. (Voss, 1961, pp. 102-103)

No mês seguinte, a revista *Binário* número 30, publica o artigo de **Sylvia Abdurgham** (1961, p. 163) “Os artistas acompanham as novas tendências de construção em larga escala” que apresenta a construção civil em larga escala como um dos sucessos da época e louva o retomar da colaboração entre o arquitecto e o artista na concepção da forma e decoração do edifício, colaboração essa de certa forma perdida com o advento da industrialização. Segundo a autora, o recurso a novos materiais, matérias-primas usadas pelos artistas murais, apresenta um leque de novas possibilidades que associadas às novas técnicas se adaptam e respondem às exigências das novas superfícies e tendências de construção. Refere a exposição organizada em 1961 pela Sociedade de Pintores Murais na Grã-bretanha, com exemplos de trabalhos onde são usados estes materiais e desenvolvidas as novas técnicas, dando relevo ao uso de tapeçarias e mosaicos, assim como às novas técnicas de trabalhar o vidro e de esmaltar em larga escala.

No mesmo ano, o número 34 da revista *Binário*, de Julho de 1961, vai apresentar um artigo da autoria de **Jacqueline Tirwhitt**, arquitecta e professora na Universidade de Harvard, com o tema “A Imagem da Cidade”, crítica ao livro com o mesmo título, de Kevin Lynch, professor de urbanismo no Massachusetts Institute of Technology. Segundo Tirwhitt, o livro analisa as áreas centrais das cidades norte-americanas de Boston, Jersey City e Los Angeles, empregando séries dos elementos via, faixa, zona e marco na sua descrição urbana. Defende a legibilidade da cidade, em que zonas, marcos e vias sejam facilmente definidas e agrupadas num padrão, apostando na importância de se ter uma imagem clara e compreensiva da região metropolitana no seu todo como requisito para o futuro. (Tirwhitt, 1961, pp. 393-394)

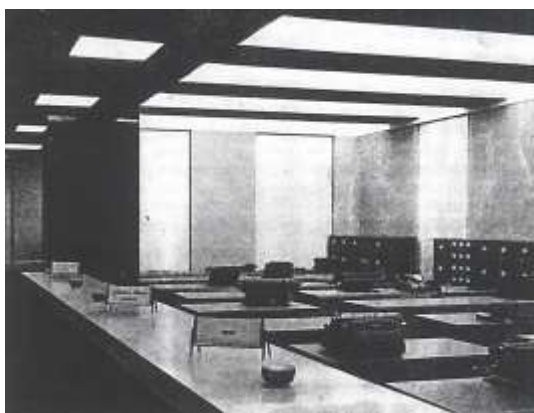


Fig.31: Sala do Público - revista *Binário* nº36, 1961, p..537

Dois meses depois, no número 36 da revista *Binário*, é publicado o artigo “A sede e o posto clínico de uma companhia de seguros”, da autoria de **Aricia Alberty** de Ferreira e Carlos Antero de Ferreira. Segundo os autores, o projecto apresentado foi elaborado tendo em mente a criação de espaços de trabalho, com vida, ambientes favoráveis às actividades que ali decorrerão, em que fosse promovida uma comunicação eficaz, oferecendo as condições para um bom rendimento de trabalho. Ao nível das ilustrações são apresentadas duas

plantas – uma proposta e a solução efectivamente implementada – assim como algumas imagens mostrando pormenores do projecto concluído. (Alberty, 1961, pp. 537-539)

Ainda no mesmo ano, na revista *Binário* número 37, de Outubro de 1961, o artigo de **Frances Stahl** com o título “Forças de Formação da Arquitectura Americana Contemporânea” estabelece-se como uma “compilação de artigos que indicam as origens e os progressos da arquitectura americana contemporânea através dos seus representantes”. No texto, Frances Stahl introduz o tema evidenciando a dinâmica de gradual abandono da forma retangular e a adopção de uma maior flexibilidade formal que se verificam na segunda metade do séc. XX, associadas a uma significativa expansão na área da técnica e a uma maior abertura de espírito no campo da arquitectura. Refere a grande influência de Mies e Gropius no percurso da arquitectura americana, particularmente no ensino. Aborda em maior extensão o papel fundamental de Richard Neutra na importação e implementação de uma nova linguagem arquitectónica que transformou a arquitectura nos Estados Unidos da América, evidenciando igualmente as contribuições de Mies Van der Rohe, Victor Gruen e Edward Stone, assim como de Eero Saarinen, Minoru Yamasaki e Ieoh Ming Pei. (Stahl, 1961, pp. 601-624)

Este artigo teria a sua conclusão publicada no número seguinte da revista *Binário*, em Novembro de 1961. Nesta última parte **Frances Stahl** escreve sobre Ieoh Ming Pei “arquitecto da elegância sossegada e da simplicidade”, e sobre a sua contribuição para a formação da arquitectura americana contemporânea. (Stahl, 1961, pp. 659-660)

A revista *Arquitectura* publica no seu 76º número, de Outubro de 1962, a próxima referência feminina: um artigo sobre o Concurso de anteprojectos para a Igreja Paroquial do Sagrado Coração de Jesus e seus anexos, apresentando os projectos premiados e respectivos excertos de memória descritiva. Destaca-se o 5º prémio, atribuído ao projecto da colaboração entre os arquitectos António Freitas Leal, **Maria do Carmo R. Matos** e Diogo Lino Pimentel e o Engenheiro Civil Nuno Martins.

A Igreja é projectada procurando-se uma unidade do espaço, acentuando-se o valor do santuário através da iluminação, diferenciação de cota do pavimento, movimento da parede do fundo e pelos pilares no limite do espaço. O Centro Paroquial foi planeado de forma que todos os serviços se desenvolvam em várias plantas servidas por um núcleo principal de acessos, designando maior autonomia para o salão de festas na cave e sub-cave e maior isolamento para as habitações pedidas no programa e que se estabelecem nos dois últimos pisos. Tendo em conta o conceito de fomentar o convívio entre a família paroquial, a sala de convívio e o gabinete da assistente social encontram-se em íntima ligação. São apresentadas as plantas dos 1º, 3º e 4º pisos, dois alçados, três cortes, duas perspectivas, impressão de pormenor da entrada para a igreja e implantação do conjunto no quarteirão à escala 1:1000. (Matos, 1962, pp. 25-27)

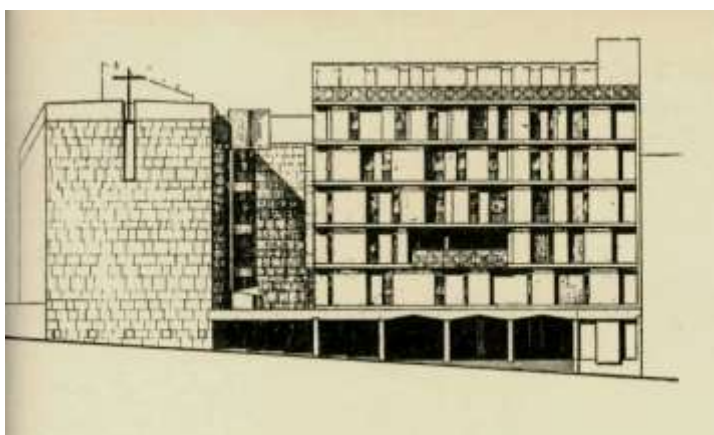


Fig. 32: Alçado da Igreja e Centro Paroquial – revista *Arquitectura* nº76, p.27

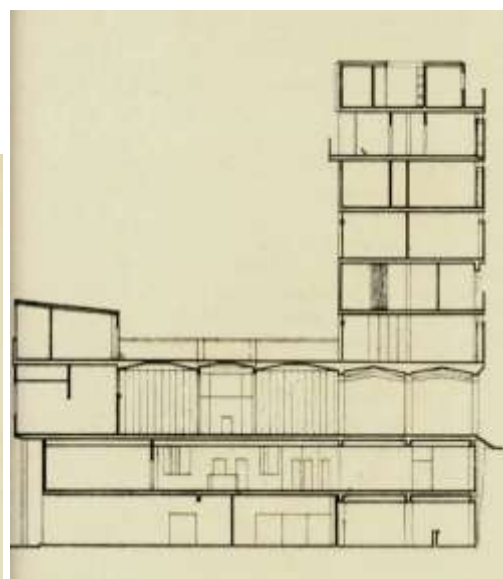


Fig.33: Corte pelo corpo do Centro Paroquial - revista *Arquitectura* nº76, p.27

Em Novembro de 1964, no número 84 da revista *Arquitectura* é apresentado o artigo “A sublocação em Lisboa” da autoria da Dr^a **Maria da Conceição Tavares da Silva**. A autora escreve com base nos resultados do X Recenseamento Geral da População, de 1960, e apresenta um estudo sobre a problemática da sublocação na cidade de Lisboa, concluindo que existe um número elevado de famílias e agregados domésticos de várias ordens que não dispõem de um fogo completo para habitação, muitas das quais habitam espaços sem equipamentos adequados, havendo a necessidade de sublocação por falta de habitação de renda económica. (Silva, 1964, pp. 169-170)

No mês seguinte, a revista *Arquitectura* apresenta um artigo da autoria **de Maria João Madeira Rodrigues**, com o título “Um urbanista do século XVI – Akbar”, em que a autora escreve sobre o rei mogol Akbar, construtor de uma cidade modelo e de um sistema

económico conectando várias cidades, numa acção unificadora e sistematizadora do território, possuidor de conceitos modernos no que diz respeito à visão da arquitectura, pintura e escultura como formas plásticas não estanques mas sim interligadas. Escreve sobre a cidade de Fatehpur Sikri, construída obedecendo a um plano de urbanização pré estabelecido e que marca o início do período clássico da arquitectura muçulmana na Índia. (Rodrigues, 1964, pp. 199-200)

Encontramos, na revista *Binário* nº 96, de Setembro de 1966, o artigo “Habitação em Caxias 1963”, da parceria **Aricia Alberty** e Carlos Antero Ferreira, arquitectos da ESBAL. O projecto é exposto como uma habitação de orçamento limitado em localização não privilegiada, pensada para se adequar às necessidades do agregado familiar em questão, e para o qual se apresentam plantas das fundações, piso das entradas, piso de quartos e coberturas, além de um alçado e várias imagens de pormenores da habitação. (Alberty, 1966, pp. 135-137)



Fig.34: Capa da revista *Binário* nº96 alusiva ao projecto de Alberty e Ferreira, 1966

A revista *Binário* apresenta novo artigo da autoria da colaboração dos arquitectos **Aricia Alberty** e Carlos Antero Ferreira, “Novo cinema-teatro da Amadora – projecto 1964”, no seu 100º número, em Janeiro de 1967. O artigo, apresentando excertos da memória descritiva deste projecto, inclui as plantas ao nível do piso das entradas, do piso do “Foyer” das tribunas, do piso da cabine de projecção, alçado orientado à praça, alçado lateral, corte longitudinal e pormenor da escada.

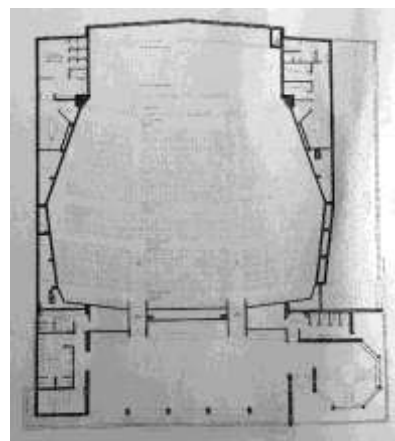


Fig.35: Planta ao nível do piso das entradas, revista *Binário* nº100, p.365

Segundo os autores, a Sala, como núcleo da organização arquitectónica do próprio edifício, foi concebida como um espaço contínuo em que as paredes que a limitam avançam de forma poligonal. Como base, apresentam uma premissa de sistematização das áreas de espectadores, com a criação de uma plateia com um reduzido número de filas e individualizada das restantes zonas. Procuram proporcionar uma sensação de ambiente uniforme e contínuo, com excepção apenas para a referida área da plateia, conseguida também através de tribunas contíguas e

sem balcão. Alberty e Ferreira fazem ainda menção à colaboração do Eng. A Cavaleiro e Silva na área da acústica, apresentando um resumo do seu parecer sobre o projecto acerca das exigências funcionais de acústica de uma sala para espectáculos. (Alberty, 1967, pp. 363-372)

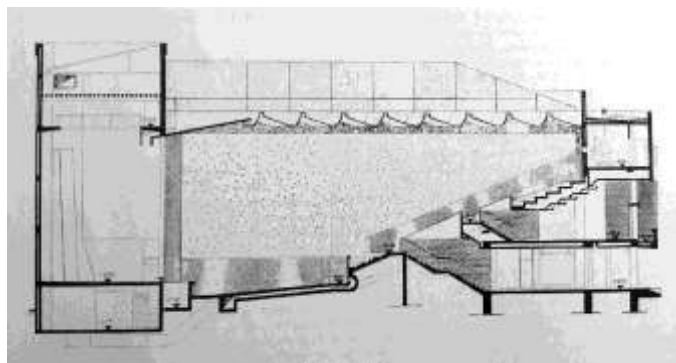


Fig. 36: Corte longitudinal – revista *Binário* nº100, 1967, p.367

A revista *Binário* publica em Julho de 1967, no seu 106º número o artigo “Novas Escolas nos Estados Unidos”, por **Joan Elaine Kernes**, que aborda a problemática do crescimento da população escolar e evolução dos métodos pedagógicos na perspectiva arquitectónica, apresentando exemplos de respostas criativas e funcionais para esta questão.

Segundo Kernes, as estratégias usadas passam pela criação de edifícios que sejam parte de uma composição que se possa facilmente expandir para fazer face ao aumento de matrículas. Os edifícios em si deverão ser projectados de modo flexível, com espaços polivalentes e adaptáveis à dimensão do grupo de ensino, sendo por vezes usados elementos divisores móveis neste contexto. Nas escolas de maiores dimensões recorre-se à divisão do espaço em unidades funcionais de modo a proporcionar um ambiente mais humano e em que os alunos possam desenvolver as suas capacidades individuais.

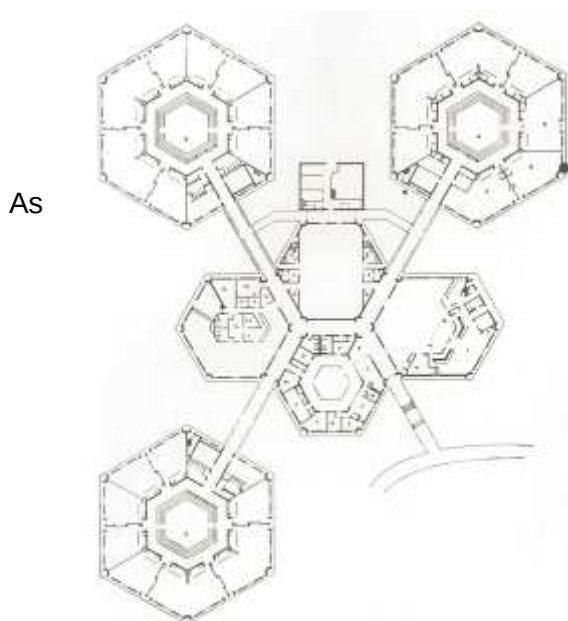


Fig. 37: Planta da Escola primária Walter J. Mitchell, em La Plata, Maryland – revista *Binário* nº106, 1967, p.33



Fig. 38: Espaço polivalente - Escola Water J. Mitchell, em La Plata, Maryland – revista *Binário* nº106, 1967, p.32

novas escolas estão preparadas para serem equipadas com as tecnologias mais recentes associam-nas a espaços de aprendizagem

como centros de material didáctico e bibliotecas, por vezes ocupando uma posição nuclear face às restantes áreas de ensino. São apresentados diversos exemplos da aplicação destes conceitos em novas escolas dos Estados Unidos, sendo o artigo complementado com imagens da Escola Secundária da Missão de San José em Fremont, Califórnia e o plano principal da Escola Primária Walter J. Mitchel em La Plata, Maryland. (Kernes, 1967, pp. 31-33)

Na pesquisa efectuada, a próxima publicação em que existe referência ou autoria feminina é o número 113 da revista *Binário*, de Fevereiro de 1968, com o artigo de **Marie-B. Hämer-Buro**, intitulado “Teatro Municipal de Inglostadt (Alemanha)”.

Neste artigo, a arquitecta escreve sobre o projecto feito em colaboração com o Arq. Hardt-Waltherr Hämer, iniciado em 1960. Segundo a autora, o espaço designado para o teatro, entre as muralhas da cidade, a norte, e o rio Danúbio, a sul, apresentava características que tornavam decisiva neste local a integração numa escala em relação à envolvente, o que seria conseguido através de uma forma poligonal. Iniciado como teatro de tournée, de menores dimensões, só em 1964, depois de começados os trabalhos seria decidido acrescentar ao projecto as salas necessárias para que o teatro pudesse ter a sua própria companhia.



Fig. 39: Planta do rés-do-chão e piso inferior – revista *Binário* nº113, 1968, p71

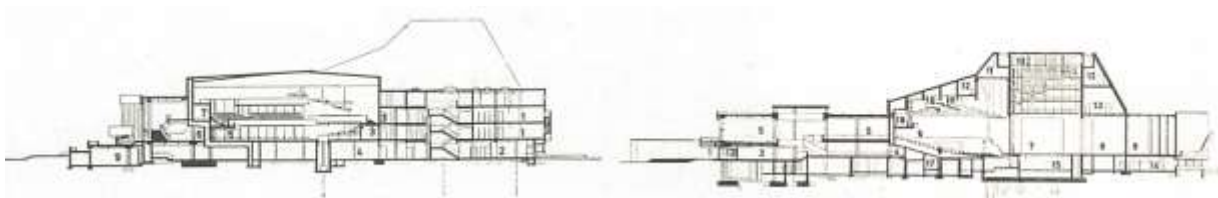


Fig. 40: Cortes pelo salão de festas e pela sala de teatro – revista *Binário* nº113, 1968, p71

Foi, portanto, acrescentado um prolongamento para leste que acabou por favorecer o plano original. Compreendendo os espaços teatro, salão de festas, foyer comum a ambos, zona de equipamento cénico, restaurante, bar, sala de reuniões, administração e cozinha e salas de exposição e congressos, o edifício constitui um espaço homogéneo, representando uma tentativa de unir o exterior e o interior numa unidade formal.

Estabelece-se um jogo de níveis, de espaços em estratos horizontais, orientados para o centro onde se observa uma escultura de luz de Robert Hausmann que se estabelece como o ponto central de todos os níveis. Ao longo do artigo são apresentadas várias imagens que evidenciam pormenores do edifício. São apresentados também dois cortes, as plantas do rés-do-chão, do piso inferior e do piso superior e uma vista aérea do teatro implantado na margem inferior do rio Danúbio. (Buro, 1968, pp. 70-76)

No mesmo número desta revista é publicado um artigo de **Marika Hansen** de título “Arquitectura de Interiores – exemplos finlandeses”. A autora refere a valorização concedida à decoração interior de edifícios públicos no panorama finlandês e evidencia a necessidade de fazer de cada edifício uma entidade completa, numa fusão estética e funcional de interior e exterior, assim como de harmonização com o meio envolvente. Defende o conceito do arquitecto como o responsável pelo edifício como um todo, trabalhando neste sentido com a sua equipa ou em estreita colaboração com um arquitecto de interiores que partilhe a mesma visão e apresenta exemplos dos últimos edifícios públicos finlandeses à data, em que a visão de equilíbrio interior e exterior se começa a concretizar. Ao nível das ilustrações, são apresentadas várias imagens evidenciando aspectos de cada um dos edifícios referidos. (Hansen, 1968, pp. 81-85)

Na revista *Arquitectura* nº 105-106, a edição que abrange os meses de Setembro a Dezembro de 1968 apresenta um artigo da **Teresa Zarebska** com o tema “Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização”, uma das comunicações do Colóquio sobre política da habitação de Julho de 1969. Neste artigo a autora defende o aumento dos estudos históricos associado e em colaboração com a crescente consciência da necessidade de protecção dos conjuntos históricos urbanos. Indica que as propostas de preservação devem ter como objectivo principal identificar as possibilidades e os métodos eficazes para vivificar os bairros antigos e refere que uma colaboração entre os autores dos estudos históricos e os autores dos projectos de urbanismo constitui uma garantia para soluções adequadas a cada projecto. (Zarebska, 1968, pp. 224-227)

A revista *Arquitectura* número 112 publica o primeiro de uma série de artigos pela **Dr^a Maria Conceição Oliveira Marques**, extraídos da sua tese de licenciatura em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e divididos em vários números da revista *Arquitectura* dos quais o primeiro é este número de Novembro-Dezembro de 1969. Na primeira parte deste artigo intitulado “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938”, a autora introduz o tema destacando o Bairro alto como fenómeno urbanístico, uma vez que ainda no século XVI constituiu a única área que se tornou urbana de forma não aleatória, mas segundo um plano quadriculado do tipo usado na Antiguidade, Idade Média e Renascimento. Escreve sobre a expansão urbana lenta e sem ordem que acontecia em direcção a ocidente na Lisboa pré-terramoto de 1755, fenómeno que arrasou a cidade, deixando-a em grande parte reduzida a escombros. Segue-se a necessidade de estudo e aplicação de um plano orientador de reconstrução, tendo sido seleccionado o plano de Eugénio dos Santos que viria a ser aplicado na zona da Baixa da cidade, numa abordagem mais moderna e com recurso às vantagens de uma industrialização ainda recente.

Pela primeira vez em Portugal o estilo arquitectónico relaciona-se com o planeamento urbanístico e pela primeira vez são utilizadas orientações técnicas para a construção de estruturas que oferecessem garantias anti-sísmicas. A autora refere também a problemática do plano de melhoramentos para o Porto de Lisboa, assunto que foi alvo de diversos projectos e comissões, arrastando-se o tema por mais de um século antes de ter resolução. Maria da Conceição Oliveira Marques escreve em seguida sobre a questão do planeamento e construção da Avenida da Liberdade, tema abordado pela primeira vez em 1859 em proposta do Presidente da Câmara, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, e que seria posteriormente estudada e reformulada, dando-se início aos trabalhos apenas em 1879.

Segundo a autora, em 1883 já tomava forma a Praça dos Restauradores e desaparecia o Passeio Público, mantendo-se uma discussão sobre o possível prolongamento da Avenida, tema que seria abandonado face à opção de construção de um espaço verde no seu extremo, que viria a concretizar-se no Parque Eduardo VII. (Marques, 1969, pp. 266-274)

Igualmente no número 112 da revista



Fig.41: Praça dos Restauradores, gravura da época da construção da Avenida – revista *Arquitectura* nº112, 1969, p.271

Arquitectura, **Manuela Silva** (1969, pp. 300-302) escreve um artigo com o título “Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social”, e introduz o tema afirmando que o aumento da habitação deve acompanhar o ritmo do desenvolvimento económico e social, defendendo o direito de habitação para famílias e indivíduos e indicando a responsabilidade do Estado na garantia desse direito social.

Continua abordando as questões sobre as quais o Estado precisaria de tomar posição para efectivar este direito: Propriedade e utilização do solo urbano, Condicionamento da construção, Habitações não aproveitadas e Relação entre habitação e desenvolvimento económico, e conclui afirmando a necessidade de uma política habitacional que garanta de forma eficaz a mobilização dos recursos indispensáveis para o acesso a uma habitação condigna.

Ainda na revista *Arquitectura* número 112, **Margarida Sousa Lobo** (1969, p. 304) aborda o tema “Uma solução a encarar: o habitat evolutivo”, a propósito do colóquio sobre problemas da habitação realizado pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses, tratando-se o artigo de uma secção do comentário da autora a este evento, publicado já na revista *Informação Social*. A autora aborda neste artigo a questão do deficit de alojamento, afirmando que em teoria, mesmo numa situação de aumento do ritmo da indústria de construção em 80%, esta questão só seria resolvida ao fim de 20 anos, acrescentando que se impõe a problemática da solvabilidade (relação entre capitais próprios e capitais alheios).

Refere as duas modalidades do crescimento urbano realizado à margem das entidades responsáveis pelo planeamento – a construção clandestina durável e em terreno próprio em zonas suburbanas, e as construções provisórias em terrenos alheios junto aos limites da cidade. Salienta a importância de se encontrarem soluções viáveis para o futuro, que abriguem uma boa solução definitiva e que se adequem às necessidades manifestadas, apresentando nesse sentido os pontos fundamentais a que precisam de obedecer as propostas de solução.

O artigo “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (II)” da autoria de **Maria da Conceição Oliveira Marques** é publicado na revista *Arquitectura* de Janeiro-Fevereiro de 1970, o seu 113º número. A autora introduz o artigo abordando as determinantes envolvidas no crescimento urbano de Lisboa entre 1879 e 1938. Neste período a cidade sofreu um desenvolvimento significativo mas sem orientação nem planeamento, sendo condicionado tanto por razões teóricas como prática associadas às

necessidades emergentes. São apresentadas cinco determinantes básicas manifestadas: salubridade, habitação económica, embelezamento, efeito de imitação e trânsito, mantendo-se algumas durante todo o período. Aborda neste texto a condicionante Salubridade, preocupação dominante neste período, de que se indicam duas causas fundamentais: o crescimento urbano nas zonas antigas e o crescimento urbano periférico de fraca construção devido ao desenvolvimento industrial e migração associada.

Em Lisboa, o foco de insalubridade estava associado principalmente aos bairros antigos, como Alfama, Mouraria, Castelo e Bairro Alto, velhos núcleos aglomerados numa cidade em que a deficiente rede de esgotos compactuava com a falta de higiene e a acumulação de detritos nas ruas estreitas, tornando a atmosfera da capital num meio de cultura para as mais variadas patologias. Segundo a autora, já antes da epidemia de cólera que alastrou pela cidade de Lisboa em 1894 e em que se aponta a deficiente canalização de água e esgotos como a principal fonte de contágio, se vivia por parte dos responsáveis pelo planeamento a preocupação pelo estado da cidade. Resultado desta preocupação foram reunidas em 1880 comissões para estudar a questão da salubridade e do sistema de esgotos, a que se seguiram várias propostas e planos de reestruturação, especialmente para o Bairro de Alfama, considerado a zona mais problemática, mas que acabariam por não avançar, chegando-se à década de 1930 sem haver ainda um plano de urbanização para a cidade de Lisboa. (Marques, 1970, pp. 5-8)

No número 117-118 da revista *Arquitectura* em Setembro - Dezembro de 1970 é publicado o artigo da autoria de **Sheila Bramwell Jones** com o título “O mobiliário e equipamento dos deficientes motores”. No texto a autora refere a necessidade premente manifestada através dos numerosos pedidos de ajuda recebidos pelo *Disabled living activities group do central council for the disable* no sentido de seleccionar equipamento apropriado para deficientes motores, a que se seguiu um estudo com o objectivo de preparar material informático de referência, principalmente para utilização por profissionais. A autora prossegue referindo as características a ter em conta na selecção do mobiliário, em particular mesas e cadeiras, de modo a satisfazer as necessidades específicas de cada indivíduo, focando nomeadamente aspectos como estabilidade e resistência face ao peso e movimentos do utilizador, adaptabilidade, conforto, segurança e robustez de materiais e de construção. Jones conclui com uma secção dedicada a expor quais as necessidades em termos de mobiliário para incapacidades específicas, nomeadamente artrite, doenças nervosas progressivas, doenças de coração e para os idosos em geral. O artigo é ilustrado com imagens do mobiliário adequado a estes utilizadores. (Jones, 1970, pp. 221-224)

O número 119 da revista *Arquitectura*, de Janeiro e Fevereiro de 1971, vai publicar novamente um artigo da autoria de **Maria da Conceição Oliveira Marques**, continuação do tema abordado anteriormente – “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (III)”. Neste artigo, Maria da Conceição vai abordar principalmente a questão da habitação económica, escrevendo introdutoriamente sobre a necessidade de espaços verdes vivida no período em estudo, referindo que desde 1881 se faziam estudos para o Parque da Liberdade, que seria construído com o principal objectivo de dotar a cidade com uma grande área arborizada que trouxesse arejamento e simultaneamente constituísse um espaço lúdico e de descanso e que acabou por ser construído na década de 1930. Em 1904, evidenciou-se a necessidade de construção de um novo parque, de maiores dimensões e que seria localizado em área anexa à cidade, no entanto só em 1934 foi elaborado o projecto para a zona florestal de Monsanto, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, que se viria a concretizar nos anos de 1940.

A autora aborda em seguida a questão da habitação económica associada à preocupação social de melhorar as condições de salubridade de Lisboa, reflectida principalmente nas zonas mais antigas que não ofereciam condições adequadas às classes trabalhadoras que as habitavam. A resposta a esta questão apresentou-se sob a forma de diversas propostas, ao longo de vários anos, às quais acabou por não corresponder nenhuma acção por parte da Câmara Municipal, principalmente por falta de verba. Em 1915 parte do Governo a iniciativa dos Bairros Sociais, propondo-se construir 5 bairros residenciais económicos. O primeiro destes seria o bairro do Arco do Cego, cuja construção foi iniciada ainda em 1919, a que se seguiria no ano de 1920, o bairro da Ajuda, tendo sido concluídos os trabalhos respectivamente em 1935 e 1934. Foram surgindo outros bairros, resultado tanto de iniciativas da Câmara Municipal como de colaborações entre esta e a Repartição de Casas Económicas do Ministério das Obras Públicas, mas cujos custos não permitiam rendas suficientemente baixas para serem suportadas pela classe operária. São apresentadas no artigo imagens que retratam o Beco do Caneiro no Bairro de Alfama, Aspecto do Jardim do Campo Grande, a Rua A do Bairro da Encarnação e uma ilustração de como foram idealizados os bairros operários. (Marques, 1971, pp. 34-36)

Este tema tem a sua continuação no número 120 da revista *Arquitectura*, de Março-Abril de 1971, onde **Maria Conceição Oliveira Marques** (1971, pp. 72-76) aborda as restantes três determinantes envolvidas no crescimento urbano de Lisboa entre 1879 e 1938 no artigo “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (IV)”.

De acordo com a autora, a segunda metade do século XIX trouxe consigo uma busca por cidades monumentais, num pensamento de ostentação que acabou por influenciar a

arquitectura e o urbanismo deste período. Em Lisboa foi a partir da década de 1870 que se começa a evidenciar novo interesse pela cidade, planeando-se a construção da Avenida da Liberdade, ao gosto da época e que viria a ter um impacto positivo na população lisboeta, impulsionando diversas iniciativas e propostas de embelezamento da capital, não havendo, no entanto, repercussões significativas daí decorrentes.



Fig.42: Estação do Rossio – revista *Arquitectura* nº120, 1971, p.74

A crise política, económica e social associada à implantação da república e que acompanhou o País durante a I Guerra Mundial levou ao esquecimento da cidade e dos seus processos de embelezamento. Lisboa continuava o seu crescimento, condicionada pelos valores estéticos muitas vezes importados do que se passava na Europa, surgindo entretanto o gosto pelo progresso, pela maquinaria e

pelo funcionalismo.

Foi a expansão urbana verificada a partir de meados do século XIX nas cidades europeias que forçou uma reorganização urbanística, associada ao desenvolvimento dos transportes e ao aumento do trânsito.

Em Lisboa, a circulação de automóveis e eléctricos só começou a fazer-se no início do século XX, trazendo a multiplicação dos veículos dificuldade no trânsito apenas em zonas específicas da cidade, sendo elaboradas propostas para resolver estas questões mas que acabam por não avançar. São efectivamente levadas a cabo obras de pequeno volume que levam a facilitação do trânsito, sem que esta tenha sido uma problemática que necessitasse de transformações urbanas de grandes proporções.

O próximo artigo da autoria de uma mulher nas revistas *Arquitectura* e *Binário* é novamente escrito por **Maria da Conceição Oliveira Marques**, na revista *Arquitectura*, na continuação da temática que vem apresentando em números anteriores desta publicação. No número 124 desta revista, em “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (V)”, Marques expõe a tentativa de criação de um plano geral de urbanismo para a cidade de Lisboa. Segundo a autora, Lisboa era a cidade portuguesa que apresentava maiores problemas devidos à expansão urbana e após várias tentativas de elaboração de planos que acabaram por não ter seguimento, foi decretada pelo Governo a elaboração do

primeiro *Plano Geral dos Melhoramentos da Cidade* em 1864, que seria iniciado em 1901 e concluído em 1904, sendo elaborado pela Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa e assinado por Ressano Garcia. Seria apresentado nas sessões ordinárias da Câmara e aprovado por esta, não chegando no entanto a ser posto em prática. Seguem-se outras propostas que vão sendo aprovadas mas não avançam.

Com a década de 1930, intensificaram-se as necessidades urbanísticas da capital, sendo atribuída ao Eng. António Emídio Abrantes a responsabilidade de elaborar um relatório acerca deste assunto em 1932. No ano seguinte seria nomeada uma Comissão de Urbanização para a elaboração do necessário plano geral, não estando em 1938 efectuado o levantamento da planta da cidade, por actualizar há mais de duas décadas. Durante a II Guerra Mundial foram continuados os estudos e os melhoramentos urbanos de menores dimensões, no entanto o 1º Plano Director de Lisboa só seria concluído e publicado em 1948. (Marques, 1972, pp. 38-40)

A conclusão deste estudo da Dr^a **Maria da Conceição Oliveira Marques** é encontrada no número 125 da revista *Arquitectura*, com o título “Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (VI)” e nele a autora aborda a questão do desenvolvimento urbano associado à vida na cidade de Lisboa no período seleccionado. Segundo Maria da Conceição, no final do século XIX a sociedade passava por modificações significativas, ligadas à economia, à expansão cultural e ao surgimento da nova classe de “novos-ricos” que viria rivalizar com a aristocracia. Todas estas alterações tiveram repercussões ao nível da vida urbana que à época se centralizava principalmente na baixa de Lisboa, em particular no que respeita aos negócios, repartições, consultórios médicos e comércio. Gradualmente, foi aumentando a procura dos edifícios do centro da cidade para escritórios e as residências familiares foram sendo transferidas para os novos bairros construídos, havendo uma percentagem de descentralização e de criação de novos núcleos urbanos, processo em parte auxiliado pelo estabelecimento da rede de carros eléctricos em 1901, mas sem que a Baixa deixasse de ser o centro de negócios e comércio da capital.

Outro elemento ligado às modificações urbanas da cidade de Lisboa é a existência de zonas verdes frequentadas como locais de passeio e recreio e com forte componente social de que eram exemplo o Passeio da Estrela, o Passeio de S. Pedro de Alcântara e principalmente o Passeio Público que viria a ser anulado pela criação da Avenida da Liberdade, o que por algum tempo se tornou motivo de desagrado da população lisboeta. No entanto, a partir de 1884 a Avenida tornou-se uma realidade e a transferência das animações características do

já inexistente Passeio Público transformou-a numa zona de passeio muito frequentada. A criação de um parque de grandes dimensões que terminasse a Avenida era um conceito planeado desde 1881 pela Câmara Municipal, para o qual foram apresentadas múltiplas propostas que não tiveram seguimento.

O Parque Eduardo VII seria construído mais tarde, assim como o Parque Florestal de Monsanto, sem que houvesse grandes acrescentos em termos de espaços verdes que acompanhassem proporcionalmente o crescimento da cidade. Assim, neste estudo que abrange o período de 1879 a 1938, evidencia-se o desenvolvimento de Lisboa como uma cidade sem planeamento urbano, justificado pelos processos seleccionados pelos responsáveis condicionados por questões de várias ordens que obrigavam a “soluções imediatas em prejuízo de uma visão de conjunto que traria resultados mais eficientes”. (Marques, 1972, pp. 74-77)

É igualmente no número 125 da revista *Arquitectura* de Agosto de 1972 que é publicado o artigo da autoria dos arquitectos **Maria Carlota Canto Moniz** e Carlos S. Duarte com o título “Escola Primária em Chelas, Lisboa”.



Fig.43: Escola Primária em Chelas, Lisboa – revista *Arquitectura* nº125, 1972, p.49

Neste projecto os autores procuraram criar uma atmosfera intimista e de liberdade, minimizando o sentimento de despersonalização que pode acontecer num ambiente escolar. Tentou-se projectar um edifício à escala própria da criança com espaços diversos e individualizados e onde exista a possibilidade de separação por sectores dos diferentes níveis de ensino.

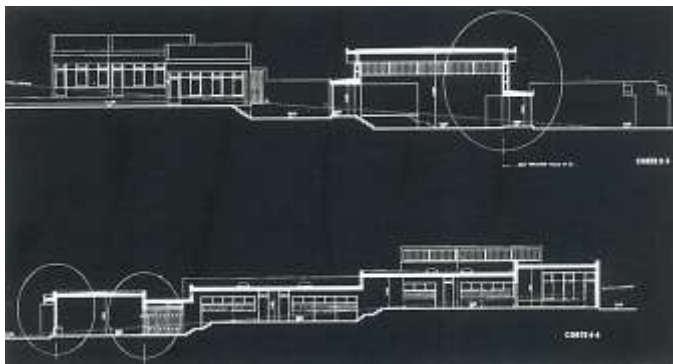


Fig. 44: Cortes longitudinais - revista *Arquitectura* nº125, 1972, p. 54



Fig. 45: Pormenor da galleria - revista *Arquitectura* nº125, 1972, p. 54

No seguimento desta ideia são criados pequenos núcleos de sala de aula e suas instalações de apoio, definindo pequenas áreas mais íntimas e personalizadas, complementadas pela sala polivalente e espaços exteriores de recreio onde é promovida a socialização. A escola articula-se de forma circular em torno da sala polivalente procurando-se não dispersar os elementos sem sentido mas numa disposição cuidada dos volumes no terreno, permitindo uma interligação positiva dos espaços interiores e que traz vantagens ao nível da iluminação e ventilação. O artigo é complementado com várias imagens da escola, uma planta geral e dois cortes. (Moniz, 1972, pp. 49-54)

A próxima publicação é feita no número 126 da revista *Arquitectura*, da autoria dos arquitectos J. Carlos Loureiro, L. Pádua Ramos e **Maria Noémia Coutinho** e tem como título “Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian”.

Os autores elaboram neste número um comentário ao Conservatório, projecto realizado pelos arquitectos em colaboração com a Direcção do Conservatório Regional de Aveiro e com dois professores da Escola Superior de Belas Artes do Porto, revelando a intenção de criar com este projecto um espaço adequado à capacidade criativa e ao espírito de experimentação da criança, mas que seja simultaneamente uma área intimista e que fomente um sentido de



Fig. 46: Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian - revista *Arquitectura* nº126, 1972, p.89

comunidade, algo que consideram não existir há muito tempo nas escolas portuguesas. Procurou-se criar um espaço cujo carácter se traduzisse em abrigo, numa arquitectura pensada para a criança, um prolongamento da própria casa, local autêntico, de segurança e

encanto, construindo-se um espaço com diversidade de funções.

Os edifícios foram construídos recorrendo a sistemas simples e económicos, numa busca por equilíbrio entre conforto, durabilidade e beleza e os factores de economia. Foram usadas estruturas mistas de alvenaria de tijolo e betão armado, em edifícios brancos, com cobertura em telha e muros e floreiras em betão. Ao nível das ilustrações, podemos apreciar as plantas relativas aos 1º, 2º e 3º pisos, e imagens relativas aos edifícios do Conservatório, nomeadamente: Fachada poente, Anfiteatro ao ar livre e Entrada principal. (Coutinho, 1972, pp. 89-94)

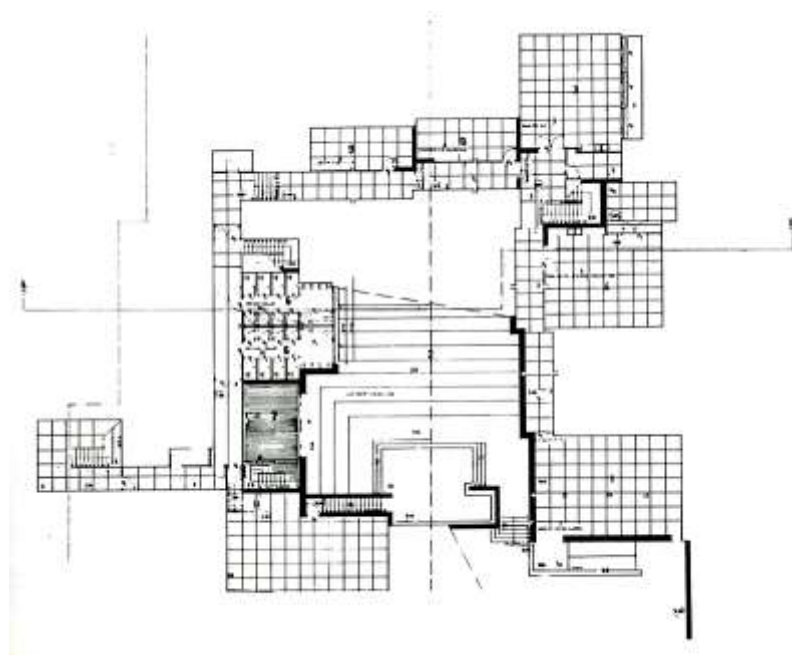


Fig.47: Planta do 1º piso - revista *Arquitectura* nº126, 1972, p.91

Abrangendo os meses de Janeiro e Fevereiro de 1974, a revista *Binário* nº 184-185 apresenta aos leitores o projecto da “Igreja de Santa Cruz, Brasília”, da arquitecta **Helena Maria Viveiros de Carvalho**. Segundo a autora, o projecto foi concebido tendo em conta a necessidade de integração na envolvente arquitectura moderna de Brasília mas também uma busca pelo retorno às origens do cristianismo, consistindo a resposta em linhas que simbolizasse a natureza, simbolizando a própria igreja o Calvário, como “dois montes, o mais alto encimado pela Cruz”. São apresentados duas plantas, dois cortes e três alçados para ilustração do projecto. (Carvalho, 1974, pp. 35-36)

Já num período pós salazarista, em Maio de 1974, a revista *Arquitectura* vai publicar, na sua

130ª edição, um reflexão assinada por **Bárbara Lopes**, e subordinada ao tema “A mobilidade como elemento criador da vida urbana”. Neste texto a autora faz uma análise esquemática da percepção colectiva do espaço ao longo do tempo, identificando três períodos – Paleolítico, Neolítico e Moderno.

Considera o espaço urbano como aquele em que evoluem os seres humanos e onde se processam as suas interacções sociais e identifica o período Paleolítico como aquele em que existe um espaço linear, associado ao percurso nómada do homem desta época e à sua necessidade de sobrevivência imediata. Segundo a autora, o homem do Neolítico, agricultor e mais sedentário, organiza o espaço em círculos que têm como centro o seu celeiro, símbolo da sobrevivência que adquire através do domínio da terra e da natureza.

Neste período, o surgimento de técnicas agrícolas permitem a sedentarização de grupos numerosos de indivíduos, iniciando-se a formação de estruturas sociais, criando-se estabilidade e um espaço fechado e orientado. No período Moderno, o espaço não se relaciona como uma estrutura estável, linear ou circular. Apoia-se, espaço-tempo, sobre uma rede de comunicação, com uma multiplicidade de núcleos valorizados de acordo com a escolha de cada indivíduo. Apresenta a cidade de Lisboa como um exemplo de concentricidade e defende que da maneira como é administrada, não poderá estabelecer-se como uma rede de mobilidade para o homem presente e futuro. (Lopes, 1974, pp. 30-31)

Na revista *Binário* números 215-216, de Fevereiro - Maio de 1977, é apresentado o artigo “Ler imagens produzir imagens – aspectos da educação estética no primeiro ano escolar” da autoria de Johannes Eucker e **Helga Kämpfe-Jansen**, versão parcial do capítulo 5 do livro *Kritik und Weiterarbeit am Konzept Visuelle Kommunikation*. Neste artigo os autores defendem a importância do ensino da leitura de imagens a par com o ensino da leitura de texto, num mundo em que tanto crianças como adultos são constantemente confrontados com meios que usam a imagem como forma de comunicação. É abordada também a produção de imagens como componente produtiva no processo de comunicação, o que se torna uma ferramenta útil para além do primeiro ano escolar. (Jansen, 1977, pp. 32-34)

A revista *Arquitectura* publica no seu número 134 de Julho de 1979, um artigo pela Arqª **Maria João de Almada Cardoso** com o tema “Calçada dos Mestres nº76 Habitação Recuperada”, onde a autora faz a descrição do projecto realizado nesta localização.

Contextualizando, Maria João de Almada Cardoso explica que este projecto se tratava da mudança de um cliente de uma habitação de um único piso e grandes áreas para um

pequeno edifício de dois fogos em dois pisos, datada do início do século XX na Calçada dos Mestres, em Campolide. O objectivo seria a transferência de um espaço característico e todo o material reunido ao longo de uma vida, incluindo móveis antigos, objectos de arte e uma vasta biblioteca, para um novo espaço, minimizando o sentimento de desenraizamento e fomentando uma integração no novo espaço.

O espaço da Calçada dos Mestres, com cerca de 6,5m de frente por 14m de profundidade e entre dois edifícios, era organizado segundo a concepção típica da época em que foi construído e apresentava uma área insuficiente para o que era pretendido. Assim, além de se ter procedido à resolução dos problemas construtivos, aumentaram-se os dois pisos originais em profundidade mantendo-se os elementos escada em caracol, varandins, guarda fogo em ferro fundido e o tanque de jardim em relação com o logradouro, que seria integrado no edifício como um prolongamento da biblioteca, com ligação ao primeiro piso pela escada em caracol. A fachada principal foi conservada, acrescentando-se no entanto um terceiro piso de forma a aumentar a área mas recuado de modo a não interferir com o recorte do edifício.

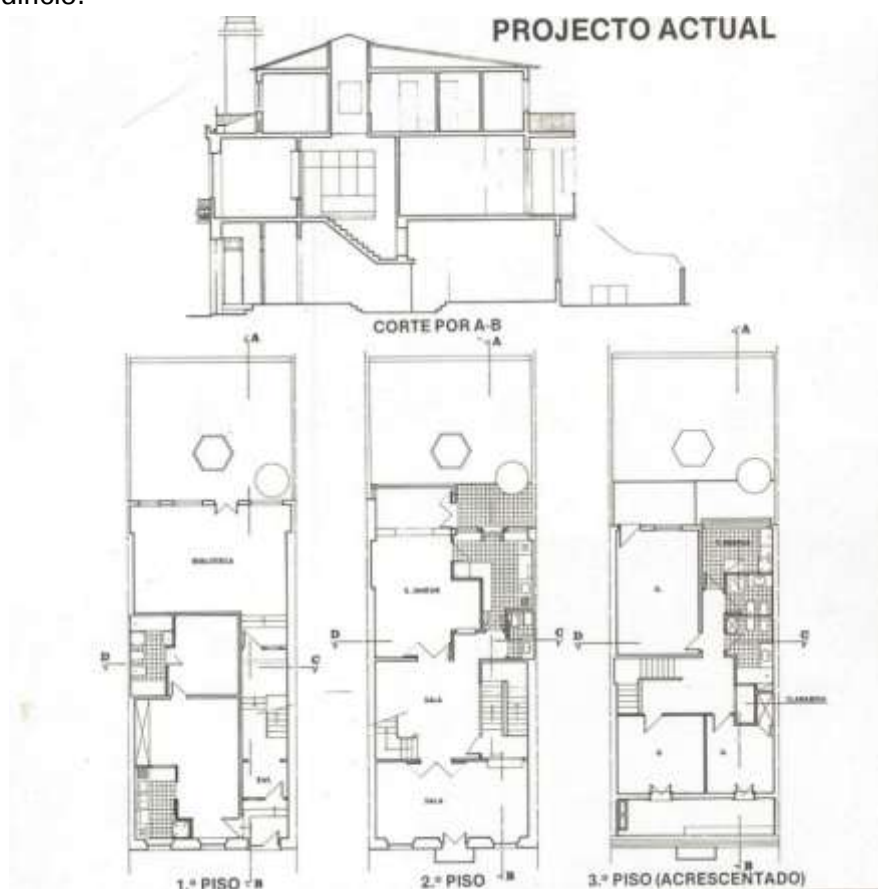


Fig. 48. Corte e plantas dos 3 pisos – revista *Arquitectura* nº134, 1979, p. 45

A zona comum original foi igualmente integrada, conseguindo-se assim que o espaço fosse alargado visualmente e percebido como um todo. De modo a transmitir um carácter de continuidade e calma num espaço dotado de numerosas rupturas foi usada uma reduzida gama de materiais, recorrendo ao vidro, a clarabóias e a cores criteriosamente seleccionadas de modo a reflectir a luz e a criar a envolvência e o ambiente necessários.

Além de diversas imagens do projecto concluído, o artigo inclui um corte e as plantas do 1º e 2º pisos do projecto anterior e um corte e as plantas de cada um dos três pisos do projecto actual. (Cardoso, 1979, pp. 38-42)

Procurando fazer uma análise global da pesquisa efectuada, observa-se que a revista *Arquitectura* foi a primeira a apresentar um artigo em que se verifica presença feminina, não podendo, no entanto, este facto ser analisado em termos comparativos com a revista *Binário* uma vez que esta só teria a sua primeira publicação em Abril de 1958. Atentando para o período de tempo decorrido entre a publicação sobre a pioneira Maria José Estanco na revista *Arquitectura Portuguesa* (1945) e a primeira referência feminina na revista *Arquitectura* (1948) será pertinente ter em conta que esta última teve a sua publicação interrompida durante a Segunda Guerra Mundial, retomando a actividade em 1946. Ainda assim, o referido período de dois anos, pode ser talvez encarado como a hesitação no recurso a autoras ou a projectos femininos, numa época em que a arquitectura era ainda um domínio quase exclusivamente masculino e de que é exemplo a forma como a própria Maria José Estanco não conseguiu ser recebida na profissão. Deste modo, só no terceiro ano da sua 2ª edição a revista *Arquitectura* publica um artigo de autoria feminina – da escritora Ilse Losa – num contributo para a arquitectura mas escrito na condição válida mas muito de encontro à ideologia do Estado Novo, de Mãe.

Esta hesitação em recorrer a contributos femininos mantém-se ainda por um longo período de tempo na revista *Arquitectura*, surgindo entretanto a publicação, em 1953, de uma referência à escultora Maria Barreira, numa entrevista à colaboração entre si e o escultor Vasco da Conceição. A revista *Arquitectura* demoraria ainda seis anos até trazer nova referência feminina nas suas publicações, intervalo de tempo em que a revista *Binário*, que inicia a sua actividade em 1958 vai publicar o seu primeiro artigo de autoria feminina, no seu 2º número, com uma crítica a um projecto de design de interiores da autoria de Alvin Lustig, escrito pela designer de interiores Olga Guelf (Whitney, 2008, p. 4)

É notório um aumento gradual das publicações femininas na revista *Arquitectura*, começando com duas intervenções pontuais em 1948 e 1953 e evoluído para uma maior

frequência no decorrer da primeira parte da década de 1960, apesar de haver uma interrupção de 1965 a 1968 a que se segue um período de maior número de publicações que se estende até 1974 onde se verifica uma interrupção temporária na publicação da revista, que viria a surgir com nova série, a 4ª, em 1979, para a qual ainda se regista um artigo com presença feminina nesse mesmo ano.

A revista *Binário* vai iniciar as suas publicações em 1958, apresentando um artigo com presença feminina logo no seu segundo número, a que se segue um aumento significativo na publicação deste tipo de artigos particularmente na primeira parte da década de 1960, mas também com expressão na parte final dos anos 60, decrescendo a partir daí esta visibilidade das mulheres que se faria notar apenas em dois artigos na década de 1970 (1974 e 1977).

Observam-se para ambas as revistas alguns pontos comuns na visibilidade das mulheres em artigos publicados, nomeadamente um aumento desta expressão na primeira metade dos anos 60 e na parte final desta mesma década. É possível associar este aumento da expressão feminina ao contexto social, político e económico vivido então, decorrente do processo de industrialização pós-guerra da década anterior que desencadeara desenvolvimento e reestruturação económico-sociais, alterando e liberalizando o papel na sociedade da mulher portuguesa, que passa cada vez mais a integrar a população activa e a participar na esfera pública, assistindo-se a uma multiplicação nas suas áreas de actuação e que vai ser consolidado precisamente nesta década de 1960. (Pedrosa. 2014, p. 103)

A abertura para o comércio internacional desenvolvido também nesta época acaba por se tornar veículo de influências do exterior, (Tostões, 1995, p. 145) exercendo um impacto significativo não só na arquitectura como no papel das mulheres na sociedade e consequentemente na disciplina, numa liberalização que acaba também por justificar o aumento da visibilidade feminina nas revistas da especialidade. Apesar do aumento significativo na década de 1960 das publicações com visibilidade feminina, é de igual modo notória uma inconstância na frequência de publicação deste tipo de artigos o que espelha de certa forma a situação do País, não só ao nível das alterações sociais mas ao nível da ruptura associada à conjuntura de crise político-social decorrente da eclosão da guerra nas colónias de África e da própria fase final e de desagregação do regime fascista. (Tostões, 2004, p. 145)

A partir da leitura dos dados recolhidos é possível verificar uma predominância de artigos

traduzidos na revista *Binário*, em oposição aos conteúdos maioritariamente nacionais apresentados pela revista *Arquitectura*. A revista *Binário* surge no panorama editorial português assumindo-se como uma publicação de carácter técnico e cultural e de crítica nas áreas da arquitectura, urbanismo, engenharia civil e também design, relativamente ao que se fazia em Portugal. (Reis, 2007, p.109) No entanto, procura simultaneamente divulgar a produção de alguns dos nomes mais significativos da arquitectura internacional, (Gulbenkian, 2016) o que sugere uma explicação para o maior número de artigos traduzidos encontrados no âmbito desta pesquisa, face à revista *Arquitectura*, que parecia focar-se mais no panorama nacional. É de realçar também o facto de as duas intervenções de origem estrangeira terem datas de publicação em 1968 e 1970, resultado provável da abertura e liberalização decorrentes das mudanças sociais, políticas e económicas dos anos de 1960.

Parece possível estabelecer-se um paralelismo entre os dados recolhidos na pesquisa efectuada e o percurso da própria revista *Arquitectura* ao recordar que esta foi comprada em 1948 pelo grupo de arquitectos ICAT e editada como um meio de difusão da arquitectura moderna até 1957, sob a direcção de Francisco Keil do Amaral. (Correia, 2012, p. 78) Inserem-se neste período os primeiros passos da revista *Arquitectura* na atribuição de visibilidade ao elemento feminino na arquitectura portuguesa, com os números 26 e 47 e os artigos de Ilse Losa, escritora e esposa do arquitecto Arménio Taveira Losa, sobre a Casa e a Criança e a entrevista aos escultores Maria Barreira e Vasco Conceição, respectivamente em 1948 e 1953. Neste período da sua existência, a revista *Arquitectura* protagonizava o debate em arquitectura no País, no entanto, a censura do regime político condicionava toda a produção cultural, restringindo o pensamento crítico em arquitectura e levando a uma reacção de resistência que se focava na afirmação de uma linguagem modernista como oposição às ideologias do governo. (Correia, 2012, p. 79)

A partir do seu número 57-58, de Janeiro/Fevereiro de 1957, a revista passa a ser editada por uma nova geração de arquitectos recém-formados pelas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto – Carlos Duarte, Nuno Portas, Frederico Santana e José Daniel Santa Rita – que procuram dirigir a revista de modo a ser veículo de uma reflexão produtiva sobre a arquitectura em Portugal conduzida segundo o debate arquitectónico internacional e exprimido as tendências de revisão do Movimento Moderno que dirigia o pensamento crítico na Europa do momento. O número 59 da revista *Arquitectura* surge como o primeiro da sua 3ª série e constitui um ponto de mudança também no que respeita à visibilidade das mulheres na revista *Arquitectura*, iniciando-se um período de publicações que gradualmente

vão introduzindo a mulher como figura a quem é reconhecida autoria na área da arquitectura. (Correia, 2012, p. 80)

Conclusão

A visibilidade das mulheres nas revistas *Arquitectura* e *Binário* ao longo do período de tempo em estudo permite, de alguma forma, recapitular e traçar o percurso da presença lentamente crescente da figura feminina no mundo da arquitectura desde que o advento das primeiras diplomadas fez abalar a estrutura e mentalidade associadas a um campo em que o discurso fora desde sempre masculino. As publicações ainda escassas nas décadas de 40 e 50 relacionam-se de perto com as restrições de um regime político condicionador do pensamento crítico e que defendia a ideologia de uma mulher doméstica e maternal em exclusividade. Ainda que na década de 1940 se estivessem já a dar os primeiros passos na quebra de preconceitos através das pioneiras Maria José Estanco e Maria José Marques da Silva, é reflectida na imprensa da especialidade, e aqui particularmente na revista *Arquitectura*, a marcada dificuldade na aceitação da mulher como elemento participante e activo na disciplina, tal como foi manifestada no percurso da primeira mulher arquitecta portuguesa, que acabou por não conseguir ser aceite na prática profissional.

O período pós-guerra vivido nos anos de 1950 traz consigo alterações sociais, culturais, económicas e políticas que se vão traduzir numa maior abertura e liberalização globais, e que se viriam a consolidar na década de 1960, associadas a uma internacionalização do comércio que resulta também em importação de ideologias exteriores. A imprensa, como meio privilegiado de divulgação de movimentos e ideologias vai estabelecer-se ao longo deste período como elemento director do pensamento, tornando-se possível observar na revista *Arquitectura* e neste momento já também na revista *Binário*, o percurso evolutivo de aceitação e reconhecimento da autoria da mulher em arquitectura através do crescente número de artigos, particularmente na primeira parte da década de 1960, em que a mulher tem um papel de destaque.

A instabilidade política vivida também nos anos de 1960 como resultado da guerra colonial e da desagregação do próprio regime político no poder vai produzir uma inconstância na publicação de artigos em que exista visibilidade da mulher na arquitectura mas não vai travar o processo, havendo nomeadamente na revista *Arquitectura* um aumento da frequência de publicação deste tipo de artigos no final da década de 60 e início da década de 70. A crise política que culmina na revolução de 1974 vai condicionar as publicações periódicas havendo interrupção da revista *Arquitectura* entre esse mesmo ano e 1979, no entanto a solidez do papel cada vez mais real das mulheres na arquitectura continua a ser expressa nas publicações feitas por estas duas revistas, ainda que num ritmo mais lento devido ao contexto vivido no País.

A imprensa de especialidade e particularmente as revistas *Arquitectura* e *Binário* permitem assim traçar um percurso da presença e aceitação da mulher no mundo da arquitectura através da visibilidade feminina nas suas publicações. É possível recapitular este percurso iniciado com as pioneiras na década de 40 e observar a sua evolução positiva através do crescente número e frequência na publicação de artigos com visibilidade feminina no período estudado, que estabelece de certa forma um paralelismo com o percurso do próprio País até se tornar um estado democrático (Pedrosa, 2010, p. 234)

Actualmente no panorama arquitectónico português observa-se um crescente número de mulheres a frequentarem os cursos superiores de arquitectura e posteriormente diplomadas em arquitectura, o que acaba por não se reflectir proporcionalmente na prática profissional, sem que para isso seja identificada uma razão. (Pedrosa, 2010, p. 234)

Num percurso histórico em que a contribuição arquitectónica de tantas mulheres acabou por permanecer invisível sob o anonimato das colaborações familiares e em outras circunstâncias, torna-se necessário fomentar o estudo e promover o conhecimento das contribuições femininas que se conseguiram tornar 'visíveis'. Num mundo conscientemente cada vez mais defensor da igualdade e da singularidade de cada indivíduo, aproximamo-nos cada vez mais da paridade de géneros, mas verificam-se ainda barreiras por transpor e preconceitos por extinguir numa disciplina em que inconscientemente o discurso e o protagonismo são encarados ainda como pertença ao género masculino.

O mundo da arquitectura não consegue ainda manifestar-se de forma neutra, pelo que se impõe a necessidade de lançar o desafio transformador de fugir à divisão por género no ensino e principalmente na profissão, promovendo antes a individualidade de cada arquitecto e de cada arquitecta, privilegiando o talento, a dedicação e o trabalho de cada um, num processo que conduzirá a uma arquitectura estruturada e baseada na colaboração e na igualdade de oportunidades, num esforço comum a todos os intervenientes e que resultará no enriquecimento e evolução da disciplina.

Bibliografia

- Abdurgham, S. (Março de 1961). Os artistas acompanham as novas tendências de construção em larga escala. *Revista Binário nº30*, pp. 163-168.
- Alberty, A. (Setembro de 1961). A sede e o posto clínico de uma companhia de seguros. *Revista Binário nº36*, pp. 537-540.
- Alberty, A. (Setembro de 1966). Habitação em Caxias 1963. *Revista Binário nº96*, pp. 135-137.
- Alberty, A. (Janeiro de 1967). Novo cinema-teatro da Amadora – projecto 1964. *Revista Binário nº100*, pp. 370-372.
- Almeida, R. V. (1997). De 1976 ao Final de Século. Em A. T. org. Annette Becker, & t. P. al.], *Portugal: arquitectura do século XX* (pp. 73 - 83). Frankfurt: Prestel.
- Anitha, S. e .Pearson, R. (2013). *Women and Work*. Obtido de Striking Women: <http://www.striking-women.org/main-module-page/women-and-work>
- Antunes, L. P. (2012). Arquitectura: substantivo feminino. Tese apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de mestre, orientada por Jorge Figueira. Coimbra.
- Badinter, e. (2003). *Émilie, Émilie. A ambição feminina do século XVIII* (trad. Celeste Marcondes). São Paulo: Discurso Editorial: Duna Duetto: Paz e Terra.
- Baptista, V. (2013). A Legislação e as Mulheres trabalhadoras em Portugal – de finais do século XIX aos anos quarenta do século XX. *CEHC-IUL, ISCTE-IUL*. Lisboa.
- Bonnet., A. et al. (2016). *MoMoWo · 100 projects in 100 years. European Women in Architecture and Design · 1918-2018*. Ljubljana: Založba ZRC.
- Bottoms, E. (Fevereiro de 2010). *Architectural Association History - Abridged version of an introductory lecture to Archives For London & the Twentieth Century Society*. Obtido de <http://www.aaschool.ac.uk/AASCHOOL/LIBRARY/aahistory.php>
- Cardoso, M. J. (1979). Calçada dos Mestres nº76 Habitação Recuperada. *Arquitectura nº134*, pp. 38-42.
- Carvalho, H. M. (1974). Projecto da Igreja de Santa Cruz, Brasília. *Binário nº 184-185*, pp. 35-36.
- Correia, N. (2012). O início da 3.ª série da revista arquitectura em 1957 - a influência das leituras de casabella-continuidade casabella-continuidade e architectural review. *Revista de história da arte n.º 10*.
- Costa, A. A. (1997). 1974 - 1975 o SAAL e os Anos da Revolução. Em (org.) Becker, A et al., *Portugal: arquitectura do século XX* (pp. 65 - 71). Frankfurt: Prestel.
- Coutinho, M. N. (Outubro de 1972). Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian. *Revista Arquitectura nº126*, pp. 89-94.

- Dourado, M. V. (2013). *Revolução Industrial*. Obtido de <http://www.ebah.pt/http://www.ebah.pt/content/ABAAABGUQAE/revolucao-industrial>
- Ferreira, V. (1998). *As Mulheres em Portugal: situação e paradoxos*. Coimbra.
- Figueira, J. (Março de 2010). *Mulheres na Arquitectura. Joelho 01*, pp. 6-7.
- Fiuza F., Milheiro, A. e Portela, R. (2013). *Mulher arquitecta na África colonial portuguesa: Maria Carlota Quintanilha e Maria Emília Caria [Resumo]. Colóquio internacional conhecimento e ciência colonial*.
- Gomes, A. M. (Novembro de 1981). *Periódicos Portugueses de Arquitectura. Jornal Arquitectos*, 1, 6-7.
- Gonçalves, C. G. (2011). *No ritmo: A arquitectura de Catarina Almada Negreiros e Rita Almada Negreiros. Jornal Arquitectos - Ser Mulher*, pp. Acedido em 26 de Fevereiro de 2017, em <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/242/mais%20novos/>.
- Guelf, O. (Maio de 1958). *Um apartamento por Alvin Lustig. Revista Binário nº2*, pp. 31-38.
- Hämer-Buro, M.-B. (Fevereiro de 1968). *Teatro Municipal de Ingolstadt (Alemanha). Revista Binário nº113*, pp. 70-76.
- Hansen, M. (Fevereiro de 1968). *Arquitectura de Interiores – exemplos finlandeses. Revista Binário nº113*, pp. 81-85.
- Hudson, P. (2011). *Women's Work*. Obtido de http://www.bbc.co.uk/http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/womens_work_01.shtml#seven
- Jones, S. B. (Setembro-Dezembro de 1970). *O mobiliário e equipamento dos deficientes motores. Revista Arquitectura nº117-118*, pp. 221-224.
- Kämpfe-Jansen, H. e Eucker, J (1977). *Ler imagens produzir imagens – aspectos da educação estética no primeiro ano escolar. Binário nº215-216*, pp. 32-34.
- Kernes, J. E. (Julho de 1967). *Novas Escolas nos Estados Unidos. Revista Binário nº106*, pp. 31-33.
- Leite, L. (2008). *Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do grau de doutor, orientada por Jacqueline Cerquinglini-Toulet e Philippe Willemart. São Paulo*.
- Lima, S. B. (Julho de 1960). *Estudo para uma Escola de Magistério Primário em Vila Real. Revista Arquitectura nº68*, p. 58.
- Lobo, M. S. (Novembro-Dezembro de 1969). *Uma solução a encarar: o habitat evolutivo. Revista Arquitectura nº112*, p. 304.
- Lopes, B. (1974). *A mobilidade como elemento criador da vida urbana. Arquitectura nº130*,

pp. 30-21.

Losa, I. (Agosto e Setembro de 1948). A casa e a criança. *Revista Arquitectura* nº26, pp. 16-18.

Lucas, R. E. (2002). *Lectures on Economic Growth*. Cambridge: Harvard University Press.

Machado, S. M. (2011). O Espaço das Mulheres na Arquitectura. Tese apresentada ao Departamento de Arquitectura da Escola Superior Gallaecia para obtenção do grau de mestre, orientada por David Leite Viana. Vila Nova de Cerveira.

Marques, M. C. (Novembro-Dezembro de 1969). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938. *Revista Arquitectura* nº112, pp. 266-274.

Marques, M. C. (Janeiro-Fevereiro de 1970). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (II). *Revista Arquitectura* nº113, pp. 5-8

Marques, M. C. (Janeiro-Fevereiro de 1971). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (III). *Revista Arquitectura* nº119, pp. 34-36

Marques, M. C. (Março-Abril de 1971). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (IV). *Revista Arquitectura* nº120, pp.72-76

Marques, M. C. (Maio de 1972). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (V). *Revista Arquitectura* nº124, pp. 38-40

Marques, M. C. (Agosto de 1972). Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (VI). *Revista Arquitectura* nº125, pp. 74-77

Martins, M. (2011). *A MULHER E A REVOLUÇÃO FRANCESA*. Obtido de [www.historia.uff.br:
http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_mulher_e_a_revolucao_francesa.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/A_mulher_e_a_revolucao_francesa.pdf)

Matos, M. d. (Outubro de 1962). Concurso de anteprojectos para a Igreja Paroquial do Sagrado Coração de Jesus. *Revista Arquitectura* nº76, pp. 25-27.

Milheiro, A. V. (2011). Maria Carlota Quintanilha. *Jornal Arquitectos - Ser Mulher*, Acedido em 26 de Fevereiro de 2017, em <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/242/mais%20novos/>.

Milheiro, A. V. (2011). A mulher do arquitecto. *Jornal Arquitectos - Ser Mulher*, Acedido em 26 de Fevereiro de 2017, em <http://arquivo.jornalarquitectos.pt/pt/242/editorial/>

Moniz, G. E. (2011). O Ensino Moderno da Arquitectura - A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69). Tese apresentada ao Departamento de arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor, orientada por Alexandre Vieira Pinto Alves Costa e José António Oliveira Bandeirinha. Coimbra.

Monteiro, N. (2009). *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*. Obtido de Associação de Professores de História: http://www.aph.pt/ex_assPropFeminina2.php

- Monteiro, P. (2015). Mulheres Invisíveis. Princípio para uma reconstrução do discurso em arquitectura. *URBANA: Revista Eletrónica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*.
- Pedrosa, P. S. (2010). Being a Female Architect in Portugal: A short Introduction to a Long Road. Guimarães.
- Pedrosa, P. S. (2013). Architects Portugal (depuis le début du xx siècle). Em Didier, B., *Le Dictionnaire Universel des Créatrices Vol. 1* (pp. 244-1457-2794). Paris: Des Femmes.
- Pedrosa, P. S. (Março 2013). Arquitectura Profissão e Emprego. Lisboa. *Boletim Arquitectos*
- Pedrosa, P. S. (2014). *Arquitectas: ensaio para um manual revolucionário*. Obtido de Artecapiatal: http://www.artecapital.net/arq_des-114-arquitectas-ensaio-para-um-manual-revolucionario
- Pedrosa, P. S. (2014). Women architects in Portugal. A long and winding road. Em Lombardero, N.. (ed.), *Women Architects. Redefining the Practice 1st International Symposium on Architecture and Gender* (pp. 99-112). Sevilha: ETSAS-Universidad de Sevilla.
- Pereira, N. T. (1997). A Arquitectura de Regime 1938 - 1948. Em (org.) Becker, A. et al., *Portugal: arquitectura do século XX* (pp. 33 - 40). Frankfurt: Prestel.
- Pimentel, I. (2008). *A situação das mulheres no século XX em Portugal (2)*. Obtido de caminhosdamemoria.wordpress.com:
<https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2008/07/15/a-situacao-das-mulheres-no-seculo-xx-em-portugal-2/>
- Pires, M. d. (2012). O Ateliê de Arquitectura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins - Visibilidade da memória. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de doutor, orientada por Maria Leonor Barbosa Soares. Porto.
- Pomar, J. (Junho de 1953). Entrevista com os escultores Maria Barreira e Vasco da Conceição. *Revista Arquitectura nº47*, pp. 24-26.
- Portela, R. C. (2013). FEMININO TROPICAL - MARIA EMÍLIA CARIA E O URBANISMO NO ULTRAMAR. Tese apresentada ao Departamento de arquitectura do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa para a obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Vaz Milheiro. Lisboa.
- Rago, M. (2001). Trabalho feminino e sexualidade. Em M. D. PRIORE, *História das Mulheres no Brasil* (pp. 578-606). São Paulo: Contexto.
- Rebelo, D. (2005). *As Conquistas Democráticas da Mulher Portuguesa*. Obtido de www.25abril.org: <http://www.25abril.org/docs/congresso/democracia/00.07-Dulce%20Rebelo.pdf>
- Reis, S. B. (2007). 74-86 Arquitectura em Portugal: uma leitura a partir da imprensa. Tese apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, para a obtenção do grau de mestre, orientada por Mário Kruger. Coimbra.

- Rodrigues, M. J. (Dezembro de 1964). Um urbanista do século XVI – Akbar. *Revista Arquitectura nº85*, pp. 199-200.
- Roxo, J. F. (2016). A Senhora Arquitecto: Maria José Estanco. *Tese apresentada ao Departamento de Arquitectura e Urbanismo do Instituto Universitário de Lisboa, para a obtenção do grau de mestre, orientada por Ana Vaz Milheiro*. Lisboa.
- Schmidt, J. d. (2012). As Mulheres na Revolução Francesa. *Revista Thema*.
- Silva, F. I. (s.d.). *Maria José Marques da Silva & David Moreira da Silva*. Obtido de fims.up.pt: <https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=15>
- Silva, M. (Novembro-Dezembro de 1969). Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social. *Revista Arquitectura nº112*, pp. 300-302.
- Silva, M. C. (Novembro de 1964). A sublocação em Lisboa. *Revista Arquitectura nº84*, pp. 169-174.
- SILVA, M. P. (2014). Mulher e poder: percepções de líderes femininas nas organizações. Tese apresentada ao Departamento de Comunicação Social - Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” para obtenção do grau de bacharel, orientada por Celio José Losnak. Bauru.
- Silva, R. H. (1997). A "Casa Portuguesa" e os Novos Programas 1900 - 1920. Em (org.) Becker, A. et al., *Portugal : arquitectura do século XX* (pp. 15 - 22). Frankfurt: Prestel.
- Stahl, F. (Outubro de 1961). Forças de Formação da Arquitectura Americana Contemporânea. *Revista Binário nº37*, pp. 601-624.
- Stahl, F. (Novembro de 1961). Leoh Ming Pei “arquitecto da elegância sossegada e da simplicidade”. *Revista Binário nº38*, pp. 659-660.
- Tayabas, A. G. (Março - Julho de 2016). De la mujer en la arquitectura, una reflexión histórica. *Bitácora - Revista da Faculdade de Arquitectura da UNAM, México*.
- Tostões, A. C. (1995). Arquitectura portuguesa do século XX. Em d. d. Pereira, *História da Arte Portuguesa - Volume III* (pp. 507-546). Lisboa: Circulo de Leitores.
- Tostões, A. C. (1997). Modernização e Regionalismo, 1948 - 1961. Em (org.) Becker, A et al., *Portugal : arquitectura do século XX* (pp. 41 - 53). Frankfurt: Prestel.
- Tostões, A. C. (2004). (coord.) *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920 - 1970*. Lisboa: IPPAR.
- Tirwhitt, J. (Julho de 1961). A imagem da cidade. *Revista Binário nº34*, pp. 393-394.
- Um Jardim-Escola no Algarve. (Março de 1945). *A arquitectura portuguesa e cerâmica e edificação nº120*, pp. 8-12.
- U.Porto. (2009). *Arquitecta Maria José Marques da Silva*. Obtido de sigarra.up.pt: https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=p%C3%A1gina%20est%C3%A1tica%20gen%C3%A9rica%202170

- Voss, S. v. (Agosto de 1960). A “escola de construção” mais influente do mundo – construção de um arquivo “Bauhaus” em Darmstadt – A arte começa na oficina. *Revista Binário* nº23, pp. 287-288.
- Voss, S. V. (Fevereiro de 1961). A cidade de amanhã posta à prova? Os ensinamentos do Bairro Hansa de Berlim – Inquilinos satisfeitos apesar de certos erros estáveis. *Revista Binário* nº29, pp. 102-103.
- Whitney, M. C. (2008). A History of the Professionalization of Interior Design Viewed Through Three Case Studies of the Process of Licensure. Tese apresentada a Virginia Polytechnic Institute and State University para a obtenção do grau de doutor . Virginia.
- Zarebska, T. (Setembro a Dezembro de 1968). Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização. *Revista Arquitectura* nº105-106, pp. 224-228.

ANEXOS

1. Quadro síntese dos artigos com visibilidade das mulheres na pesquisa efectuada

Artigos com visibilidade das mulheres nas revistas <i>Arquitectura</i> e <i>Binário</i> entre 1940 e 1979							
Número	Mês	Ano	Autoria	Título	Revista	Profissão	Tema
26	Agosto-Setembro	1948	Ilse Losa	A casa e a criança	<i>Arquitectura</i>	Escritora	
47	Junho	1953	Júlio Pomar	Entrevista aos escultores Maria Barreira e Vasco da Conceição	<i>Arquitectura</i>	Escultora	Escultura
2	Maio	1958	Olga Gueif	Um apartamento por Alvin Lustig	<i>Binário</i>	Designer de interiores	Projecto
68	Julho	1960	Silvia Baudoin Viana de Lima	Estudo para uma Escola de Magistério Primário em Vila Real	<i>Arquitectura</i>	Estudante de Arquitectura	Projecto
23	Agosto	1960	Sigrid von Voss	A escola de construção mais influente do mundo	<i>Binário</i>		História da Arquitectura
29	Fevereiro	1961	Sigrid von Voss	A cidade de amanhã posta a prova	<i>Binário</i>		Habitação
30	Março	1961	Sylvia Adburgham	Os artistas acompanham as novas tendências de construção em larga escala	<i>Binário</i>		Técnicas de Construção
34	Julho	1961	Jacqueline Tirwhitt	A imagem da cidade	<i>Binário</i>	Arquitecta e Professora na Universidade de Harvard	Urbanismo
36	Setembro	1961	Arcia Alberty de Ferreira	A sede e um posto clínico de uma companhia de seguros	<i>Binário</i>	Arquitecta	Projecto
37	Outubro	1961	Frances Stahl	Forças de formação da arquitectura americana contemporânea	<i>Binário</i>		História da Arquitectura
38	Novembro	1961	Frances Stahl	Forças de formação da arquitectura americana contemporânea	<i>Binário</i>		História da Arquitectura
76	Outubro	1962	Maria do Carmo Matos	5º. Prémio (N. 10)	<i>Arquitectura</i>	Arquitecta	Projecto
84	Novembro	1964	Maria Conceição Tavares da Silva	A sublocação em Lisboa	<i>Arquitectura</i>		Habitação
85	Dezembro	1964	Maria Joao Madeira Rodrigues	Um urbanista do século XVI - Akbar	<i>Arquitectura</i>		Urbanismo
96	Setembro	1966	Arcia Alberty e Carlos Antero Ferreira	Habitação em caxias	<i>Binário</i>	Arquitecta	Projecto
100	Janeiro	1967	Arcia Alberty e Carlos	Novo cinema-teatro da Amadora -	<i>Binário</i>	Arquitecta	Projecto

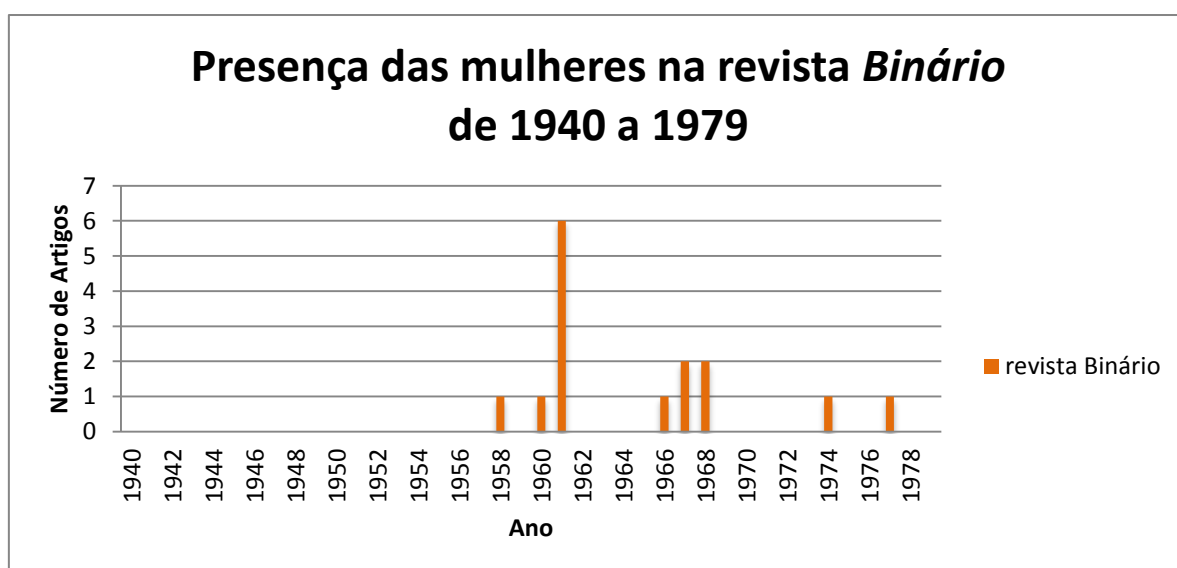
			Antero Ferreira	projecto 1964			
106	Julho	1967	Joan Elaine Kernes	Novas escolas nos Estados Unidos	<i>Binário</i>		Projecto
113	Fevereiro	1968	Marie-B. Hamer Buro	Teatro municipal de Ingolstadt (Alemanha)	<i>Binário</i>		Projecto
105-106	Setembro-Dezembro	1968	Teresa Zarebska	Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização	<i>Arquitectura</i>		Urbanismo
112	Novembro-Dezembro	1969	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (I)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
112	Novembro-Dezembro	1969	M.Manuela Silva	Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social	<i>Arquitectura</i>		Habitação
112	Novembro-Dezembro	1969	Margarida Sousa Lobo	Uma solução a encarar - o habitat evolutivo	<i>Arquitectura</i>		Habitação
113	Janeiro-Fevereiro	1970	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (II)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
117-118	Setembro-Dezembro	1970	Sheila B. Jones	O mobiliário e equipamento dos deficientes motores	<i>Arquitectura</i>		Mobiliário
119	Janeiro-Fevereiro	1971	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (III)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
120	Março-Abril	1971	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (IV)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
124	Maio	1972	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (V)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
125	Agosto	1972	Maria da Conceição Oliveira Marques	Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1938 (VI)	<i>Arquitectura</i>	Licenciada em História	História e Urbanismo
125	Agosto	1972	Carlota Canto Moniz e Carlos S. Duarte	Escola Primária em Chelas	<i>Arquitectura</i>	Arquitecta	Projecto
126	Outubro	1972	Maria Noémia Coutinho	Conservatório Regional de Aveiro Calouste Gulbenkian	<i>Arquitectura</i>		Projecto
184-185	Janeiro-Fevereiro	1974	Helena Maria Viveiros de	Igreja de santa cruz, brasilí (projecto)	<i>Binário</i>	Arquitecta	Projecto

			Carvalho				
130	Maio	1974	Bárbara Lopes	A mobilidade como elemento criador da vida urbana	<i>Arquitectura</i>		Urbanismo
215-216	Fevereiro-Maio	1977	Helga Kämpf-Jansen	Ler imagens/produzir imagens	<i>Binário</i>		Educação
134	Julho	1979	Maria João de Almada Cardoso	Calçada dos mestres n.º 76 Habitação recuperada	<i>Arquitectura</i>	Arquitecta	Projecto

2. Gráfico resumo da presença das mulheres na revista *Arquitectura*



3. Gráfico resumo da presença das mulheres na revista *Binário*



4. Gráfico resumo da presença das mulheres nas revistas *Arquitectura* e *Binário*

